Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 5

Demonstração do Resultado 8

Demonstração do Fluxo de Caixa 10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012 12

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 13

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 14

Demonstração do Valor Adicionado 15

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 17

Balanço Patrimonial Passivo 19

Demonstração do Resultado 22

Demonstração do Fluxo de Caixa 24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012 26

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 27

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 28

Demonstração do Valor Adicionado 29

Relatório da Administração 31

Notas Explicativas 68

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 163

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 167

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 168

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 170

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 171

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 172

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	652.742.192
Preferenciais	0
Total	652.742.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	26/07/2012	Dividendo	27/09/2012	Ordinária		1,06284
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2012	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,42314
Reunião do Conselho de Administração	07/02/2013	Dividendo		Ordinária		0,88309

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	9.038.862	8.971.519	9.336.017
1.01	Ativo Circulante	1.292.313	1.110.743	1.433.779
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	736.317	567.119	796.117
1.01.03	Contas a Receber	450.027	418.849	452.690
1.01.03.01	Clientes	413.001	410.903	446.165
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	37.026	7.946	6.525
1.01.03.02.01	Dividendos a receber de controladas	37.026	7.946	6.525
1.01.04	Estoques	42.317	38.883	43.041
1.01.06	Tributos a Recuperar	305	1.987	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	305	1.987	0
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a recuperar	305	1.987	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	63.347	83.905	141.931
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	0	23.856
1.01.08.01.01	Ativo não corrente à venda	0	0	23.856
1.01.08.03	Outros	63.347	83.905	118.075
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	0	32.159	69.665
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	63.347	51.746	48.410
1.02	Ativo Não Circulante	7.746.549	7.860.776	7.902.238
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	229.349	245.630	284.734
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	229.349	245.630	284.734
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	13.814	16.099	28.473
1.02.01.09.04	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886	86.886
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	108.616	104.059	131.315
1.02.01.09.06	Outros ativos não circulantes	20.033	38.586	38.060
1.02.02	Investimentos	2.763.992	2.551.112	2.282.763
1.02.02.01	Participações Societárias	2.763.992	2.551.112	2.282.763
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.434.189	2.239.831	1.991.020
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	329.803	311.281	291.743
1.02.03	Imobilizado	4.742.243	5.048.182	5.315.270

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.696.907	4.966.297	5.238.884
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	45.336	81.885	76.386
1.02.04	Intangível	10.965	15.852	19.471
1.02.04.01	Intangíveis	10.965	15.852	19.471

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	9.038.862	8.971.519	9.336.017
2.01	Passivo Circulante	1.280.442	1.130.811	1.822.393
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	61.400	53.031	54.084
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	61.400	53.031	54.084
2.01.01.02.01	Provisão para remunerações e encargos	61.400	53.031	54.084
2.01.02	Fornecedores	127.546	219.640	174.086
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	127.546	219.640	174.086
2.01.03	Obrigações Fiscais	362.975	304.483	368.455
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	357.959	303.919	361.583
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	409.824	357.804	394.178
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a pagar	18.648	19.142	20.082
2.01.03.01.03	Outros	5.028	5.052	5.778
2.01.03.01.04	(-) Tributos federais a compensar	-75.541	-78.079	-58.455
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.393	93	6.283
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	6.110	7.443	10.461
2.01.03.02.02	(-) ICMS a compensar	-1.717	-7.350	-4.178
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	623	471	589
2.01.03.03.01	ISS a pagar	623	471	589
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	333.048	224.904	944.755
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	163.006	41.364	49.577
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	148.705	23.851	29.461
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.301	17.513	20.116
2.01.04.02	Debêntures	170.042	183.540	895.178
2.01.05	Outras Obrigações	334.666	285.068	244.354
2.01.05.02	Outros	334.666	285.068	244.354
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	247.292	220.767	189.509
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	3.129	2.643	2.499
2.01.05.02.05	Outras passivos circulantes	84.245	61.658	52.346
2.01.06	Provisões	60.807	43.685	36.659

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.439	7.640	10.720
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	468	0	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.500	3.000	4.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	24.471	4.640	6.720
2.01.06.02	Outras Provisões	32.368	36.045	25.939
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	32.368	36.045	25.939
2.02	Passivo Não Circulante	2.298.243	2.392.727	2.440.940
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	646.520	937.535	979.381
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	487.972	629.681	213.417
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	286.667	434.988	19.953
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	201.305	194.693	193.464
2.02.01.02	Debêntures	158.548	307.854	765.964
2.02.02	Outras Obrigações	1.074.742	864.623	764.664
2.02.02.02	Outros	1.074.742	864.623	764.664
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	964.758	825.730	718.526
2.02.02.02.04	Outras obrigações	109.984	38.893	46.138
2.02.03	Tributos Diferidos	163.370	165.482	146.432
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	163.370	165.482	146.432
2.02.04	Provisões	413.611	425.087	550.463
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	139.004	124.123	141.011
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.494	17.869	32.260
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.294	7.996	9.579
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	112.216	98.258	99.172
2.02.04.02	Outras Provisões	274.607	300.964	409.452
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	274.607	300.964	409.452
2.03	Patrimônio Líquido	5.460.177	5.447.981	5.072.684
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695	91.695

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.04	Reservas de Lucros	2.340.060	2.262.157	1.827.033
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153	422.556
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.229.380	1.229.380	1.229.380
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	45.098	26.282	16.827
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	576.429	517.342	158.270
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	582.656	648.363	708.190

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.497.685	3.540.143	3.141.168
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.330.818	-1.535.323	-1.142.568
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-205.682	-385.878	-196.491
3.02.02	Transações no âmbito da CCEE	-48.002	-20.543	-660
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-265.678	-244.460	-217.860
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-785.315	-861.795	-709.844
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-26.141	-22.647	-17.713
3.03	Resultado Bruto	2.166.867	2.004.820	1.998.600
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	47.786	145.958	-52.467
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.881	-13.330	-13.390
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-158.502	-145.498	-141.723
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	119.939	127.540
3.04.04.01	Reversão de provisões operacionais	0	104.078	80.674
3.04.04.02	Outras receitas operacionais	0	15.861	46.866
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-40.660	0	0
3.04.05.01	Constituição de provisões operacionais	-26.998	0	0
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-13.662	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	259.829	184.847	-24.894
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	263.541	186.690	-22.483
3.04.06.02	Amortização de ágio (direito de concessão)	-3.712	-1.843	-2.411
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.214.653	2.150.778	1.946.133
3.06	Resultado Financeiro	-243.668	-220.848	-236.626
3.06.01	Receitas Financeiras	58.152	103.919	101.149
3.06.02	Despesas Financeiras	-301.820	-324.767	-337.775
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.970.985	1.929.930	1.709.507
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-471.488	-482.294	-497.858
3.08.01	Corrente	-473.600	-463.244	-504.818
3.08.02	Diferido	2.112	-19.050	6.960
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.499.497	1.447.636	1.211.649

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.499.497	1.447.636	1.211.649
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,29723	2,21778	1,85624
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,29723	2,21778	1,85624

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.847.641	1.706.778	1.505.896
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.394.432	2.285.075	2.247.268
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	1.970.985	1.929.930	1.709.507
6.01.01.02	Resultado de participações societárias	-259.829	-184.847	24.894
6.01.01.03	Depreciação e amortização	373.679	368.330	314.194
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	102.250	84.933	45.518
6.01.01.05	Juros	168.338	192.433	225.912
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisões operacionais	28.530	-99.950	-71.734
6.01.01.07	Outros	10.479	-5.754	-1.023
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-546.791	-578.297	-741.372
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-4.925	34.399	-78.912
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais a recuperar	18.168	899	-42.375
6.01.02.03	Estoques	-3.434	4.158	-3.621
6.01.02.04	Depósitos vinculados e judiciais	36.735	79.434	73.961
6.01.02.05	Outros ativos	-12.335	-5.934	1.332
6.01.02.06	Fornecedores	304	35.837	-7
6.01.02.07	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-462.958	-526.703	-467.783
6.01.02.08	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-86.900	-151.837	-174.308
6.01.02.09	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	6.747	-342	5.972
6.01.02.10	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-27.387	-23.766	-30.802
6.01.02.11	Outros passivos	-10.806	-24.442	-24.829
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-52.542	-147.659	-1.256.631
6.02.01	Aquisição de investimento, líquido de caixa	-141.434	-107.874	-1.182.485
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-67.895	-91.410	-78.961
6.02.03	Aplicação no intangível	-2.516	-3.722	-5.904
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	159.303	30.531	10.719
6.02.05	Restituição de capital de controlada	0	24.816	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.625.901	-1.788.117	-546.987
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	0	430.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.03.02	Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-209.492	-1.213.831	-141.617
6.03.03	Parcelas de concessões pagas	-2.724	-2.528	-1.883
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.421.110	-1.002.366	-536.024
6.03.05	Créditos com partes relacionadas	7.425	608	32.215
6.03.06	Caixa e equivalentes recebidos na incorporação	0	0	100.322
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	169.198	-228.998	-297.722
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	567.119	796.117	1.093.839
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	736.317	567.119	796.117

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	59.087	-1.546.388	0	-1.487.301
5.04.06	Dividendos	0	0	576.429	-1.270.188	0	-693.759
5.04.08	Dividendos de 2011 pagos	0	0	-517.342	0	0	-517.342
5.04.09	Juros sobre o capital próprio creditados	0	0	0	-276.200	0	-276.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.499.497	0	1.499.497
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.499.497	0	1.499.497
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	18.816	46.891	-65.707	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	18.816	-18.816	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	65.707	-65.707	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	2.340.060	0	582.656	5.460.177

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	359.072	-1.431.411	0	-1.072.339
5.04.06	Dividendos	0	0	517.342	-1.175.356	0	-658.014
5.04.08	Transação com acionista não controlador	0	0	0	-2.065	0	-2.065
5.04.09	Dividendos de 2010 pagos	0	0	-158.270	0	0	-158.270
5.04.10	Juros sobre o capital próprio creditados	0	0	0	-253.990	0	-253.990
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.447.636	0	1.447.636
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.447.636	0	1.447.636
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	76.052	-16.225	-59.827	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	66.597	-66.597	0	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	9.455	-9.455	0	0
5.06.06	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	59.827	-59.827	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	76.357	-664.370	0	-588.013
5.04.06	Dividendos	0	0	158.270	-444.370	0	-286.100
5.04.08	Dividendos de 2009 pagos	0	0	-81.913	0	0	-81.913
5.04.09	Juros sobre o capital próprio creditados	0	0	0	-220.000	0	-220.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.211.649	0	1.211.649
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.211.649	0	1.211.649
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	604.158	-547.279	-56.879	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	543.576	-543.576	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	56.879	-56.879	0
5.06.06	Reserva legal	0	0	60.582	-60.582	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	3.847.002	3.918.110	3.534.525
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.863.329	3.908.292	3.487.659
7.01.02	Outras Receitas	-13.662	15.861	46.866
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	0	15.861	46.866
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-13.662	0	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.665	-6.043	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-789.396	-832.379	-563.425
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-291.272	-515.055	-255.437
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-171.127	-151.956	-136.905
7.02.04	Outros	-326.997	-165.368	-171.083
7.02.04.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	-24.333	110.121	80.674
7.02.04.02	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-265.678	-244.460	-217.860
7.02.04.03	Outros	-36.986	-31.029	-33.897
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.057.606	3.085.731	2.971.100
7.04	Retenções	-373.679	-368.330	-314.194
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-373.679	-368.330	-314.194
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.683.927	2.717.401	2.656.906
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	317.981	288.766	76.255
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	259.829	184.847	-24.894
7.06.02	Receitas Financeiras	58.152	103.919	101.149
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.001.908	3.006.167	2.733.161
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.001.908	3.006.167	2.733.161
7.08.01	Pessoal	211.116	186.674	176.390
7.08.01.01	Remuneração Direta	135.395	118.104	116.755
7.08.01.02	Benefícios	43.156	37.546	33.164
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.724	8.695	7.738
7.08.01.04	Outros	22.841	22.329	18.733
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	22.841	22.329	18.733
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	843.211	853.242	865.779

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.02.01	Federais	817.975	816.081	811.708
7.08.02.02	Estaduais	23.288	34.849	52.939
7.08.02.03	Municipais	1.948	2.312	1.132
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	170.237	225.989	256.713
7.08.03.01	Juros	140.779	197.483	237.157
7.08.03.02	Aluguéis	11.555	12.978	9.496
7.08.03.03	Outras	17.903	15.528	10.060
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.546.389	1.429.346	1.191.119
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	276.200	253.990	220.000
7.08.04.02	Dividendos	1.270.189	1.175.356	444.370
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	0	526.749
7.08.05	Outros	230.955	310.916	243.160
7.08.05.01	Encargos setoriais	135.609	182.750	156.332
7.08.05.02	Encargos sobre concessão a pagar	142.238	109.876	66.298
7.08.05.03	Reserva legal	0	66.597	60.582
7.08.05.04	Realização do ajuste a valor justo	-65.708	-59.827	-56.879
7.08.05.05	Reserva de incentivos fiscais	18.816	9.455	16.827
7.08.05.06	Acionista não controlador	0	2.065	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	12.264.416	12.028.563	12.486.334
1.01	Ativo Circulante	1.985.305	1.526.208	1.842.038
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.179.976	781.808	1.082.580
1.01.03	Contas a Receber	622.916	542.149	531.106
1.01.03.01	Clientes	622.916	542.149	531.106
1.01.04	Estoques	45.374	42.837	46.032
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.749	64.294	27.123
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.749	64.294	27.123
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a recuperar	64.749	64.294	27.123
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	72.290	95.120	155.197
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	0	23.057
1.01.08.01.01	Ativo não corrente à venda	0	0	23.057
1.01.08.03	Outros	72.290	95.120	132.140
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	1.309	38.923	81.553
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	70.981	56.197	50.587
1.02	Ativo Não Circulante	10.279.111	10.502.355	10.644.296
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	486.526	520.655	572.766
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.992	23.930	28.981
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.992	23.930	28.981
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	469.534	496.725	543.785
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	128.185	162.007	219.880
1.02.01.09.04	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886	86.886
1.02.01.09.05	Depósitos vinculados	103.310	90.567	51.244
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	110.411	105.832	133.464
1.02.01.09.07	Outros ativos não circulantes	40.742	51.433	52.311
1.02.03	Imobilizado	9.683.085	9.885.151	9.976.009
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.984.088	9.255.048	7.719.897
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	698.997	630.103	2.256.112
1.02.04	Intangível	109.500	96.549	95.521

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.04.01	Intangíveis	109.500	96.549	95.521

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	12.264.416	12.028.563	12.486.334
2.01	Passivo Circulante	1.690.673	1.472.698	2.195.143
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	61.785	53.710	54.881
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	61.785	53.710	54.881
2.01.01.02.01	Remunerações e encargos a pagar	61.785	53.710	54.881
2.01.02	Fornecedores	219.328	234.336	268.851
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	219.328	234.336	268.851
2.01.03	Obrigações Fiscais	416.076	352.009	393.242
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	388.959	332.237	364.641
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	436.981	383.212	398.031
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a pagar	22.661	22.192	21.214
2.01.03.01.03	Outros	5.748	5.665	5.236
2.01.03.01.04	(-) Tributos federais a pagar	-76.431	-78.832	-59.840
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	25.733	18.918	27.370
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	27.457	26.584	32.225
2.01.03.02.02	(-) ICMS a pagar	-1.724	-7.666	-4.855
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.384	854	1.231
2.01.03.03.01	ISS a pagar	1.384	854	1.231
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	527.085	417.464	1.094.431
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	357.043	233.924	189.414
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	342.742	216.411	169.298
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.301	17.513	20.116
2.01.04.02	Debêntures	170.042	183.540	905.017
2.01.05	Outras Obrigações	404.861	370.519	346.933
2.01.05.02	Outros	404.861	370.519	346.933
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	247.591	221.025	189.509
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	48.800	45.688	42.297
2.01.05.02.05	Outras obrigações	108.470	103.806	115.127
2.01.06	Provisões	61.538	44.660	36.805

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	29.170	8.615	10.866
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	468	0	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.500	3.000	4.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	25.202	5.615	6.866
2.01.06.02	Outras Provisões	32.368	36.045	25.939
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	32.368	36.045	25.939
2.02	Passivo Não Circulante	5.110.903	5.105.607	5.218.507
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.007.460	3.231.736	3.349.489
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.848.912	2.923.882	2.567.145
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.647.607	2.729.189	2.373.681
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	201.305	194.693	193.464
2.02.01.02	Debêntures	158.548	307.854	782.344
2.02.02	Outras Obrigações	1.504.159	1.273.777	1.169.718
2.02.02.02	Outros	1.504.159	1.273.777	1.169.718
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.380.126	1.220.264	1.092.650
2.02.02.02.04	Outras obrigações	124.033	53.513	77.068
2.02.03	Tributos Diferidos	179.127	166.539	146.432
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	179.127	166.539	146.432
2.02.04	Provisões	420.157	433.555	552.868
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	145.550	132.591	143.416
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.260	17.869	32.260
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.733	7.996	9.579
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	115.557	106.726	101.577
2.02.04.02	Outras Provisões	274.607	300.964	409.452
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	274.607	300.964	409.452
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.462.840	5.450.258	5.072.684
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695	91.695

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.04	Reservas de Lucros	2.340.060	2.262.157	1.827.033
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153	422.556
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.229.380	1.229.380	1.229.380
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	45.098	26.282	16.827
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	576.429	517.342	158.270
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	582.656	648.363	708.190
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.663	2.277	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.912.499	4.326.951	4.100.381
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.130.934	-1.860.623	-1.888.072
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-663.591	-471.932	-674.175
3.02.02	Transações no âmbito da CCEE	-53.470	-22.022	-5.952
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-329.949	-287.161	-269.087
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-1.057.783	-1.056.861	-921.145
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-26.141	-22.647	-17.713
3.03	Resultado Bruto	2.781.565	2.466.328	2.212.309
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-234.327	-57.730	-62.157
3.04.01	Despesas com Vendas	-18.597	-16.826	-14.363
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-170.017	-157.060	-159.935
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	116.156	112.322
3.04.04.01	Reversão de provisões operacionais	0	97.035	66.519
3.04.04.02	Ganho em ações judiciais	0	8.812	45.803
3.04.04.03	Outras receitas operacionais	0	10.309	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-45.713	0	-181
3.04.05.01	Constituição de provisões operacionais	-29.009	0	0
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-16.704	0	-181
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.547.238	2.408.598	2.150.152
3.06	Resultado Financeiro	-447.238	-373.810	-428.842
3.06.01	Receitas Financeiras	88.185	133.672	130.627
3.06.02	Despesas Financeiras	-535.423	-507.482	-559.469
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.100.000	2.034.788	1.721.310
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-600.077	-586.682	-509.661
3.08.01	Corrente	-580.551	-563.125	-532.184
3.08.02	Diferido	-19.526	-23.557	22.523
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.499.923	1.448.106	1.211.649
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.499.923	1.448.106	1.211.649
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.499.497	1.447.636	1.211.649

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	426	470	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,29788	2,21850	1,85624
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,29788	2,21850	1,85624

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.359.306	2.053.674	1.680.481
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.187.318	2.899.101	2.610.419
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	2.100.000	2.034.788	1.721.310
6.01.01.02	Depreciação e amortização	561.174	501.099	461.325
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	124.471	109.468	98.753
6.01.01.04	Juros	360.005	340.336	381.560
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisões operacionais	31.099	-92.985	-57.704
6.01.01.06	Outros	10.569	6.395	5.175
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-828.012	-845.427	-929.938
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-82.404	-9.846	-97.660
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais a recuperar	63.998	35.625	-82.723
6.01.02.03	Estoques	-2.537	3.195	-1.351
6.01.02.04	Depósitos vinculados e judiciais	42.628	83.653	57.825
6.01.02.05	Ativo não corrente à venda	0	23.057	0
6.01.02.06	Outros ativos	-11.309	-5.934	1.332
6.01.02.07	Fornecedores	63.234	-24.808	-49.844
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-565.939	-598.664	-489.691
6.01.02.09	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-272.638	-267.764	-270.643
6.01.02.10	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	9.135	2.098	8.140
6.01.02.11	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-27.387	-23.766	-30.802
6.01.02.12	Adiantamentos de clientes	-26.572	-33.461	30.645
6.01.02.13	Outros passivos	-18.221	-28.812	-5.166
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-334.988	-361.078	-1.094.891
6.02.01	Aquisição de investimento, líquido de caixa	0	0	-791.889
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-306.704	-347.321	-296.350
6.02.03	Aplicação no intangível	-28.284	-13.757	-6.652
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.626.150	-1.993.368	-757.650
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	244.262	502.799	276.751
6.03.02	Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-395.200	-1.418.390	-477.849

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.03.03	Parcelas de concessões pagas	-49.053	-44.443	-36.602
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.421.110	-1.002.366	-536.024
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-5.049	-30.968	16.074
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	398.168	-300.772	-172.060
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	781.808	1.082.580	1.254.640
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.179.976	781.808	1.082.580

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981	2.277	5.450.258
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981	2.277	5.450.258
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	59.087	-1.546.388	0	-1.487.301	-40	-1.487.341
5.04.06	Dividendos	0	0	576.429	-1.270.188	0	-693.759	-40	-693.799
5.04.08	Dividendos de 2011 pagos	0	0	-517.342	0	0	-517.342	0	-517.342
5.04.09	Juros sobre o capital próprio creditados	0	0	0	-276.200	0	-276.200	0	-276.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.499.497	0	1.499.497	426	1.499.923
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.499.497	0	1.499.497	426	1.499.923
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	18.816	46.891	-65.707	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	18.816	-18.816	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	65.707	-65.707	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	2.340.060	0	582.656	5.460.177	2.663	5.462.840

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	359.072	-1.431.411	0	-1.072.339	1.807	-1.070.532
5.04.06	Dividendos	0	0	517.342	-1.175.356	0	-658.014	-258	-658.272
5.04.08	Transações com aconista não controlador	0	0	0	-2.065	0	-2.065	2.065	0
5.04.09	Dividendos de 2010 pagos	0	0	-158.270	0	0	-158.270	0	-158.270
5.04.10	Juros sobre o capital próprio creditados	0	0	0	-253.990	0	-253.990	0	-253.990
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.447.636	0	1.447.636	470	1.448.106
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.447.636	0	1.447.636	470	1.448.106
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	76.052	-16.225	-59.827	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	66.597	-66.597	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	9.455	-9.455	0	0	0	0
5.06.06	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	59.827	-59.827	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981	2.277	5.450.258

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048	0	4.449.048
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048	0	4.449.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	76.357	-664.370	0	-588.013	0	-588.013
5.04.06	Dividendos	0	0	158.270	-444.370	0	-286.100	0	-286.100
5.04.08	Dividendos de 2009 pagos	0	0	-81.913	0	0	-81.913	0	-81.913
5.04.09	Juros sobre o capital próprio creditados	0	0	0	-220.000	0	-220.000	0	-220.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.211.649	0	1.211.649	0	1.211.649
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.211.649	0	1.211.649	0	1.211.649
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	604.158	-547.279	-56.879	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	543.576	-543.576	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	56.879	-56.879	0	0	0
5.06.06	Reserva legal	0	0	60.582	-60.582	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	5.760.422	5.161.736	4.936.968
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.489.792	4.848.480	4.586.133
7.01.02	Outras Receitas	-16.704	19.121	45.622
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	0	19.121	45.622
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-16.704	0	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	290.271	300.315	305.213
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.937	-6.180	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.640.263	-1.212.663	-1.432.233
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-770.423	-612.770	-751.474
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-206.474	-183.778	-168.911
7.02.04	Outros	-663.366	-416.115	-511.848
7.02.04.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	-26.072	103.215	66.519
7.02.04.02	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-329.949	-287.161	-269.087
7.02.04.03	Gastos com a construção de usinas	-256.430	-199.282	-267.976
7.02.04.04	Outros	-50.915	-32.887	-41.304
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.120.159	3.949.073	3.504.735
7.04	Retenções	-561.174	-501.099	-461.325
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-561.174	-501.099	-461.325
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.558.985	3.447.974	3.043.410
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	88.185	133.672	130.627
7.06.02	Receitas Financeiras	88.185	133.672	130.627
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.647.170	3.581.646	3.174.037
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.647.170	3.581.646	3.174.037
7.08.01	Pessoal	216.139	190.334	178.569
7.08.01.01	Remuneração Direta	139.508	121.173	118.684
7.08.01.02	Benefícios	43.645	37.922	33.278
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.145	8.910	7.874
7.08.01.04	Outros	22.841	22.329	18.733
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	22.841	22.329	18.733

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.181.253	1.108.217	1.014.964
7.08.02.01	Federais	1.094.512	1.010.818	919.778
7.08.02.02	Estaduais	84.613	94.886	93.693
7.08.02.03	Municipais	2.128	2.513	1.493
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	373.799	450.037	404.113
7.08.03.01	Juros	304.122	314.813	342.182
7.08.03.02	Aluguéis	13.999	15.713	11.982
7.08.03.03	Outras	55.678	119.511	49.949
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	33.841	101.033	37.237
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	21.837	18.478	12.712
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.546.389	1.429.346	1.191.119
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	276.200	253.990	220.000
7.08.04.02	Dividendos	1.270.189	1.175.356	444.370
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	0	526.749
7.08.05	Outros	329.590	403.712	385.272
7.08.05.01	Encargos setoriais	168.984	213.258	184.853
7.08.05.02	Encargos sobre concessão a pagar	207.072	171.694	179.889
7.08.05.03	Reserva legal	0	66.597	60.582
7.08.05.04	Realização do ajuste a valor justo	-65.708	-59.827	-56.879
7.08.05.05	Reserva de incentivos fiscais	18.816	9.455	16.827
7.08.05.06	Acionista não controlador	426	2.535	0

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis internacionais e as adotadas no Brasil.

Mensagem da Administração

Para a Tractebel Energia, 2012 foi mais um ano de realizações, apesar do cenário de crises externas, do discreto crescimento da economia brasileira e de contratempos regulatórios. O lucro líquido da Companhia atingiu R$ 1,5 bilhão, representando um aumento de 3,6% em relação a 2011. As ações da Tractebel Energia tiveram uma variação positiva de 18,9%, sem incluir os proventos, enquanto o índice do setor elétrico recuou 11,7%, e o Ibovespa avançou 7,4%.

A Companhia teve seus ratings elevados por agências de classificação de risco de primeira linha. A Tractebel Energia alcançou o grau AAA na escala local e o BBB na internacional.

Oferecendo uma sólida estrutura de garantias, a Companhia conseguiu viabilizar o financiamento das primeiras usinas eólicas destinadas exclusivamente ao mercado livre – as do Complexo Eólico Trairi, no Ceará –, concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em outra frente, medidas de preparação da Tractebel Energia para a aquisição da participação da GDF SUEZ no projeto da Usina Hidrelétrica Jirau, como a ampliação dos limites de financiamento resultante da revisão dos *covenants* e a racionalização do endividamento da Companhia, iniciadas em 2011, foram concluídas em 2012. E, pelo oitavo ano consecutivo, a Tractebel Energia manteve-se no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

Contribuíram para o alcance desses importantes resultados a credibilidade e a solidez da nossa controladora, a GDF SUEZ – que incorporou a International Power em 2012, assim fortalecendo sua posição de maior produtora independente de energia do mundo, com capacidade instalada superior a 118 GW.

Ao longo de sua história, a Tractebel Energia vem concretizando um consistente planejamento estratégico de expansão em todas as regiões do território brasileiro, diversificando sua matriz energética e a participação nos diferentes mercados regionais. A Companhia adota e dissemina seus valores, sua Política de Gestão Sustentável e seu sistema de governança corporativa em todas as regiões em que atua, o que viabiliza a implantação e operação de usinas que, em alguns casos, são distantes milhares de quilômetros da sede e entre si, em regiões que guardam peculiaridades culturais e diferentes demandas de qualificação de mão de obra local.

Em 17 de outubro, com 97,3% da energia assegurada e sete das oito unidades geradoras em pleno funcionamento, foi inaugurada a Usina Hidrelétrica Estreito, na divisa de Tocantins e Maranhão – empreendimento no qual a Tractebel Energia participa com 40,07%, sendo a empresa líder do consórcio. O evento contou com a presença da Presidente da República, Dilma Rousseff, e do Presidente da GDF SUEZ, Gerard Mestrallet. Considerando-se a totalidade da potência de Estreito, a capacidade operada pela Companhia atinge 8.630 MW, e a própria, que exclui a participação de consorciadas em algumas usinas, 6.909 MW.

Além da grandiosidade da obra de engenharia em si, a construção de Estreito foi um importante marco no desenvolvimento econômico e social dos 12 municípios da região de abrangência do projeto, pois, além dos 33 programas oficiais, o projeto viabilizou vários programas voluntários implementados por seus sócios, promovendo benefícios tangíveis para a população local.

A implantação dos parques eólicos no Nordeste seguiu em curso, apesar de alguns entraves de licenciamento, já superados. O êxito da nossa estratégia de expansão majoritariamente por fontes renováveis obteve um importante reconhecimento: a inclusão do já mencionado Complexo Eólico Trairi no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Organização das Nações Unidas (ONU).

Outra iniciativa de relevância para ampliar as perspectivas futuras do uso de energias renováveis é o projeto de pesquisa e desenvolvimento – realizado em parceria com outras instituições – de um parque de energia solar para conexão ao Sistema Nacional Interligado, com capacidade de pico de 3,0 MW.

Nossas 22 usinas em operação, descontadas as paradas programadas, alcançaram em 2012 uma disponibilidade de 96,9%, 1,4 ponto percentual inferior aos 98,3% obtidos em 2011 e 2010. Problemas como limitações de uma unidade geradora da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, a inoperância de um transformador na Usina Termelétrica William Arjona e uma falha de contenção da vazão do Rio Tocantins na Usina Hidrelétrica Estreito, antes da sua inauguração, foram fatores que contribuíram para essa pequena redução. Em contrapartida, tivemos um novo recorde na geração instantânea, a qual, em 18 de outubro, atingiu 7.562,0 MW, o equivalente a 89,0% da capacidade total operada pela Tractebel Energia. Alcançamos também a maior geração histórica das usinas eólicas em operação: 19,3 MW médios, 46,6% acima da obtida em 2011, e que correspondem a um fator de capacidade de 44,3%.

A Companhia vem investindo no aumento da eficiência de suas unidades geradoras. Em 2012, foi iniciado o projeto de modernização e revitalização das usinas hidrelétricas Salto Santiago, Passo Fundo e Ponte de Pedra. Além disso, foram realizadas melhorias em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, reduzindo a quantidade de combustível para a geração de energia, o que também traz benefícios ao meio ambiente.

Todos os nossos operadores foram recertificados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e duas auditorias de manutenção ocorridas em maio e novembro de 2012 confirmaram as certificações segundo as normas NBR ISO 9001, NBR ISO 14001 e OHSAS 18001 obtidas em 2010 para 15 usinas, cuja capacidade instalada, somada, corresponde a cerca de 90% da total operada pela Tractebel Energia.

Três conquistas marcaram o êxito do nosso desempenho comercial em 2012: nossas vendas líquidas tiveram um aumento de 13,5% em relação a 2011, acumulando R$ 4,9 bilhões em 31 de dezembro – mais um recorde; 31 novos clientes ingressaram em nosso diversificado portfólio; e uma pesquisa realizada com a totalidade dos 114 clientes da Tractebel Energia, desde os mais antigos até os que ingressaram em 2012, obteve um índice geral de satisfação de 95%.

Como nos anos anteriores, conquistamos importantes reconhecimentos. Na gestão de recursos humanos, participando pela segunda vez da seleção promovida pelas revistas Você S.A. e Exame, a Tractebel Energia foi reeleita uma das melhores 150 empresas para se trabalhar no Brasil. Pela qualidade das suas demonstrações contábeis de 2011, também pelo segundo ano consecutivo, a Companhia foi contemplada com o Prêmio Abraconee, da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica, na categoria Grandes Empresas.

Já no ranking promovido pela revista Institutional Investor entre empresas da América Latina, a Tractebel Energia ficou em primeiro lugar no prêmio "Melhor Relação com Investidores" na avaliação dos analistas de mercado. E o Centro de Cultura de Entre Rios do Sul (RS), implantado em 2011 por meio do patrocínio da Tractebel Energia, foi vencedor do 8° Prêmio Brasil Ambiental, concedido pela Câmara de Comércio Americana, na categoria Responsabilidade Socioambiental. Finalmente, o programa voluntário "Crianças Saudáveis, Futuro Saudável", que já beneficiou cerca de 15 mil crianças em 197 escolas na região de Estreito melhorando indicadores de saúde, foi agraciado com o XI Prêmio de Sustentabilidade LIF da Câmara de Comércio França-Brasil.

Em 2012, foi de relevância para o setor elétrico a edição, em 11 de setembro, da Medida Provisória (MP) 579, com uma proposta de redução de encargos na conta de energia elétrica, aportes da União e antecipação da renovação de concessões de usinas que venceriam entre 2015 e 2017. As concessões da Tractebel Energia, por só começarem a vencer em 2028, não fizeram parte desse conjunto. Entendemos como positiva a intenção do Governo Federal de aumentar a modicidade tarifária e, com isso, a competitividade da indústria. Por outro lado, a decisão de investimentos de longo prazo de maturação requer estabilidade regulatória. Este requisito, que caracteriza o setor elétrico brasileiro desde 2004 – quando o modelo de modicidade tarifária foi implantado –, pelo menos temporariamente, foi posto em dúvida por analistas e investidores do setor. Prova disso foram os impactos sofridos, após a edição da MP 579, pelas ações do setor elétrico – que, portanto, terá entre os desafios de 2013 o restabelecimento de um ambiente regulatório capaz de garantir, em conjunto com a modicidade tarifária e a competitividade, a continuidade do suprimento de energia elétrica compatível com as necessidades do país.

A Tractebel Energia terá novos marcos na sua história em 2013. As obras do Complexo Eólico Trairi, no Ceará, serão concluídas, agregando mais 115 MW ao nosso parque gerador – e a Companhia permanece com o firme propósito de continuar sua expansão, principalmente por meio de fontes renováveis, como a hidráulica, a eólica, a biomassa e a solar. Teremos também a inauguração de três novos centros de cultura, nos mesmos moldes de autogestão do implantado em Entre Rios do Sul, sendo dois em Santa Catarina, nos municípios de Alto Bela Vista e Capivari de Baixo, e um em Quedas do Iguaçu, no Paraná.

Outro evento de grande importância em 2013 será a possível transferência para a Tractebel Energia da participação da GDF SUEZ na Usina Hidrelétrica Jirau, de 3.750 MW. Em 2012, a GDF SUEZ adquiriu a participação de um dos sócios, passando a deter 60% do empreendimento. A instalação do Comitê Independente de Partes Relacionadas conferirá a adequada transparência e confiabilidade ao processo de transferência.

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas, fornecedores, colaboradores, sócios, às populações das áreas de abrangência dos nossos empreendimentos e instituições com as quais nos relacionamos, pela confiança de que temos sido merecedores. Com todos, compartilhamos o mérito de nossas conquistas de 2012 e ratificamos nosso compromisso de máximo empenho para que 2013 seja mais um ano de sucesso, mantendo a trajetória exitosa da Tractebel Energia.

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

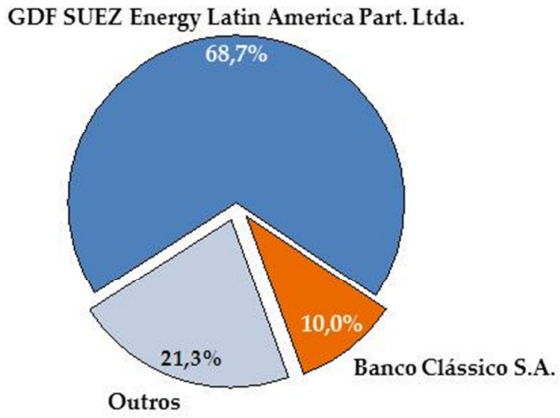
1_Perfil Institucional

A Tractebel Energia atua desde 1998 na geração e comercialização de energia, por meio da implantação e operação de usinas. Com sede em Florianópolis (SC) e presente em todas as regiões do Brasil, é a maior geradora privada do país.

A Companhia tem capital social de R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias, negociadas regularmente, sob o código TBLE3, no Novo Mercado da BM&FBovespa. A Tractebel Energia também negocia ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível I no mercado de balcão norte-americano, sob o código TBLEY, segundo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

A Companhia é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), que detém 68,7% das ações. Esta, por sua vez, é controlada pelo grupo franco-belga GDF SUEZ, maior produtor independente de energia do mundo, com uma capacidade instalada superior a 118 GW, e que atua em toda a cadeia de valor da energia, tanto na exploração e produção quanto no transporte, distribuição e comercialização, em eletricidade e gás natural.

Controle Acionário
Em 31.12.2012



1.1_Parque Gerador

O parque gerador da Tractebel Energia soma 6.909 MW de capacidade instalada própria, distribuída em 22 usinas, entre hidrelétricas, termelétricas e complementares – pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), eólicas e a biomassa –, em 12 estados das cinco regiões do Brasil. A Companhia opera todas essas usinas e controla integralmente 18 delas. Em quatro – Itá, Machadinho, Estreito e Ibitiúva Bioenergética –, participa como consorciada. A potência total das 22 usinas operadas pela Tractebel Energia é de 8.630 MW.

Para a exploração do parque gerador a Companhia detém concessões e autorizações outorgadas pelo órgão regulador, as quais apresentam as seguintes características:

Parque gerador e capacidade instalada dos ativos com outorga de concessão e autorização para a Companhia em 31 de dezembro de 2012

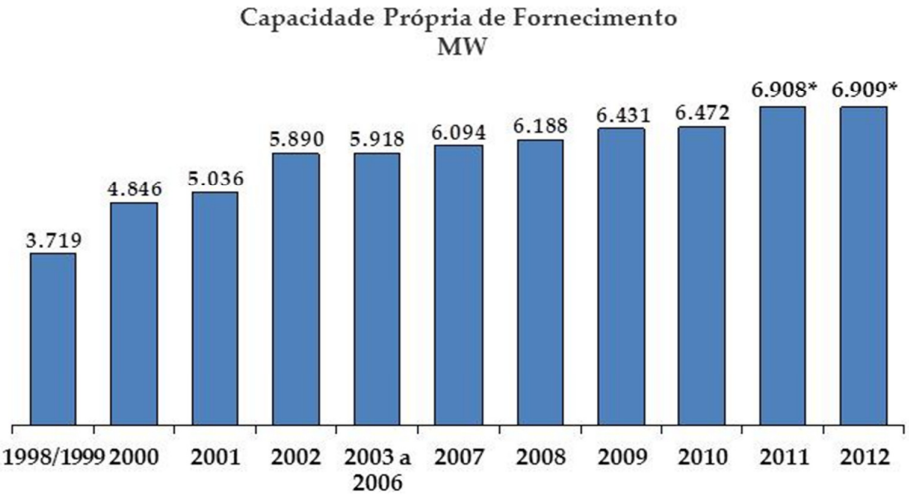
Usinas	Localização	Vencimento da concessão/ autorização	Capacidade Instalada própria (MW)
Hidrelétricas			
Salto Santiago	Rio Iguaçu (PR)	27.09.2028	1.420,0
Itá *	Rio Uruguai (SC e RS)	16.10.2030	1.126,9
Salto Osório	Rio Iguaçu (PR)	27.09.2028	1.078,0
Cana Brava	Rio Tocantins (GO)	27.09.2028	450,0
Estreito *	Rio Tocantins (TO/MA)	26.11.2037	435,6
Machadinho *	Rio Uruguai (SC e RS)	14.07.2032	403,9
São Salvador	Rio Tocantins (TO)	22.04.2037	243,2
Passo Fundo	Rio Passo Fundo (RS)	27.09.2028	226,0
Ponte de Pedra	Rio Correntes (MT)	30.09.2034	176,1
Total de fonte hidrelétrica			**5.559,7**
Termelétricas			
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda **	Capivari de Baixo (SC)	27.09.2028	857,0
William Arjona	Campo Grande (MS)	28.04.2029	190,0
Charqueadas	Charqueadas (RS)	27.09.2028	72,0
Alegrete	Alegrete (RS)	27.09.2028	66,0
Total de fonte termelétrica			**1.185,0**
Complementares			
Lages	Lages (SC)	29.10.2032	28,0
Rondonópolis	Ribeirão Ponte de Pedra (MT)	18.12.2032	26,6
Beberibe	Beberibe (CE)	03.08.2033	25,6
José Gelazio da Rocha	Ribeirão Ponte de Pedra (MT)	18.12.2032	23,7
Ibitiúva Bioenergética *	Pitangueiras (SP)	04.04.2030	22,9
Areia Branca	Rio Manhuaçu (MG)	02.05.2030	19,8
Pedra do Sal	Parnaíba (PI)	01.10.2032	18,0
Total das fontes complementares (biomassa, eólicas e PCH)			**164,6**
Total			**6.909,3**

(*) As usinas em consórcio possuem as seguintes capacidades instaladas totais: Itá, 1.450,0 MW; Estreito, 1.087 MW; Machadinho, 1.140 MW; e Ibitiúva, 33 MW. Assim, a capacidade das 22 usinas operadas pela Tractebel Energia soma 8.630 MW.

(**) Complexo Termelétrico composto por três usinas.

1.2_Expansão do Parque Gerador

A Companhia vem concretizando um consistente planejamento estratégico de expansão em todas as regiões do Brasil, diversificando sua matriz energética e a participação nos diferentes mercados regionais, e permanece com o firme propósito de continuar essa ampliação, principalmente por meio de fontes renováveis, como a hidráulica, a eólica, a biomassa e a solar.



- Considera alteração de participação societária, ocorrida em 2012, na Ibitiúva Bioenergética e a motorização completa da UHE Estreito, esperada para o decorrer de 2013.

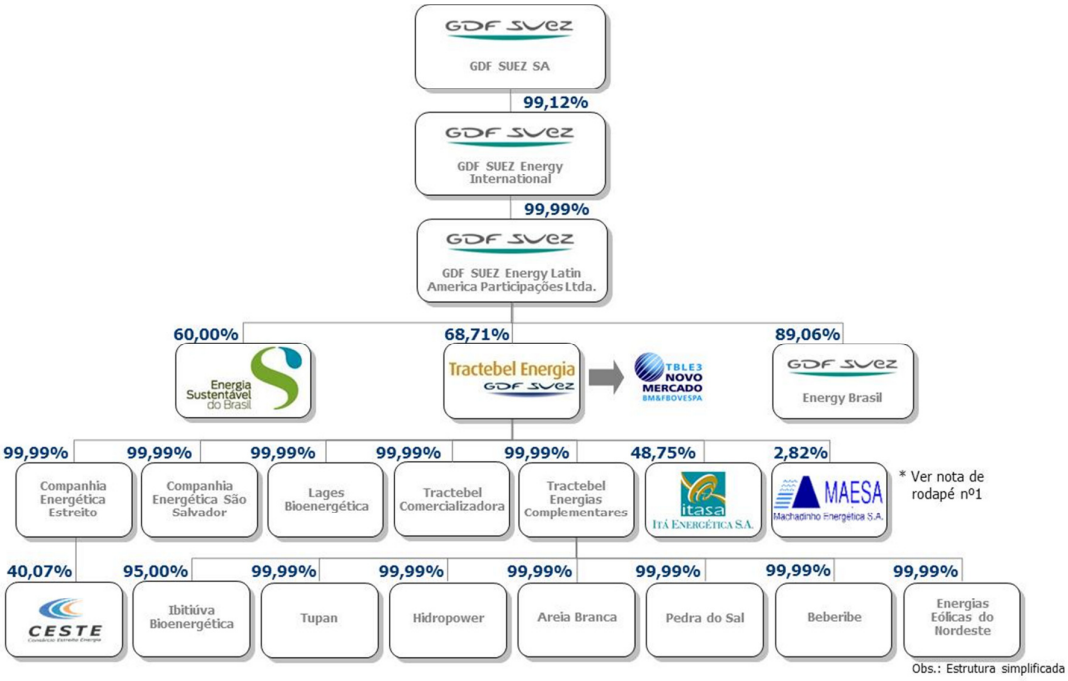
Em 17 de outubro, com 97,3% da energia assegurada e sete das oito unidades geradoras em pleno funcionamento, foi inaugurada a Usina Hidrelétrica Estreito – empreendimento no qual a Tractebel Energia participa com 40,07% –, na divisa de Tocantins e Maranhão. Além disso, as obras de implantação do Complexo Eólico Trairi, no Ceará, com capacidade instalada de 115 MW, mantiveram-se em curso em 2012 e têm previsão de conclusão para 2013.

2_Estrutura Societária

A Tractebel Energia é controladora das seguintes empresas: Companhia Energética Estreito, Companhia Energética São Salvador, Lages Bioenergética Ltda., Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. e Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Esta última é responsável, especificamente, pela intermediação e operação de compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia possui também as seguintes participações: (i) 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa)[1] e 19,28% no Consórcio Machadinho, responsável pela exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho; (ii) 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), por meio da participação detida pela Companhia Energética Estreito, responsável pela exploração da Usina Hidrelétrica Estreito; e (iii) 72,90% no Consórcio Andrade, responsável pela exploração da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, por meio da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A., da qual a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. detém 95,00% do capital social.

Organograma Societário Simplificado em 31.12.2012



Adicionalmente, a Tractebel Energia participa com 48,75% no controle compartilhado da Itá Energética S.A. (Itasa). A Itasa, por sua vez, possui 60,5% do Consórcio Itá, o qual detém a concessão da Usina Hidrelétrica Itá, e, neste, a Tractebel Energia tem participação direta de 39,5%. Somando-se sua participação na Itasa e no Consórcio, a Companhia detém 68,99% da Usina Hidrelétrica Itá. O controle compartilhado da Itasa é regido por acordo de acionistas, e as decisões de interesse comum do Consórcio Itá são tomadas por um comitê gestor, conforme definido no Contrato de Constituição do Consórcio, composto por quatro membros, sendo dois representantes da Tractebel Energia.

[1] Em 04.12.2012, o Conselho de Administração da Tractebel Energia aprovou o memorando de entendimento para extinção da Maesa, mediante a reversão do patrimônio desta para seus acionistas, na proporção de suas respectivas participações, e incorporação de seus ativos pela Companhia. Na mesma oportunidade, foi autorizada a convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, em fevereiro de 2013 para apreciação da matéria.

3_Ambiente Macroeconômico

Em 2012, a economia brasileira passou por um cenário de desaceleração do crescimento, reflexo da economia global ainda impactada pela crise financeira da zona do euro e das medidas tomadas pelo Governo Federal para ajuste da estratégia de crescimento econômico do país.

Entre essas medidas, estão a mudança na política cambial, visando à desvalorização do real em relação ao dólar para incentivar as exportações, e o corte nas taxas de juros para estimular os investimentos produtivos. Apesar da valorização de 9,43% do dólar, que encerrou o ano cotado em R$ 2,0447, as exportações não tiveram o aumento esperado.

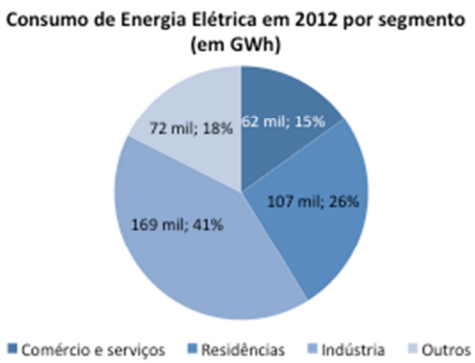
A combinação da desvalorização do real e o aumento do preço das commodities gerou um processo inflacionário que acarretou queda do poder aquisitivo e, consequentemente, redução do ritmo de consumo, enfraquecendo a expansão da indústria.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do ano chegou a 5,8%, queda de 0,7 pontos percentuais (p.p.) em relação ao ano anterior e 1,3 p.p. acima da meta definida pelo Governo de 4,5% com margem de 2 p.p. para mais ou para menos. Esse índice, acima do esperado pelo Governo e por analistas, deve-se principalmente à quebra da safra agrícola no hemisfério norte, o que elevou os preços de grãos e derivados. Seu aumento também teve relação com a taxa Selic, que encerrou o ano em 7,25% – queda de 3,75 p.p. em relação a 2011 após 10 cortes consecutivos pelo Comitê de Política Monetária (Copom), com o objetivo de impulsionar a atividade econômica no país.

Nesse cenário, segundo o relatório Focus do Banco Central (BC) – publicado na primeira semana de janeiro de 2013 –, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deve ser de 0,98%, continuando a curva de desaceleração em relação aos 2,9% de 2011 e de 7,5% de 2010.

4_Consumo de Energia Elétrica

O consumo de energia elétrica no Brasil de janeiro a novembro de 2012, de acordo com relatório publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) na primeira semana de janeiro de 2013, foi de 410 mil GWh, volume 3,6% maior do que o verificado no mesmo período de 2011.



O aumento da demanda nas categorias comércio e serviços e residências foi o principal responsável por esse crescimento acima do ritmo do PIB. Na categoria comércio e serviços, o consumo evoluiu 7,8%, passando a representar 15,1% do total consumido, com 62 mil GWh. O segmento de residências, por sua vez, alcançou 107 mil GWh, alta de 4,8% em comparação com o ano anterior.

A indústria apresentou leve crescimento de 0,3% no consumo, apesar de reduzir a produção em 2,6% no período, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), piorando o padrão de eficiência no consumo de energia, que totalizou 169 mil GWh.

O restante do consumo, distribuído na segmentação "outros", que envolve principalmente os setores rural e público, apresentou aumento de 6,4% no consumo, somando 72 mil GWh.

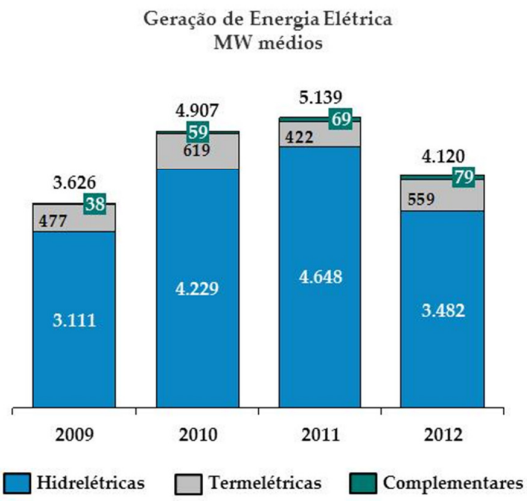
5_Desempenho Operacional

5.1_ Disponibilidade

O valor anual acumulado de disponibilidade alcançado em 2012 pelas usinas operadas pela Tractebel Energia foi de 96,9% desconsiderando-se as paradas programadas, sendo 98,3% nas hidrelétricas, 89,0% nas termelétricas e 93,8% nas usinas complementares. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi de 90,9%, sendo 94,1% para as hidrelétricas, 72,7% para as termelétricas e 87,2% para as complementares.

5.2_Produção

No período de 12 meses, a produção total de energia elétrica nas usinas operadas pela Tractebel Energia alcançou 36.193 GWh (4.120 MW médios), sendo 30.584 GWh (3.482 MW médios) provenientes das hidrelétricas, 4.916 GWh (559 MW médios) das termelétricas e 693 GWh (79 MW médios) das usinas complementares. Em comparação a 2011, houve uma redução de geração total de 19,6%.



Fundamentalmente, essa redução de geração em relação ao ano anterior está associada às condições hidrológicas adversas na região Sul do país e à parada da Unidade C do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, no primeiro semestre de 2012, para modernização e reforma. As condições de hidrologia, principalmente na bacia do Rio Uruguai, foram responsáveis por uma redução de 24,9% na geração nas usinas hidrelétricas em relação a 2011. Nas termelétricas, em contrapartida, houve um aumento de 32,8% na geração, e um aumento de 14,7% nas complementares, em relação ao ano anterior, com destaque para a geração das usinas eólicas, que registraram a sua maior geração anual histórica: 19,3 MW médios, 46,6% acima da obtida em 2011, correspondente a um fator de capacidade de 44,3%.

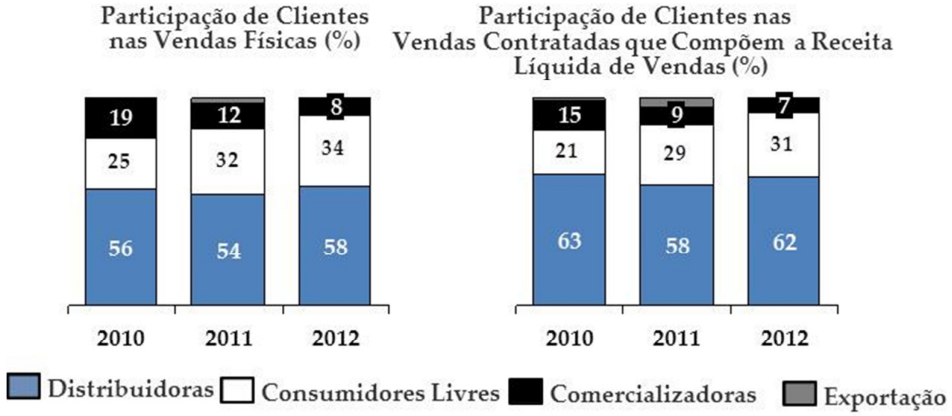
Cabe ressaltar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Da mesma forma, a redução desse tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro. Isso se deve à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as outras variáveis.

5.3_Clientes

No acumulado dos 12 meses de 2012, a presença de consumidores livres no portfólio da Companhia apresentou crescimento, alcançando 34,1% das vendas físicas e 30,5% da receita líquida de vendas, representando aumento de 2,3 p.p. e 1,8 p.p., respectivamente, em comparação a 2011.

O crescimento da participação das vendas para distribuidoras, observado nos gráficos a seguir, reflete o início da operação comercial da Usina Hidrelétrica Estreito, contratada no ambiente regulado por prazo de 30 anos, a partir de janeiro de 2012.

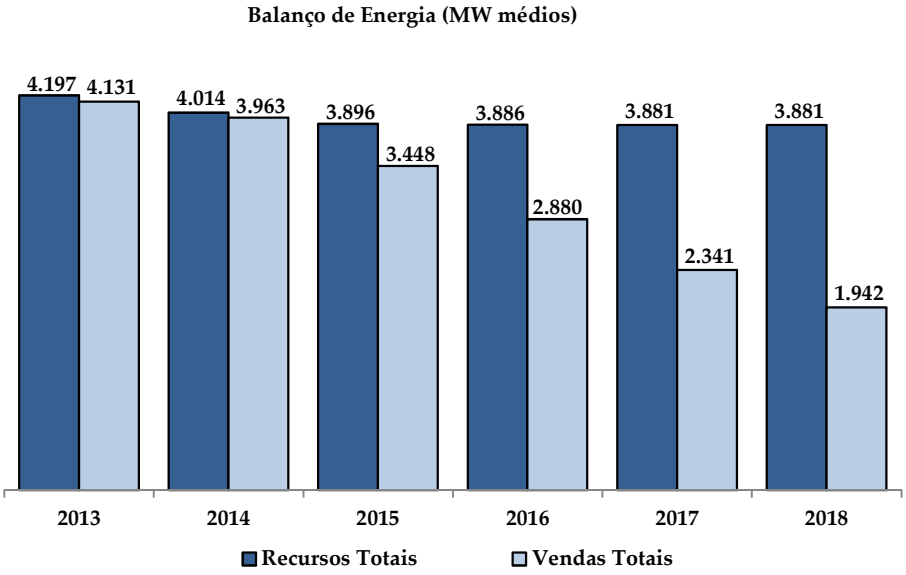


A Tractebel Energia vem sustentando nos últimos anos a sua posição de principal geradora privada do país. O setor elétrico brasileiro é caracterizado por uma forte presença de companhias com controle estatal, principalmente na atividade de geração de energia elétrica.

Os principais concorrentes da Companhia são a Eletrobras, CESP, Cemig, Petrobras, Copel, AES Tietê, CPFL Energia, Duke Energy, Geração Paranapanema, Grupo Neoenergia e Energias do Brasil.

5.4_ Balanço de Energia

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31.12.2012, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2014.



A Companhia comercializa sua energia, substancialmente, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) – venda para distribuidoras em leilões públicos e comercialização feita através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) –, e no Ambiente de Contratação Livre (ACL) – venda direta para geradoras, comercializadoras e consumidores livres.

6_ Desempenho Econômico-Financeiro

6.1_Indicadores e informações financeiras

	2010	2011	2012	Variação 2012/2011
Informações financeiras (R$ milhões)				
Ativo total	12.486,3	12.028,6	12.264,4	2,0%
Patrimônio líquido	5.072,7	5.450,3	5.462,8	0,2%
Receita líquida de vendas	4.100,4	4.327,0	4.912,5	13,5%
Lucro bruto	2.212,3	2.466,3	2.781,6	12,8%
Resultado de serviço (EBIT ou LAJIR) (1)	2.150,2	2.408,6	2.547,2	5,8%
Lucro operacional	1.721,3	2.034,8	2.100,0	3,2%
Lucro líquido	1.211,6	1.448,1	1.499,9	3,6%
EBITDA (LAJIDA) (2)	2.611,5	2.909,7	3.108,4	6,8%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)				
Dívida total (empréstimos, financiamentos e debêntures)	4.443,9	3.649,2	3.534,5	-3,1%
Caixa e equivalentes de caixa	1.082,6	781,8	1.180,0	50,9%
Dívida líquida	3.361,3	2.867,4	2.354,5	-17,9%
ROCE (3) (%)	20,2	22,4	24,8	2,39 p.p.
Dívida bruta/EBITDA (LAJIDA)	1,7	1,3	1,1	-
Participação do capital de terceiros sobre o ativo total (%)	59,4	54,7	55,5	0,8 p.p.
Margem operacional (%)	42,0	47,0	42,7	-4,3 p.p.
Margem líquida (%)	29,5	33,5	30,5	-3,0 p.p.
Ações				
Lucro líquido por ação (R$)	1,8562	2,2185	2,2979	3,6%
Preço médio da ação (4) – ON (R$)	22,78	29,96	32,35	8,0%
Dividendos por ação (R$)	1,0178	2,1898	2,3691	8,2%

(1) EBIT (LAJIR) = lucro operacional + resultado financeiro;

(2) EBITDA (LAJIDA) = lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização;

(3) ROCE (retorno sobre o capital empregado) = resultado do serviço/ativo não circulante.

(4) Média simples dos preços de fechamento, ajustados a dividendos.

6.2_Receita Líquida de Vendas

No ano em análise, houve uma ampliação da receita líquida de vendas de R$ 585,5 milhões, ou 13,5%, passando de R$ 4.327,0 milhões no ano de 2011 para R$ 4.912,5 milhões em 2012. Essa elevação decorreu, essencialmente, da combinação do seguinte: (i) R$ 300,4 milhões – aumento do preço médio líquido de venda; (ii) R$ 212,7 milhões – elevação da quantidade de energia vendida; (iii) R$ 210,3 milhões – acréscimo da receita das transações realizadas no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (iv) R$ 7,2 milhões – crescimento das vendas de crédito de carbono e de cinzas; (v) R$ 145,1 milhões – redução da exportação de energia.



A entrada em operação comercial ao longo de 2012 de unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito) agregou receita adicional de R$ 191,5 milhões no ano, valor já considerado na segmentação mencionada no parágrafo anterior.

- **Preço médio líquido de venda**

Em 2012, o preço médio líquido de venda de energia foi de R$ 132,66/MWh, ou 8,1% superior ao praticado no ano de 2011, que foi de R$ 122,68/MWh.

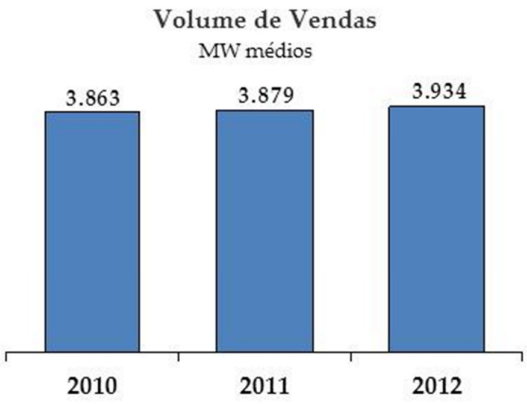
A elevação do preço médio foi resultante da atualização monetária dos contratos existentes bem como dos maiores preços praticados em novos contratos, especialmente, os de venda para comercializadoras.



- **Volume de vendas**

No acumulado de 2012, a quantidade de energia vendida foi de 34.559 GWh (3.934 MW médios), 575 GWh (55 MW médios), ou 1,7%, acima dos 33.984 GWh (3.879 MW médios) registrados em 2011. Desconsiderando-se a exportação de energia, que caiu de 824 GWh (94 MW médios) em 2011 para 26 GWh (3 MW médios) em 2012, o volume de venda de energia aumentou em 1.373 GWh (156 MW médios), ou 4,1%, entre os anos analisados. Dessa variação, 1.299 GWh (147 MW médios) resultaram da entrada em operação comercial das unidades da UHE Estreito.

O aumento da quantidade de energia vendida, sem considerar a exportação, foi reflexo do que segue: (i) ampliação de 1.653 GWh (188 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras; (ii) evolução de 984 GWh (112 MW médios) na energia vendida para consumidores livres; e (iii) decréscimo de 1.264 GWh (144 MW médios) nas vendas para comercializadoras.



A Companhia, ao longo de 2011 e 2012, em atendimento à solicitação de determinados consumidores livres, transferiu alguns contratos anteriormente firmados com os mesmos para empresas comercializadoras pertencentes ao mesmo grupo econômico da empresa. Ademais, a Companhia firmou novos contratos com comercializadoras que também repassam a energia adquirida exclusivamente para unidades industriais do mesmo grupo. Essas ações têm sido motivadas pela iniciativa de clientes de aprimorar a gestão de suas compras e alocações de energia no conjunto de suas unidades industriais.

Entretanto, na busca de uma análise mais realista sobre a evolução de vendas para consumidores livres, a Companhia, a partir de 2012, passou a apresentar as vendas para comercializadoras que destinam a energia comprada para as suas unidades produtoras como vendas para consumidores livres, e não mais como para comercializadoras. A título de informação, o montante reclassificado no ano de 2011 foi 678 GWh (77 MW médios), equivalente a R$ 82,5 milhões.

6.3_Comentários sobre as variações da receita líquida de vendas, por natureza de conta

a) Suprimento de energia elétrica

No período de 12 meses de 2012, a receita de suprimento de energia elétrica atingiu R$ 3.182,8 milhões, acréscimo de R$ 324,2 milhões, ou 11,3%, em relação à receita auferida em 2011, que foi de R$ 2.858,6 milhões. Essa ampliação é explicada pelas seguintes variações: (i) R$ 168,1 milhões - crescimento de 6,5% no preço médio líquido de venda para distribuidoras; (ii) R$ 56,8 milhões – ampliação do preço da energia vendida para comercializadoras em 17,0%; (iii) R$ 230,7 milhões – incremento de 1.653 GWh (188 MW médios), ou 9,1%, no volume vendido para distribuidoras; e (iv) R$ 131,4 milhões – redução de 1.264 GWh (144 MW médios) nas vendas para comercializadoras.

O aumento das vendas para distribuidoras deve-se, substancialmente, ao início do fornecimento da energia da UHE Estreito no ambiente regulado de comercialização de energia para distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2012. No ano em análise, houve ainda uma redução no volume comercializado através de contratos bilaterais assinados anteriormente aos leilões de energia no ambiente regulado.

Durante o ano de 2011, a energia gerada pela UHE Estreito foi vendida, substancialmente, para consumidores livres.

b) Fornecimento de energia elétrica

Nos 12 meses de 2012, a receita de fornecimento de energia alcançou R$ 1.398,4 milhões, 15,6% além dos R$ 1.209,4 milhões auferidos no mesmo período de 2011. Essa ampliação está relacionada ao que segue: (i) R$ 113,4 milhões – acréscimo de 984 GWh (112 MW médios) na quantidade de venda de energia; e (ii) R$ 75,6 milhões – crescimento de 6,0% no preço médio líquido da energia vendida.

c) Transações no âmbito da CCEE

No ano em análise, houve uma ampliação de R$ 210,3 milhões na receita auferida na CCEE, passando de R$ 88,0 milhões em 2011 para R$ 298,3 milhões em 2012. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir no item "Detalhamento das operações na CCEE".

d) Exportação de energia elétrica

No acumulado de 2012, a receita líquida de exportação de energia foi de R$ 8,0 milhões, redução de R$ 145,1 milhões em relação aos R$ 153,1 milhões registrados no ano de 2011. A queda verificada decorreu tanto pela menor demanda, principalmente por parte da Argentina, quanto pelo fato de as unidades termelétricas da Companhia estarem operando por ordem de mérito, em atendimento às necessidades energéticas do Sistema Interligado Nacional (SIN).

6.4_Custos da Venda de Energia e Serviços

Em 2012, os custos da venda de energia e serviços alcançaram R$ 2.130,9 milhões, 14,5%, ou R$ 270,3 milhões, superiores aos R$ 1.860,6 milhões registrados no ano de 2011. Essas variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

a) **Energia elétrica comprada para revenda:** incremento de R$ 191,6 milhões, correspondentes a 1.341 GWh (153 MW médios) no ano de 2012 em relação a 2011, motivado pelo plano da Companhia de comprar energia de curto e médio prazos para a criação de novos produtos para fornecimento no período de três, quatro e cinco anos e, em menor proporção, pelo reajuste anual de preços dos contratos já existentes.

b) **Transações no âmbito da CCEE:** entre os exercícios de 2012 e 2011, o aumento verificado foi de R$ 31,5 milhões. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.

c) **Combustíveis para produção de energia elétrica:** Na comparação entre os anos em análise, esses custos apresentaram um declínio de R$ 69,1 milhões, refletindo a combinação dos seguintes fatos: (i) queda de R$ 84,2 milhões no consumo de carvão mineral próprio em razão da redução da exportação de energia; e (ii) elevação de R$ 15,1 milhões no consumo de biomassa, gás natural e óleo diesel devido ao aumento da geração nas usinas termelétricas.

d) **Encargos de uso de rede elétrica e conexão**: incremento de R$ 42,8 milhões entre os anos de 2012 e de 2011, refletindo, principalmente, os efeitos do reajuste anual da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e da entrada em operação comercial de três novas unidades geradoras da UHE Estreito.

e) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties):** redução R$ 47,4 milhões entre os anos comparados, resultado da combinação do seguinte: (i) menor geração hidrelétrica em virtude da estiagem que atingiu o país; (ii) reajuste tarifário anual; e (iii) início da operação de novas unidades da UHE Estreito.

f) **Pessoal:** aumento de R$ 18,7 milhões entre os anos analisados, decorrente, substancialmente, do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados e de provisões adicionais relativas a novas adesões ao Programa de Demissão Voluntária (PDV).

g) **Materiais e serviços de terceiros:** elevação de R$ 19,9 milhões entre os anos de 2011 e 2012, em função, basicamente, da maior demanda por serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia e, em menor proporção, por serviços de consultorias ambientais e de engenharia. Ao final de 2012, a Companhia incorreu em custos extraordinários de manutenção das unidades termelétricas, em especial, no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e na Usina Termelétrica Alegrete, a qual foi demandada a gerar para atendimento às necessidades do Sistema Integrado Nacional em razão da redução de oferta da geração hidrelétrica no sistema elétrico brasileiro.

h) **Depreciação e amortização:** ampliação de R$ 63,4 milhões entre os anos em análise, em razão, especialmente, da entrada em operação de novas unidades geradoras da UHE Estreito.

i) **Outros custos**: aumento de R$ 18,9 milhões entre os anos verificados, em função do ajuste extraordinário dos tributos sobre compra de energia realizada no primeiro trimestre de 2012.

6.5_Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

No acumulado de 2012, o resultado líquido na CCEE foi positivo em R$ 244,8 milhões, crescimento de R$ 178,8 milhões em relação ao também resultado positivo de R$ 66,0 milhões obtidos no mesmo período de 2011.

Essa elevação do resultado decorreu, em especial, da conjunção do que segue: (i) incremento da posição vendedora na CCEE; (ii) aumento da receita resultante da energia secundária, compensada quase que integralmente pelos custos decorrentes da redução da geração hidrelétrica nos últimos meses do ano, conforme anteriormente mencionado; (iii) ampliação do resultado negativo decorrente da exposição termelétrica, ainda que o volume de exposição em 2012 tenha sido inferior ao ano anterior; e (iv) queda do resultado positivo no MRE.

Cabe considerar que os expressivos aumentos do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que passaram de R$ 29,55/MWh em 2011 para R$ 166,77/MWh em 2012, contribuíram significativamente para os efeitos positivos nos resultados decorrentes do aumento da posição vendedora na CCEE e da energia secundária, bem como para os impactos negativos advindos do crescimento do valor da exposição termelétrica e dos custos resultantes da redução da geração hidrelétrica.

6.6_Despesas Gerais e Administrativas

No acumulado de 2012, as despesas gerais e administrativas foram de R$ 170,0 milhões, portanto, superiores em R$ 12,9 milhões aos R$ 157,1 milhões em 2011. Excluindo-se a doação extraordinária realizada pela Companhia no montante de R$ 5,3 milhões em 2012, essas despesas cresceram R$ 7,6 milhões entre os exercícios comparados, resultado, principalmente, das seguintes variações: (i) incremento de R$ 9,1 milhões de gastos com pessoal devido ao reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados e de provisões adicionais relativas a novas adesões ao Programa de Demissão Voluntária (PDV); (ii) aumento de R$ 3,9 milhões nos gastos e provisões relativas a serviços de consultorias e advogados; (iii) redução de R$ 3,3 milhões na depreciação e amortização causada pelo término da vida útil de determinados ativos; e (iv) redução de R$ 1,4 milhão nas despesas com aluguéis.

6.7_Constituições e Reversões de Provisões Operacionais, Líquidas

A Companhia, no ano de 2012, registrou despesa líquida decorrente de provisões operacionais de R$ 29,0 milhões, ao passo que no ano anterior reconheceu receita líquida relativa à reversão de provisões de R$ 97,0 milhões, acarretando, portanto, impacto negativo no resultado entre os anos analisados de R$ 126,0 milhões. As principais provisões registradas em 2012 correspondem, principalmente, a (i) contingências de naturezas cíveis e tributárias no valor de R$ 12,6 milhões; e (ii) provisão para perda não recorrente resultante de efeitos de incorporação de ativo, a ser realizada pela Companhia, no valor de R$ 15,7 milhões. As reversões mais relevantes reconhecidas em 2011 foram: (i) de passivo atuarial, não recorrente, registrado no montante adicional de R$ 76,9 milhões; e (ii) de contingências de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias, no valor liquido de R$ 13,1 milhões.

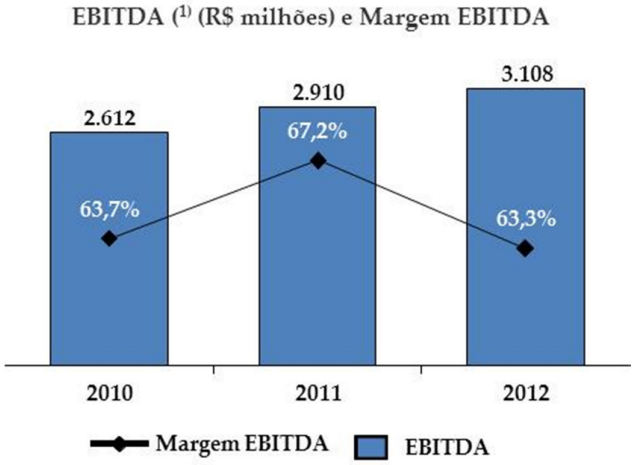
6.8_Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

No ano de 2012, foi reconhecida uma despesa líquida de R$ 16,7 milhões, referente, substancialmente, à perda na baixa de ativos fixos e a penalidades assumidas com fornecedores, enquanto que em 2011 foi registrada receita líquida de R$ 19,1 milhões, decorrente da combinação do seguinte: (i) ganho não recorrente na alienação de investimento no montante de R$ 15,4 milhões; (ii) ganho extraordinário em ação judicial referente a PIS e Cofins de R$ 8,8 milhões; e (iii) perda na baixa de ativo imobilizado no valor de R$ 5,1 milhões. Os citados impactos derivaram um efeito negativo no resultado entre os anos comparados de R$ 35,8 milhões.

6.9_EBITDA e Margem EBITDA

No ano de 2012, o EBITDA atingiu R$ 3.108,4 milhões, 6,8% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 2.909,7 milhões, enquanto a margem EBITDA sofreu redução de 3,9 p.p. – 63,3% em 2012 e 67,2% em 2011.

Excluindo-se os efeitos anuais não recorrentes – total de R$ 101,1 milhões em 2011, sendo R$ 76,9 milhões referentes à reversão de provisão, R$ 8,8 milhões oriundos de ganho em ação judicial e R$ 15,4 milhões relativos à alienação de investimento; e R$ 15,7 milhões em 2012 decorrentes de provisão –, o EBITDA cresceu 11,2%. Por outro lado, a margem EBTIDA sofreu redução entre os anos de 2011 e 2012 de 64,9% para 63,6%. A queda na margem EBITDA decorreu, principalmente, da combinação do seguinte: (i) elevação da compra de energia para revenda; e (ii) aumento do resultado positivo das operações praticadas no âmbito da CCEE, que parcialmente compensou o fator descrito no item (i).



(1) EBITDA representa: lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA, apresentamos a tabela a seguir:

(Valores em R$ mil)	2010	2011	2012	Variação 2012/2011
Lucro líquido	1.211.649	1.448.106	1.499.923	3,6%
(+) Imposto de renda e contribuição social	509.661	586.682	600.077	2,3%
(+) Despesas financeiras, líquidas	428.842	373.810	447.238	19,6%
(+) Depreciação e amortização	561.174	501.099	561.174	12,0%
EBITDA	**2.711.326**	**2.909.697**	**3.108.412**	**6,8%**

6.10_Resultado Financeiro

Receitas financeiras: No comparativo entre os anos, as receitas financeiras caíram R$ 45,5 milhões, passando de R$ 133,7 milhões em 2011 para R$ 88,2 milhões em 2012. Essa variação é explicada, substancialmente, pelas seguintes reduções: (i) R$ 28,0 milhões na receita de aplicação financeira; (ii) R$ 7,1 milhões nos juros sobre créditos tributários; (iii) R$ 2,5 milhões nos juros sobre contas de energia; (iv) R$ 2,8 milhões decorrentes, essencialmente, de recuperação de valores de aplicações financeiras de instituição liquidada pelo Banco Central; e (v) R$ 5,1 milhões em outras receitas financeiras.

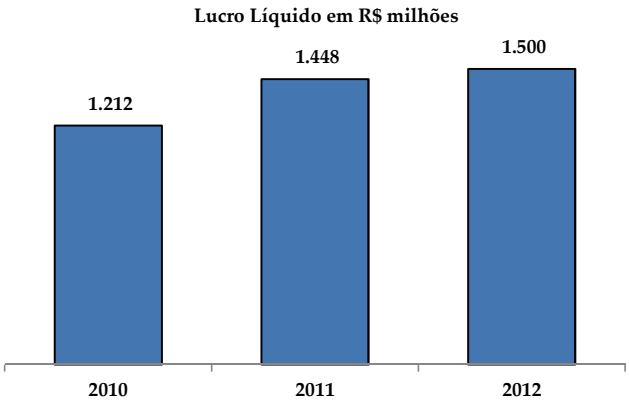
Despesas financeiras: As despesas financeiras cresceram de R$ 507,5 milhões em 2011 para R$ 535,4 milhões em 2012, ou seja, R$ 27,9 milhões, resultante dos seguintes aumentos: (i) R$ 14,8 milhões nos juros; (ii) R$ 3,5 milhões na variação cambial; e (iii) R$ 9,6 milhões na variação monetária.

6.11_Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No acumulado do ano, as despesas com IR e CSLL passaram de R$ 586,7 milhões, em 2011, para R$ 600,1 milhões em 2012, crescimento de R$ 13,4 milhões. Essa evolução é resultado, sobretudo, do aumento do lucro antes dos impostos e do crédito dos juros sobre o capital próprio. As alíquotas efetivas dos tributos sobre o lucro nos anos de 2011 e 2012 ficaram em 28,8% e 28,6%, respectivamente.

6.12_Lucro Líquido

No exercício de 2012, o lucro líquido alcançou R$ 1.499,9 milhões, valor 3,6%, ou R$ 51,8 milhões, superior ao alcançado no ano de 2011, que foi de R$ 1.448,1 milhões. Desconsiderando-se os efeitos não recorrentes – a provisão de R$ 10,3 milhões em 2012 e a reversão da provisão e os ganhos em ação judicial e na alienação de investimento, no montante total de R$ 66,8 milhões, em 2011 –, o lucro líquido entre os anos analisados teve um aumento de R$ 128,9 milhões, ou 9,3%.

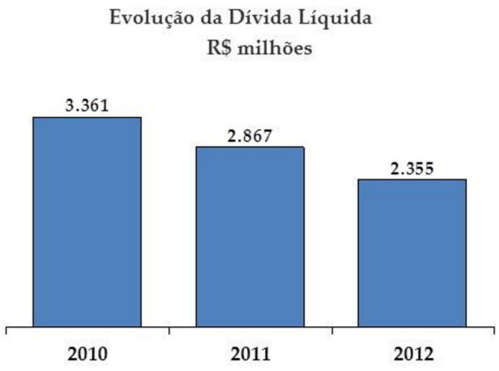


Esse crescimento foi resultante, sobretudo, da combinação dos seguintes fatores já considerados ao longo deste relatório: (i) aumento do preço médio líquido de venda e da quantidade de energia vendida; (ii) elevação do resultado em decorrência do início da operação comercial de três novas unidades geradoras da UHE Estreito; (iii) crescimento dos custos com a compra de energia para revenda; (iv) crescimento das provisões para contingências; (v) redução das receitas financeiras; e (vi) redução da exportação de energia verificada em 2012.

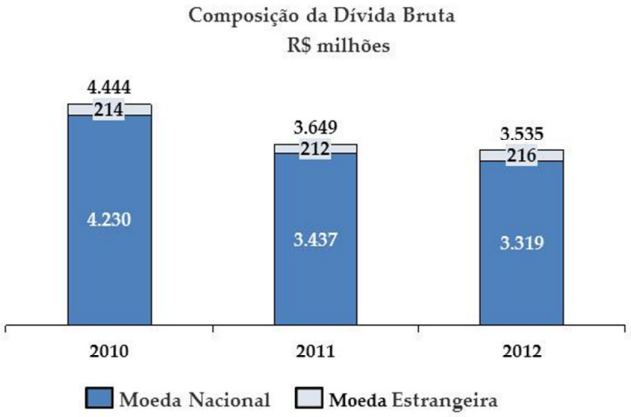
Do lucro líquido apurado no exercício, a Companhia propôs a seus acionistas a distribuição de R$ 1.546,4 milhões sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a R$ 2,3690660666 por ação ou 100% do lucro líquido distribuível ajustado.

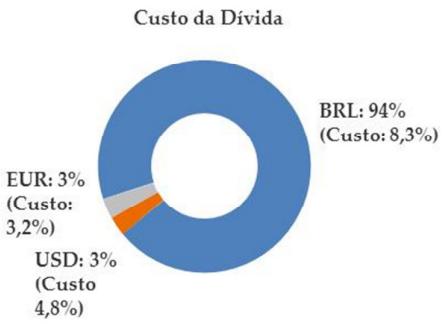
6.13_ Endividamento

Em 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era de R$ 2.354,6 milhões, 17,9% inferior aos R$ 2.867,4 milhões registrados em 31 de dezembro de 2011.

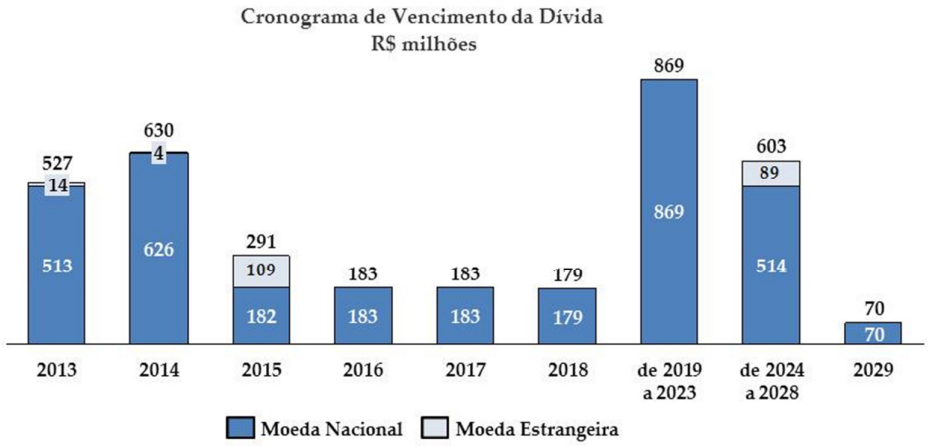


A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, financiamentos e debêntures, totalizava R$ 3.534,5 milhões, uma queda de 3,1% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2011. Do total da dívida no final do período, 6,1% eram em moeda estrangeira (5,8% ao final de 2011), parcela que não estava sujeita a instrumentos de hedge em função do seu longo perfil de amortização.





A redução do endividamento da Companhia está relacionada principalmente à combinação dos seguintes fatores ocorridos em 2012: (i) saques junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 244,3 milhões, para suportar os investimentos na UHE Estreito; (ii) a geração de R$ 308,9 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária e cambial; e (iii) amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R$ 667,8 milhões.



6.14_Custo de capital

A formação usual do capital investido pela Tractebel Energia na expansão do seu negócio é de cerca de um terço de capital próprio - para isso, a Companhia, quando necessário, retém parte do lucro gerado – e dois terços de capital de terceiros. Na parcela que possui como fonte o capital de terceiros, a Companhia tem obtido financiamentos por meio de linhas de crédito setoriais, preferencialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com taxas inferiores às de mercado. A maior parte desses recursos está vinculada à TJLP (76% do total do endividamento em moeda nacional em 31 de dezembro de 2012). O restante dos recursos é proveniente de outros empréstimos com taxas variáveis no mercado. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, o custo total da dívida da Companhia com terceiros foi de cerca de 8%, considerando moeda nacional (custo de 8,3%) e moedas externas (custo de 4,0%).

O custo do capital próprio é, presumidamente, maior que o custo do capital de terceiros e, no caso da Companhia, leva em conta a Taxa Livre de Risco, a Taxa de Risco Brasil e o Prêmio de Risco de Mercado, além do Beta desalavancado, que varia de acordo com o mercado, a série histórica e a liquidez da ação na Bolsa de Valores. Considerando a exigência de uma taxa de retorno adequada, a Companhia busca remunerar satisfatoriamente os investimentos feitos com capital próprio.

7_Investimentos

7.1_Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

Para fazer frente ao seu plano de crescimento, a Tractebel Energia realizou em 2012 investimentos de R$ 272,6 milhões, dos quais R$ 160,1 milhões foram aplicados nas obras da Usina Hidrelétrica Estreito e R$ 112,5 milhões nas centrais eólicas Trairi, Guajiru, Mundaú, Fleixeiras e Porto do Delta, em construção na região Nordeste.

Adicionalmente, para manter o alto grau de disponibilidade das usinas, R$ 81,0 milhões foram destinados a seus projetos de manutenção e revitalização.

Desta forma, em 2012 os investimentos totalizaram R$ 353,6 milhões.

7.2_Pesquisa e Desenvolvimento

Há cerca de 15 anos, a Tractebel Energia desenvolve um programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) com o objetivo de buscar soluções sustentáveis para agregar valor às suas operações e interagir com instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, proporcionando capacitação, inovação tecnológica e desenvolvimento profissional nas regiões em que atua. O programa atende à legislação vigente e às resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para P&D, que estabelecem um investimento mínimo de 1% da receita operacional líquida anual da Companhia.

O investimento nos projetos do programa de P&D traz melhorias contínuas ao parque gerador da Tractebel Energia e aos serviços oferecidos pela Companhia, além de buscar viabilizar o uso de novas fontes de energia renovável, aprimorar a gestão ambiental, minimizando impactos, e promover o desenvolvimento sustentável.

Em 2012 R$ 28,6 milhões foram destinados ao programa de P&D da Tractebel Energia. Em conformidade com a legislação vigente, o montante desses recursos teve a seguinte destinação:

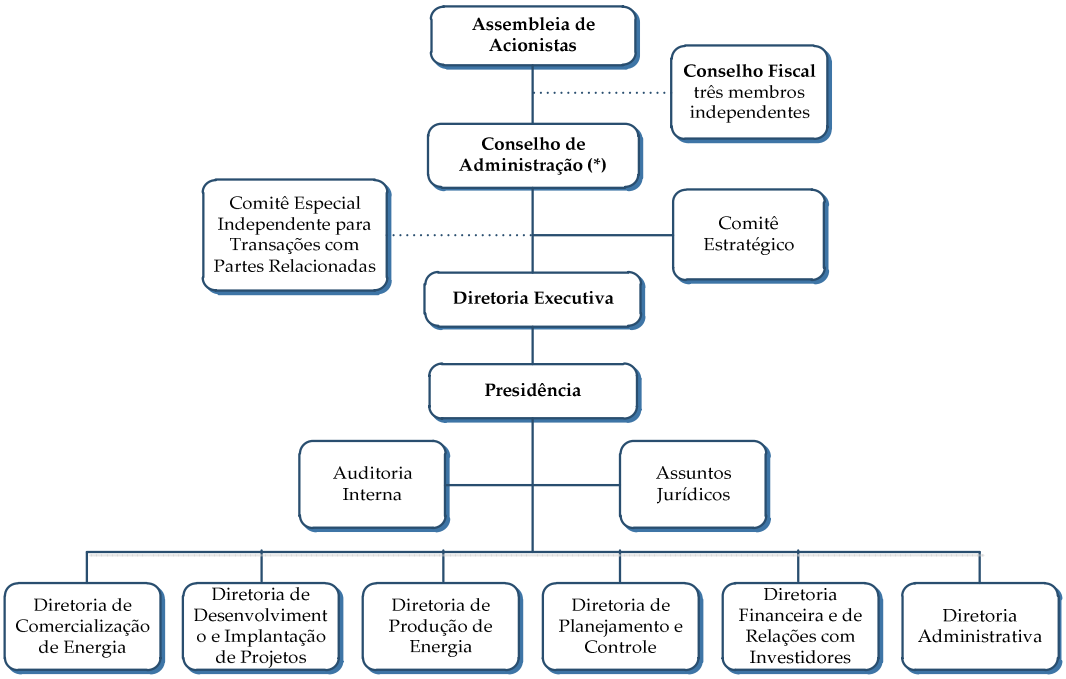
- R$ 10,0 milhões foram investidos nos projetos propostos pela Companhia e aprovados pela Aneel;
- R$ 6,2 milhões foram repassados ao Ministério de Minas e Energia (MME), para custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); e
- R$ 12,4 milhões foram para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

8_Governança Corporativa

A governança corporativa, que orienta a gestão dos negócios e a sustentabilidade empresarial da Tractebel Energia, segue as melhores práticas de mercado e se baseia nos pilares de transparência e compromisso permanente com a prestação de contas e a equidade a todos os seus públicos.

A Companhia faz parte do Novo Mercado – segmento do mais alto nível de práticas de governança da BM&FBovespa, que superam as exigidas pela legislação brasileira – e, pelo oitavo ano consecutivo, se manteve no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), também da BM&FBovespa, composto por uma carteira de ações de empresas com práticas diferenciadas em sustentabilidade.

A seguir é apresentado o organograma da administração da Companhia vigente em 31.12.2012.



Além do Comitê Estratégico (composto por membros do Conselho de Administração e representantes da Controladora) e do Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas (não permanente), ambos representados no organograma acima, sete outros, formados por equipes multidisciplinares e com foco em temas estratégicos, dão suporte ao planejamento e à tomada de decisões: os Comitês de Energia, Gerenciamento de Riscos, Gestão Tributária, Sustentabilidade, Ética e Inovação, além do Financeiro.

(*) Composto por nove membros: Presidente, Vice-presidente e sete conselheiros, sendo quatro da Controladora, dois representantes dos acionistas minoritários e um representante dos empregados.

8.1_Controle Interno

O Sistema de Controles Internos em operação na Tractebel Energia é baseado na lei Sarbanes-Oxley (SOX), que define um padrão mundial de mecanismos de auditoria e segurança para assegurar a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros das companhias de capital aberto. Esse sistema é constantemente aprimorado e passa anualmente por testes e certificação pela Administração, tendo seus resultados e conformidade com a lei verificados por auditores externos.

A Companhia conta com uma estrutura de auditoria interna para atestar a efetividade dos seus processos, normas e práticas de governança, além de um Conselho Fiscal instalado com três membros, sendo um deles representante dos acionistas minoritários. A Companhia não possui Comitê de Auditoria.

8.2_ Direitos dos Acionistas

A fim de proteger o interesse de todos os seus acionistas com equidade, a Companhia estabelece, de acordo com a legislação em vigor e as melhores práticas de governança, os seguintes direitos aos detentores de ações da Tractebel Energia:

- votar em Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, e fazer recomendações e orientações ao Conselho de Administração quanto à tomada de decisões;
- receber dividendos e participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas (de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição);
- fiscalizar a administração da Tractebel Energia, conforme o Estatuto Social, e retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações; e
- receber, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle, de acordo com o regulamento do Novo Mercado, no caso de oferta pública de ações em decorrência da alienação do controle da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

8.3_Política de Divulgação de Informações

Como parte de seu compromisso com a transparência e equidade no acesso à informação por seus acionistas, a Companhia conta com política de divulgação que atende às regras e exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa; e informa fatos relevantes, conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a divulgação de dados sobre seus negócios oferecendo aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão em relação a seus investimentos. Entre os materiais divulgados pela Companhia, destacam-se:

- Informações Trimestrais;
- Release e apresentação de resultados;
- Demonstrações Contábeis;
- Comunicados ao Mercado;
- Avisos aos Acionistas;
- Fatos Relevantes; e
- Relatório de Sustentabilidade.

8.4_Ética

A ética é o fio condutor de todas as atividades da Companhia. Esse valor é compartilhado com todos os empregados e demais stakeholders por meio do Código de Ética da Tractebel Energia. O documento integra os contratos firmados pela Companhia e é fornecido em versão impressa aos empregados, acompanhado por um folder com o Guia de Práticas Éticas, que contém orientações quanto à conduta a ser tomada diante de possíveis dilemas. O Código também está disponível no website da Tractebel Energia (www.tractebelenergia.com.br).

8.5_ Regimento Interno do Conselho de Administração

O Regimento Interno do Conselho de Administração estabelece práticas, princípios e responsabilidades a serem observados pelos Conselheiros da Companhia, para facilitar sua atuação como representantes de todos os acionistas na defesa dos interesses da Tractebel Energia. Assim, o Regimento busca assegurar a eficácia da contribuição de cada Conselheiro, alinhado aos valores, visão e missão da Companhia, bem como aos padrões de ética e integridade que se espera que eles observem. O documento está disponível no website da Companhia.

9_Mercado de Capitais

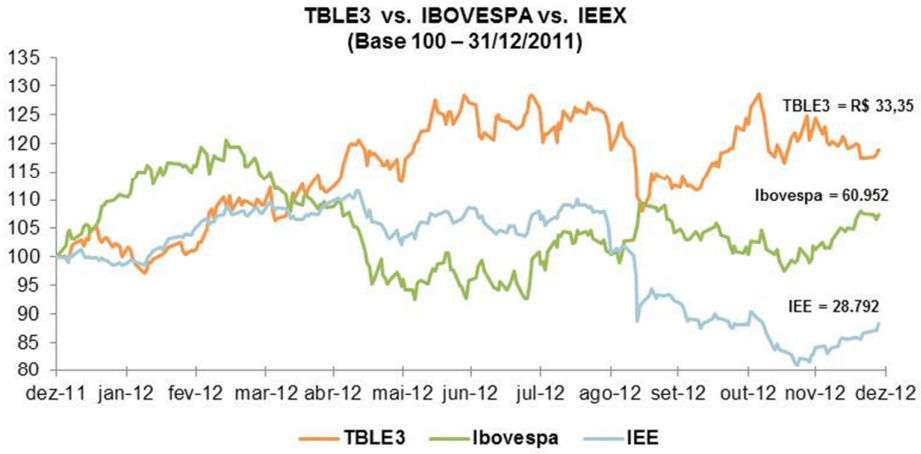
Desde sua adesão ao Novo Mercado da BM&FBovespa, a Tractebel Energia passou a integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), que reúnem as companhias que oferecem ao acionista minoritário uma proteção maior no caso de alienação do controle. Suas ações integram ainda o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, que reúne empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade corporativa, além do Índice de Energia Elétrica (IEE), que é um índice setorial constituído pelas empresas abertas do setor elétrico que apresentam maior valor de mercado.

As ações ordinárias da Tractebel Energia são negociadas na BM&FBovespa sob código TBLE3. Além disso, a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível I negociados no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC) sob código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

9.1_Desempenho das Ações

Em 2012, formou-se um cenário de turbulências no setor de energia elétrica após a edição da Medida Provisória (MP) 579 pelo Governo Federal. Essa MP teve como objetivos reduzir as tarifas de energia elétrica e antecipar a renovação de concessões de usinas que venceriam entre 2015 e 2017. Nesse cenário, o Índice de Energia Elétrica (IEE) recuou 11,7%, enquanto o Ibovespa cresceu 7,4% em relação ao de 31 de dezembro de 2011.

Já as ações da Companhia apresentaram valorização de 18,9% no mesmo período, apesar da desvalorização observada logo após a edição da MP 579. Após intensa campanha de comunicação conduzida pela Tractebel Energia, com o objetivo de esclarecer que as concessões das usinas só começarão a vencer em 2028, não fazendo parte, portanto, das contempladas pela referida MP, observou-se reversão dessa desvalorização.



As ações da Companhia fecharam 2012 cotadas a R$ 33,35, conferindo um valor de mercado à Tractebel Energia de cerca de R$ 21,8 bilhões.

9.2_Relações com Investidores

A Tractebel Energia busca manter um relacionamento sólido com seus atuais e potenciais investidores, baseado nos princípios de transparência, objetividade e disponibilidade. Para isso, além de publicar constantemente informativos sobre acontecimentos relevantes e seus resultados trimestrais, possui um departamento de relações com investidores e uma sessão específica para esse público no website. Essa estratégia possibilita conhecer as demandas e expectativas dos investidores e, assim, melhor atendê-los.

O Departamento de Relações com Investidores é responsável pelo atendimento aos acionistas, analistas de mercado, investidores e potenciais investidores, e pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia. Para isso, são realizados eventos específicos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), reuniões, presenciais ou por teleconferência, tanto com investidores institucionais quanto com analistas do mercado e da mídia especializada, além do programa Por Dentro da Tractebel.

O Por Dentro da Tractebel é um programa de visitação de profissionais do mercado de capitais a uma das instalações da Tractebel Energia – geralmente uma usina, em operação ou construção. Em 2012, o encontro ocorreu na nova sede que a Companhia passou a ocupar a partir do segundo semestre de 2011 e contou com a presença de 77 convidados.

10_Recursos Humanos

A gestão de Recursos Humanos da Tractebel Energia é fundamentada nos seguintes princípios: (i) reconhecimento e motivação; (ii) desenvolvimento; e (iii) saúde e bem-estar.

Para reter talentos, a Companhia adota uma remuneração compatível com o mercado, baseada em uma parcela fixa e outra variável, em função do cumprimento de metas e dos resultados empresariais anuais. Seu plano de benefícios está entre os mais completos do mercado e os empregados contam também com um plano de previdência privada.

A Tractebel Energia valoriza o clima organizacional, buscando criar um ambiente participativo, de confiança mútua, compartilhando suas conquistas e desenvolvendo programas de capacitação e aprimoramento profissional, saúde, lazer e bem estar. Em 2012, pesquisa de clima realizada com os empregados apontou um índice de 74% de favorabilidade e, participando pela segunda vez do ranking promovido pelas Revistas Você S.A. e Exame, a Companhia foi selecionada, novamente, como uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

Ao final de 2012, a Companhia contava com 1.082 empregados próprios, sendo 150 mulheres e 932 homens; 41,2% com graduação universitária e 44,7% com formação técnica. Ao longo do ano, foram registradas 61 admissões e 63 desligamentos.

10.1_Desenvolvimento

Em 2012, R$ 4,0 milhões foram investidos em treinamentos, cursos e palestras com a finalidade de desenvolver, atualizar e qualificar o quadro de empregados da Companhia, com média registrada de 75,1 horas de treinamento por empregado.

10.2_Relações trabalhistas

O direito de livre associação é plenamente garantido aos empregados da Tractebel Energia. Alinhada à Organização Internacional do Trabalho (OTI), a Companhia negocia e assina acordos coletivos de trabalho com os sindicatos representativos dos empregados. Esses acordos contemplam o reajuste salarial anual, planos de previdência e benefícios, saúde e segurança, entre outros temas.

10.3_Saúde e Segurança no Trabalho

Como consta da Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, acessível no website da Companhia, quanto à Saúde e Segurança no Trabalho (SST), a Tractebel Energia prioriza a integridade física e psíquica das pessoas, o profissionalismo, a capacitação e a competência, bem como previne lesões e doenças por meio da conscientização, monitoramento e controle dos perigos e riscos identificados nos seus processos, equipamentos e ambientes de trabalho, melhorando continuamente a gestão e o desempenho da SST.

Para o aperfeiçoamento dos processos, equipamentos e ambiente de trabalho, foram investidos, no ano de 2012, R$ 4,4 milhões em programas de segurança, saúde e qualidade de vida. Desde 2010, 15 das 22 usinas da Companhia são certificadas segundo a norma OHSAS 18001. A certificação tem validade de três anos e foi mantida em 2012, após auditorias realizadas em maio e novembro.

Em outra frente, a Tractebel Energia promove campanhas em prol da saúde de seus empregados, incluindo ginástica laboral e recomendações para a adoção de hábitos saudáveis, bem como de recuperação para dependentes químicos.

Além disso, a Companhia classifica o perfil de saúde de seus empregados com o propósito de desenvolver ações que promovam a adoção de hábitos saudáveis e o aprimoramento da qualidade de vida de cada um. Anualmente, todos os empregados são convidados a realizar avaliações médicas, e um plano individual de saúde, com metas associadas aos resultados dos exames de avaliação, é consensualmente ajustado com cada empregado.

10.4_Remuneração e Benefícios

A política de remuneração de empregados adotada pela Tractebel Energia é fundamentada nas melhores práticas do mercado e periodicamente revisada com base em pesquisas salariais. É política da Companhia a equidade da remuneração entre gêneros e etnias.

O pagamento de Participações nos Lucros e Resultados (PLR) e bônus gerencial constituem a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais. No exercício de 2012, R$ 22,8 milhões foram distribuídos aos empregados como participação nos resultados do ano anterior.

A contribuição com 50% do Fundo de Aposentadoria Previg – Sociedade de Previdência Complementar – é parte dos benefícios concedidos aos empregados. Em 2012, o número de filiados à Previg alcançou 1.653 empregados e ex-empregados da Tractebel Energia, que no ano de 2012 repassou R$ 30,5 milhões ao Fundo. Em função de ex-empregados aposentados e oriundos da Eletrosul, a Companhia também participa do patrocínio do plano de previdência privado da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS). Em 2012, a Tractebel Energia repassou R$ 25,0 milhões à ELOS.

Todos os empregados da Companhia e seus dependentes contam com auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica, psicológica, fonoaudiológica e nutricional. Os benefícios concedidos pela Tractebel Energia incluem:

- plano de saúde;
- seguro de vida em grupo;
- cobertura para incapacidade e invalidez;
- licença maternidade[2] e paternidade;
- auxílio creche às empregadas;
- vale alimentação;
- vale transporte;
- previdência privada; e
- auxílio no atendimento aos portadores de necessidades especiais.

[2] A Companhia aderiu voluntariamente à concessão de licença maternidade estendida para 180 dias.

11_Responsabilidade Socioambiental

A gestão da Tractebel Energia é orientada pela busca da excelência operacional alinhada ao desenvolvimento sustentável. A formação de uma cultura de responsabilidade socioambiental atrelada ao desenvolvimento econômico é preocupação permanente da Companhia, que conta para isso com a atuação conjunta do Comitê de Sustentabilidade e as áreas operacionais. O foco dessa atuação não se restringe ao público interno, estendendo-se a todos os demais stakeholders da Companhia.

11.1_Gestão Ambiental

A Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável garante, como componente fundamental da identidade e dos valores da Tractebel Energia, o respeito ao meio ambiente e que todas as suas ações sejam norteadas pelo seu Código de Meio Ambiente – que, assim como a Política, se encontra no website da Companhia.

Ainda conforme a Política de Gestão Sustentável, a Companhia desenvolve projetos de pesquisa e desenvolvimento e avalia o impacto das suas atividades, buscando a melhoria do seu desempenho na prevenção e controle da poluição, no gerenciamento das situações de emergência e no uso sustentável dos recursos naturais, renováveis e não renováveis; e busca constantemente minimizar o impacto ambiental de suas atividades, priorizando as fontes renováveis de energia e diversificando sua matriz energética.

Todas as usinas operadas pela Tractebel Energia possuem as devidas licenças de operação e funcionamento, e 15 delas são certificadas segundo a norma NBR ISO 14001. As demais seguem os mesmos padrões de gestão, garantindo a qualidade ambiental.

11.1.1_Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

A Unidade de Cogeração Lages (UCLA), localizada em Santa Catarina, gera energia a partir de resíduos de madeira. Isso permite minimizar o descarte desses resíduos na natureza e as consequentes emissões de metano – gás com Potencial de Aquecimento Global 21 vezes maior que o do dióxido de carbono. Por esse motivo, a UCLA é registrada no Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas (ONU) sobre Alterações Climáticas como atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Assim, a UCLA é habilitada a gerar créditos de carbono, conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, para comercialização pela controlada Lages Bioenergética. No ano de 2012, foram emitidas 443.651 Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) decorrentes da inclusão da UCLA no MDL.

No mesmo ano, ocorreu a inclusão de cinco projetos eólicos em desenvolvimento (quatro no Ceará, esses em construção, e um no Piauí) no MDL da ONU. A energia renovável desses projetos permitirá substituir o equivalente em geração termelétrica com combustíveis fósseis, reduzindo, desta forma, as emissões de gases de efeito estufa em aproximadamente 230.000 toneladas de CO_2 ao ano.

11.2_Gestão Social

Por meio de iniciativas capazes de gerar resultados econômicos, avanços sociais e preservação ambiental, a Tractebel Energia busca contribuir de forma permanente e efetiva para a melhoria das condições de vida das comunidades das quais faz parte.

Para isso, a Companhia mantém os Programas Tractebel Energia de Responsabilidade Social Corporativa – três programas desenvolvidos e estruturados com o objetivo de contribuir de modo sustentável, efetivo e proativo para o desenvolvimento da população dos locais onde atua. As ações realizadas com base nesses programas são adicionais às decorrentes de obrigações legais. Os programas são focados, respectivamente, no desenvolvimento cultural, na melhoria ambiental e na responsabilidade social – sendo este prioritariamente voltado a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, além de iniciativas para inserção no mercado de trabalho e geração de empregos e renda.

11.3_Certificações e Conformidade Legal

Como já mencionado, todas as usinas do parque gerador da Tractebel Energia possuem autorizações e licenças ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

São certificadas conforme os requisitos da NBR ISO 9001:2000 – Sistema de Gestão da Qualidade –, NBR ISO 14001:2004 – Sistemas de Gestão Ambiental – e OHSAS 18001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho – 15 usinas em operação, sendo todas as 22 operadas segundo a Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, que faz parte do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Companhia.

12_Balanço Social

Tractebel Energia Consolidado **2012** **2011**

1. BASE DE CÁLCULO	Em milhares de Reais	Em milhares de Reais
Receita Líquida de Vendas	4.912.499	4.326.951
Resultado Operacional	2.100.000	2.034.788
Folha de Pagamento Bruta	135.147	117.126

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Em milhares de Reais	% sobre a Folha de Pagamento Bruta	% sobre a Receita Líquida	Em milhares de Reais	% sobre a Folha de Pagamento Bruta	% sobre a Receita Líquida
Alimentação	10.420	7,71	0,21	9.512	8,12	0,22
Encargos Sociais Compulsórios	44.673	33,06	0,91	41.296	35,26	0,95
Previdência Privada	40.427	29,91	0,82	40.340	34,44	0,93
Saúde	9.471	7,01	0,19	8.748	7,47	0,20
Segurança e Saúde no Trabalho	5.519	4,08	0,11	3.826	3,27	0,09
Educação	481	0,36	0,01	411	0,35	0,01
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	7.551	5,59	0,15	4.275	3,65	0,10
Creches ou Auxílio Creche	161	0,12	-	127	0,11	-
Participação nos Resultados / Bônus	32.073	23,73	0,66	31.481	26,88	0,73
Outros Benefícios	4.545	3,36	0,10	6.141	5,24	0,15
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**155.321**	**114,93**	**3,16**	**146.157**	**124,79**	**3,38**

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida
Educação	2.320	0,11	0,05	1.431	0,07	0,03
Cultura	8.797	0,42	0,18	9.216	0,45	0,21
Esportes	675	0,03	0,01	7	-	-
Outros	5.561	0,27	0,11	4.638	0,23	0,11
Total das contribuições para a sociedade	17.353	0,83	0,35	15.292	0,75	0,35
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.146.119	54,51	23,33	1.074.898	52,83	24,85
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**1.163.472**	**55,40**	**23,68**	**1.090.190**	**53,58**	**25,20**

4. INDICADORES AMBIENTAIS	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida	R$ mil	% sobre o Resultado Operacional	% sobre a Receita Líquida
Relacionados com a operação da Empresa	26.286	1,25	0,54	21.621	1,06	0,50
Relacionados com projetos em curso	30.026	1,43	0,61	55.757	2,74	1,29
TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE	**56.312**	**2,68**	**1,15**	**77.378**	**3,80**	**1,79**

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	Quantidade	Quantidade
Nº de empregados(as) ao final do período	1.082	1.084
Nº de admissões durante o período	61	108
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	827	907
Nº de estagiários(as)	10	54
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	460	443
Nº de mulheres que trabalham na empresa	150	139
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-	3,70%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores.
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores.
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	24	9

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2012			Metas 2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	19,82			Não Definida		
Número total de acidentes de trabalho	Tractebel Energia: 0 Empresas prestadoras de serviços: 8			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Nº total de reclamações e críticas dos consumidores	Na empresa Não houve	No Procon Não aplicável	Na justiça Não houve	Na empresa ND	No Procon ND	Na justiça ND
Valor adicionado total a distribuir (em milhares de Reais):	**R$ 3.647.170**			**ND**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	42,70% governo 41,12% acionistas	5,93% colaboradores(as) 10,25% terceiros	0% retido	ND% governo ND% acionistas	ND% colaboradores(as) ND% terceiros	ND% retido

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	2012	2011
Consumo de água	5.528.889 m3	5.330.988 m3
Consumo de energia elétrica	937,2 GWh	794,7 GWh
Quantidade anual de resíduos gerados	1.519.488,5 ton	1.191.475,3 ton
Quantidade anual de resíduos reciclados	1.518.749,4 ton	1.169.986,1 ton

12.1_Informações adicionais

12.1.1_Exploração do trabalho infantil, forçado e compulsório e política de combate à discriminação

A Tractebel Energia não admite, em hipótese alguma, a exploração do trabalho infantil, forçado ou compulsório e reserva-se o direito de não contratar serviços ou ter relacionamento comercial com entidades que adotem essa prática, assumindo ainda o compromisso de denunciar aos órgãos competentes os casos que por ventura vier a ter conhecimento.

A Tractebel Energia tem o respeito como um dos seus princípios éticos fundamentais. No que se refere aos direitos humanos, a Companhia está permanentemente atenta a situações sensíveis que possam comprometer a execução de suas atividades, como, por exemplo, o relacionamento com as populações remanejadas.

Ainda neste contexto, cada empregado da Tractebel Energia deve certificar-se de que não pratica qualquer discriminação por palavras ou atos, particularmente no que se refere à idade, gênero, origens étnicas, sociais ou culturais, religião, opiniões políticas ou sindicais, escolhas de vida pessoais, particularidades ou deficiências físicas.

Todos esses princípios e a conduta esperada de seus empregados, fornecedores e parceiros, estão dispostos no Código de Ética da Tractebel Energia, amplamente divulgado a todos os públicos em seu website.

12.1.2_Prática do voluntariado

A Companhia é patrocinadora da Junior Anchievement e do Instituto Voluntários em ação.

12.1.3_Identificação do responsável pelas informações sociais e forma de contato

O secretário do Comitê de Sustentabilidade é a pessoa responsável pelas informações sociais e o contato pode ser estabelecido por meio do e-mail: comite_de_sustentabilidade@tractebelenergia.com.br

13_Auditores Independentes

De acordo com o Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que a KPMG Auditores Independentes, auditoria independente da Companhia e de suas controladas, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente em 2012.

14_Declaração da Diretoria

A Diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis contidas neste Relatório e opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

15_Agradecimento

A Tractebel Energia agradece a contribuição de seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e os demais públicos que contribuem para construir a história exitosa da Companhia.

A Administração

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31.12.2012 E 2011

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1. – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. ("Companhia", "Tractebel Energia" ou "TBLE") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts (ADR)* Nível I no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, de acordo com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A. (atual denominação da SUEZ-Tractebel S.A.), cuja sede está na Bélgica. A International Power S.A., por sua vez, é controlada pela International Power PLC (IPR), empresa sediada no Reino Unido, a qual integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 6,3%[3] da capacidade instalada do país ao final de 2012. A capacidade instalada da Companhia, em 31.12.2012, incluindo as participações em consórcios de geração de energia e após o início da operação comercial de sete das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), é de 6.854,8 MW. Desse total, 80,3% são oriundas de fontes hidrelétricas, 17,3% de termelétricas e 2,4% de energias complementares - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), fontes eólicas e geração à biomassa. A energia assegurada para fins de comercialização, em 31.12.2012, é de 3.804,9 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por nove usinas hidrelétricas, seis termelétricas[4], três PCH, duas de fontes eólicas e duas com geração à biomassa.

Os principais eventos relacionados com a atividade da Companhia, ocorridos no ano de 2012, estão sumarizados a seguir:

[3] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são examinadas pelos auditores independentes.

[4] O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

a) Início da operação comercial das unidades 5 a 7 da Usina Hidrelétrica Estreito

O início da operação comercial da 5ª, 6ª e 7ª unidades geradoras ocorreram em março, maio e agosto de 2012, respectivamente, adicionando 57 MW médios à energia assegurada para comercialização da Companhia. Com as novas unidades em operação a UHE Estreito atingiu 87,5% do total de sua capacidade instalada e 97,3% de sua capacidade comercial. A entrada em operação comercial da última unidade geradora está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2013.

b) Compromisso contratual (*covenant*) da 2ª emissão de debêntures da Tractebel Energia

Em 10.05.2012, a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª emissão aprovou a elevação do *covenant* da Companhia de 2,5 vezes para 3,5 vezes a relação "Dívida bruta / EBITDA".

c) Implantação de projetos eólicos

A Companhia está em fase de implantação de quatro projetos eólicos no Estado do Ceará, com capacidade instalada total de 115,4 MW e comercial de 58,2 MW médios. O investimento inicial estimado foi de R$ 476.060 e o início da operação comercial está previsto para o segundo semestre de 2013. O projeto está sendo financiado com recursos do BNDES, no montante total de R$ 358.000, dos quais R$ 204.920 foram liberados em 2012.

d) Medida Provisória nº 579

Em 11.09.2012 foi publicada a MP 579, posteriormente convertida na Lei 12.783/2013, que aborda aspectos relativos às concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e à redução de encargos setoriais visando a modicidade tarifária.

De acordo com a nova legislação, as concessões de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei das Concessões (Lei nº 8.987/95) e não licitadas, poderão ser renovadas, uma única vez, por prazo de até trinta anos, desde que os concessionários aceitem remuneração exclusivamente via tarifas para cobertura de custos de operação e manutenção, encargos, tributos e, quando couber, uso de transmissão e distribuição. Ademais, alguns encargos setoriais serão eliminados ou reduzidos do custo da energia, passando a ser mantido por meio de recursos do Tesouro Nacional, inclusive o relativo à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que é utilizada para o reembolso do custo do carvão mineral usado para termoeletricidade.

Os ativos de geração da Companhia não sofreram nenhum impacto direto advindo da nova legislação, no tocante à renovação das concessões, dado que a aquisição desses ativos se deu por meio de processos licitatórios realizados após a publicação da Lei nº 8.987/95.

e) Elevação da capacidade de honrar os seus compromissos financeiros (*rating*)

A agência Standard & Poor's elevou, em 27.09.2012, o *rating* de crédito corporativo de longo prazo da Companhia, na escala nacional Brasil, de 'brAA+' para 'brAAA', com perspectiva estável. Nesta mesma data a agência também reafirmou o *rating* de crédito corporativo de curto prazo 'brA-1'.

f) Aquisição do projeto eólico Santa Mônica

Em 22.10.2012, a Companhia assinou o contrato de aquisição do projeto eólico Santa Mônica, localizado no Estado do Ceará. O montante total da aquisição foi de R$ 6.648. O projeto é composto por duas usinas com capacidade instalada total de 58,8 MW e capacidade comercial de 26,5 MW médios. O referido projeto se encontra em fase de estudos internos de avaliação quanto à sua implantação.

2. – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Companhia está apresentando um conjunto único, contendo as seguintes demonstrações contábeis:

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como "Consolidado", estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards (IFRS),* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB),* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador do setor elétrico brasileiro, a Aneel.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Tractebel Energia, identificadas como "Controladora", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão convergentes com as normas IFRS, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas integrais e em conjunto que, pelas regras brasileiras, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

Não há diferenças entre o patrimônio líquido e os resultados da controladora e do consolidado constantes, respectivamente, das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, preparadas de acordo com as práticas contábeis anteriormente mencionadas.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia. As transações denominadas em moedas estrangeiras foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis.

c) Segmento de negócios

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou adquirida por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento concentrou 99,5% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

d) Demonstrações dos resultados de operações descontinuadas e dos resultados abrangentes

Nos exercícios apresentados, a Companhia não teve descontinuidade em suas operações que demandassem a divulgação de resultado de operações descontinuadas, nem realizou transações que originassem resultados abrangentes e, em consequência, requeressem a apresentação específica da "Demonstração dos resultados abrangentes".

e) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações nos exercícios apresentados.

f) Demonstrações dos Valores Adicionados

Este demonstrativo não forma parte das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), sendo apresentada em atendimento às exigências do CPC e em consonância com o previsto na norma.

g) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer essas estimativas, a administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, ao seguinte: (i) vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a estabelecida pela Aneel; (ii) provisões para cobrir riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; (iii) definição das taxas de desconto utilizadas para cálculo do valor presente de ativos e passivos; (iv) premissas usadas para definição das taxas de descontos e da tábua de mortalidade para os cálculos das obrigações com benefícios de aposentadoria; e (v) cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros.

h) Reclassificação de saldos contábeis

No exercício de 2012, a Companhia passou a apresentar as contas relativas aos tributos a pagar e diferidos passivo, líquidas das correspondentes contas ativas, quando os referidos tributos estão relacionados às mesmas entidades tributárias e há a intenção da Administração da Companhia de quitá-los pelo valor líquido.

De modo a manter a comparabilidade entre os balanços divulgados, os saldos anteriormente apresentados nas rubricas "Impostos e contribuições sociais a recuperar" e "Imposto de renda e contribuição social ativo", em 31.12.2011, nos montantes de, respectivamente, R$ 85.429 e R$ 239.935 (R$ 62.633 e R$ 288.413 em 31.12.2010), na controladora, e de R$ 86.498 e R$ 240.607 (R$ 64.695 e R$ 299.259 em 31.12.2010), no consolidado, foram reclassificados para as contas "Impostos e contribuições sociais a pagar" e "Imposto de renda e contribuição social diferido passivo", respectivamente. Maiores detalhes estão descritos nas notas explicativas relacionadas às contas anteriormente citadas, quais sejam Notas 7, 18 e 22.

i) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 07.02.2013.

j) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da Tractebel Energia e de suas controladas e controladas em conjunto, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Tractebel Energia. As empresas consolidadas com a Tractebel Energia são as que seguem:

	Participação no capital integralizado e votante (%)	
Controladas integrais e em conjunto	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Itá Energética S.A. (Itasa)	48,75	48,75
Companhia Energética Estreito (CEE)	99,99	99,99
Companhia Energética São Salvador (CESS)	99,99	99,99
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	99,99	99,99
Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)	99,99	99,99
Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)	99,99	99,99
Tupan Energia Elétrica Ltda. (Tupan)	99,99	99,99
Hidropower Energia S.A. (Hidropower)	99,99	99,99
Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)	99,99	99,99
Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)	99,99	99,99
Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)	99,99	99,99
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	95,00	95,00
Eólica Porto das Barcas S.A. (Porto das Barcas)	99,99	99,99
Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN)	99,99	99,99
Central Eólica Mundaú S.A. (Mundaú)	99,99	99,99
Central Eólica Guajiru S.A. (Guajiru)	99,99	99,99
Central Eólica Fleixeiras I S.A. (Fleixeiras I)	99,99	99,99
Central Eólica Trairí S.A. (Trairí)	99,99	99,99

A Companhia concentra a alocação de suas aplicações financeiras no Fundo de Investimento Energy Renda Fixa, um fundo de investimento exclusivo da Companhia, o qual é consolidado integralmente em suas demonstrações contábeis.

A controlada em conjunto Itasa é consolidada na proporção de 48,75% das suas contas patrimoniais e de resultado.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido de controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas "Participação de acionista não controlador" e "Lucro atribuído ao acionista não controlador".

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios sociais apresentados, nas demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

a) Ativos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado, deduzidas das provisões para crédito de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base em análise individual dos clientes inadimplentes e constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis riscos de perda.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. Inicialmente são contabilizados pelo valor depositado e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações do valor justo são reconhecidas no resultado quando auferidas.

b) Estoques

São compostos por matérias primas para a geração de energia (carvão mineral, óleo combustível e biomassa), materiais de consumo e suprimentos, os quais são avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor de realização.

c) Depósitos judiciais

São registrados inicialmente pelo montante depositado acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

d) Investimentos

A Companhia detém investimentos em sociedades controladas e participação em empresa controlada em conjunto.

d.1) Investimentos em empresas controladas direta ou indiretamente

Os investimentos permanentes em controladas são aqueles sobre os quais a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto e tem o controle e poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter os benefícios de suas atividades.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, e consolidados integralmente na Tractebel Energia para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

d.2) "Ágio" (direito de concessão) na aquisição de investimentos

Na controladora, a diferença entre os valores pagos nas aquisições de controle e o valor do patrimônio líquido da sociedade investida está apresentada no investimento. O fundamento econômico da referida diferença ("Ágio") corresponde aos direitos sobre as concessões ou autorizações pelo uso do bem público pelas empresas adquiridas.

No consolidado, a Companhia adotou as regras estabelecidas pelo IFRS 3 - *Business combination*, norma consistente com o CPC 15 - Combinação de Negócios. Em decorrência da adoção desses pronunciamentos os ativos líquidos ("patrimônio liquido") da sociedade cujo controle foi adquirido foram reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data da aquisição, não havendo "Ágio" - custo de aquisição superior ao valor justo dos ativos líquidos - pelos conceitos estabelecidos nas regras do CPC.

d.3) Investimentos em empresas controladas em conjunto

As controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Esses investimentos são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, e consolidados pelo método proporcional nas demonstrações contábeis consolidadas.

d.4) Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações controladas em conjunto através de consórcios. Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

e) Imobilizado

e.1) Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis, em 01.01.2009, passaram a ter o seu valor justo como custo atribuído. Esses custos são deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução do valor recuperável do ativo (*impairment*), se aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

No consolidado, os ajustes a valor justo referentes ao valor das concessões ou autorizações pelo uso do bem público, alocados nos balanços patrimoniais de aquisição dos investimentos, estão registrados de acordo com o estabelecido nos pronunciamentos relativos à combinação de negócios, os quais permitem o reconhecimento do valor justo da concessão ou autorização e o da unidade de geração como único ativo, intangível ou imobilizado, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente. A Companhia optou por reconhecer os valores justos dessas concessões e autorizações pelo uso do bem público como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, os quais estão sendo depreciados na extensão dos respectivos contratos de concessão ou autorização.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel - as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens - limitadas ao prazo da concessão ou autorização das usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas unidades de cadastro que compõem esses empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia estão demonstradas na Nota 12 – Imobilizado.

O método de depreciação adotado durante a fase de implantação das usinas, cujas operações comerciais das unidades geradoras são iniciadas ao longo de muitos meses, é o das "unidades produzidas". Por esse método, os custos com os reservatórios, barragens, casa de força e maquinários incorridos até o início da operação comercial de cada unidade geradora, são depreciados de forma proporcional à energia assegurada que cada unidade geradora agrega à capacidade comercial. Após a entrada em operação da última unidade, o total do custo do ativo em operação passa a ser depreciado pelo método linear, com base nas vidas úteis estabelecidas pela Aneel. A Administração da Companhia entende que esse método é o que melhor reflete a relação entre a despesa de depreciação e a geração de receita decorrente da operação dos ativos.

f) Intangível

É registrado ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os intangíveis da Companhia possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou de concessão e autorização.

g) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - *Impairment*

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados - antes dos impostos - gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

h) Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida e de patrimônio são classificados como passivos financeiros ou patrimônio de acordo com a natureza do acordo contratual e as respectivas definições.

h.1) Passivos financeiros

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

- Concessões a pagar

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, as parcelas a pagar ao longo do prazo das concessões são registradas inicialmente pelo valor presente e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o desconto a valor presente.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação, os valores correspondentes às concessões são registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo. Durante a construção das usinas a atualização da obrigação, em função da taxa de desconto e da variação monetária, é capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

h.2) Instrumento de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos no patrimônio líquido quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de sua emissão.

i) Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida na despesa financeira.

Os passivos contingentes avaliados como de risco de perda possível e remota não são provisionados, mas sim divulgados em nota explicativa, quando necessário.

j) Obrigações com benefícios de aposentadoria

São reconhecidas pelo valor presente dos compromissos estimados decorrentes dos planos de pensão com benefício de aposentadoria definido, líquido do montante dos ativos garantidores do plano.

O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação estimada final.

Os ganhos e perdas atuariais acumulados, apurados anualmente, que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor"), não são reconhecidos no passivo e resultado da Companhia ao final de cada exercício, momento em que são originados. Os ganhos e perdas excedentes ao limite do corredor são reconhecidos no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício.

Em razão da adoção desse método, os ganhos e perdas atuariais apuradas quando das avaliações atuariais anuais não são apresentados nos "Resultados abrangentes".

k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados individualmente por entidade do grupo de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

A Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) na apuração dos impostos, o qual não considera as alterações na lei societária (Lei 11.638/07) para fins de determinação da base tributária. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias geradas pela adoção da nova lei societária foram registrados como tributos diferidos.

A subvenção governamental relativa ao benefício fiscal da redução de imposto de renda, concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), para a Usina Ponte de Pedra, localizada na região incentivada, é reconhecida na reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social. Estes são integralmente apresentados no grupo não circulante, independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Os impostos e contribuições sociais correntes e diferidos são apresentados no ativo ou passivo, de forma líquida, quando os mesmos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver a intenção de quitá-los pelo valor líquido.

l) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridas.

m) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos intercalares - quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; (ii) juros sobre o capital próprio - na data do crédito aos acionistas; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício - quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

O Estatuto Social da Tractebel Energia prevê o pagamento de dividendos de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da lei. Esses dividendos são provisionados no encerramento do exercício social somente se os dividendos intercalares pagos e os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício forem inferiores ao mínimo obrigatório.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido, uma vez que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. Os benefícios fiscais por eles gerados são mantidos no resultado do exercício.

A Companhia adota como prática contábil a divulgação dos dividendos recebidos de controladas na atividade de investimento na Demonstração do Fluxo de Caixa.

n) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado na data da transação.

o) Transações entre partes relacionadas

Os contratos de mútuo são atualizados pelos encargos contratados e as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizados em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados.

p) Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

q) Contratos de arrendamento (*leasing*)

Os contratos de arrendamento são classificados como financeiro quando os termos do arrendamento transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. A Companhia, segundo sua avaliação, não possui operações de arrendamento financeiro. Todos os seus arrendamentos são avaliados como operacional, onde os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

r) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

- Obrigações com benefícios de aposentadoria

A Companhia reconhece suas obrigações com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) os compromissos decorrentes dos planos de benefício de pensão são determinados atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada.

A taxa de desconto usada para o cálculo do valor presente dos compromissos é definida na data do balanço patrimonial, com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com vencimentos similares aos esperados para os pagamentos dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais, os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade e previsão de crescimento salarial, de desligamento, e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

- Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens - limitadas ao prazo da concessão ou autorização das suas usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando os mesmos são necessários.

- Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31.12.2012 a Companhia, baseada em suas análises, não identificou necessidade de constituir qualquer provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

- Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

s) Pronunciamentos contábeis recentes

Durante o exercício de 2012, somente a emenda ao IAS 12 (Tributos diferidos: realização de ativos correspondentes) teve vigência iniciada nesse exercício. A referida modificação na norma não resultou em efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

As normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia são as que seguem. Segundo a avaliação da Companhia, somente a alteração do IAS 19 (Benefícios a empregados), cuja adoção é obrigatória a partir de 01.01.2013, resultará em impacto no balanço patrimonial da Companhia na data da sua adoção.

Adoção a partir de 01.01.2013

- IAS 27 (Demonstrações contábeis separadas) - aborda questões relativas a investimentos em controladas, empresas com controles compartilhados ou associados quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.

- IAS 28 (Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto) - está relacionado ao registro de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado.

- IFRS 10 (Demonstrações contábeis consolidadas) - estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas.

- IFRS 11 (Acordos com controle compartilhado) - aborda aspectos relativos à definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Essa norma também limita o uso da consolidação proporcional às empresas com operações compartilhadas (*joint operations*), passando a requerer apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado (*joint operations)*. As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios e nas operações da Itasa justificam uma operação conjunta com outras entidades. Deste modo, não haverá nenhum efeito no balanço patrimonial e no resultado consolidado da Companhia em decorrência da adoção da nova prática contábil.

- IFRS 12 (Divulgação de participações em outras entidades) - está relacionado à divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. A Companhia avalia que a aplicação da norma implicará em um maior conjunto de informações a serem fornecidas, sobretudo quanto a julgamentos e premissas significativas utilizadas para determinar a natureza e o tipo de negócio em conjunto, a estrutura acionária, os riscos inerentes e as consequências de mudanças na participação.

- IFRS 13 (Mensuração a valor justo) - define o conceito do valor justo e estabelece em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados ao mesmo, reduzindo a complexidade, aperfeiçoando a consistência de sua aplicação e aprimorando a comparabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis.

- IAS 19 (Benefícios a empregados) - a revisão da norma elimina a abordagem do "corredor" que permite o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. De acordo com o IAS 19 revisado, os ganhos ou perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários deverão ser reconhecidos na rubrica "Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido. Até 31.12.2012, a Companhia vinha adotando o método do "corredor" para o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no seu resultado. A partir de 01.01.2013, em consequência da extinção desse método, os ganhos ou perdas atuariais não registrados pela Companhia serão reconhecidos no seu passivo, em contrapartida do Patrimônio Líquido. Em 31.12.2012, o montante referente ao ganho atuarial não reconhecido era de R$ 59.714 (R$ 39.411 líquidos de impostos), o qual será contabilizado em 01.01.2013, resultando na redução do passivo e no aumento do patrimônio líquido da Companhia.

- IAS 1 (Revisão da apresentação de itens de outros resultados abrangentes) - aborda aspectos relativos à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e estabelece a necessidade de segregar os itens que podem e não podem ser potencialmente reclassificáveis para o resultado, quando determinadas condições forem cumpridas.

- IFRIC 20 (Custos de remoção de estéril na fase de produção de mina de superfície) - diz respeito a procedimento contábil relativo à retirada de materiais não aproveitáveis de uma mina de superfície para acesso aos recursos minerais.

- IFRS 1 (Empréstimos Governamentais) - adiciona uma exceção à aplicação retrospectiva das normas internacionais.

Adoção a partir de 01.01.2014

- Alterações do IFRS 10 (Demonstrações contábeis consolidadas), IFRS 12 (Divulgação de participações em outras entidades) e IAS 27 (Demonstrações contábeis separadas) - definem o conceito de uma entidade de investimento e introduzem isenção na consolidação das referidas entidades, cuja obrigatoriedade de adoção será a partir de 01.01.2014.

- IFRS 9 (Instrumentos financeiros) - tem o objetivo de substituir o IAS 39 (Instrumentos financeiros) – aborda as regras de reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases, cuja adoção se tornará obrigatória a partir de 01.01.2015.

A Companhia está avaliando se os efeitos oriundos da aplicação dos referidos pronunciamentos podem afetar suas demonstrações contábeis.

4. – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e depósitos bancários à vista	**3.207**	**960**	**13.832**	**5.274**
Aplicações financeiras:				
- Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais				
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	-	563.011	-	735.639
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	728.976	-	1.126.254	-
	728.976	**563.011**	**1.126.254**	**735.639**
- Instituições Financeiras [5]				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.134	3.148	12.744	18.559
Operações lastreadas em debêntures	-	-	27.146	22.336
	4.134	**3.148**	**39.890**	**40.895**
Total das aplicações financeiras	**733.110**	**566.159**	**1.166.144**	**776.534**
	736.317	**567.119**	**1.179.976**	**781.808**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo e estão estruturadas, substancialmente, através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa (FIE), o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

As operações compromissadas realizadas no âmbito do FIE referem-se a transações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2012 e 2011 foi de 100,5% e 100,2% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

Os CDB e as operações lastreadas em debêntures podem ser negociados a qualquer época sem comprometimento dos rendimentos.

[5] Bancos: Safra, Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco do Brasil, Votorantim e Bradesco.

5. – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante				
Concessionárias	253.084	247.788	369.657	319.930
Comercializadoras	135.532	124.038	64.279	51.395
Consumidores livres	20.972	21.836	185.741	151.841
Outras	-	740	-	740
Transações no âmbito da CCEE [6]				
- Correntes	9.456	19.879	9.691	21.758
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	2.665	2.665	2.665
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	544.283	**539.520**	**754.607**	**670.903**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131.282)	(128.617)	(131.691)	(128.754)
	413.001	**410.903**	**622.916**	**542.149**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Comercializadora	6.043	6.043	6.452	6.180
RTE	2.665	-	2.665	-
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	131.282	**128.617**	**131.691**	**128.754**

A provisão sobre os saldo da conta "Agentes com ações judiciais ou inadimplentes", no montante de R$ 122.574, é composta pelos seguintes valores:

(i) R$ 110.498 - corresponde a créditos oriundos de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, que não foram recebidas em função de determinados agentes devedores terem ingressado com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico. A provisão foi constituída em virtude das dúvidas quanto à realização dos valores relativos às referidas transações.

[6] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

(ii) R$ 12.076 - refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na primeira liquidação financeira feita pelo MAE, em 30.12.2002, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais a longa data. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

c) Composição das contas a receber vencidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Vencidas até 30 dias	9.252	9.397	9.401	10.475
Vencidas a mais de 91 dias:				
- Com provisão constituída	131.282	128.617	131.691	128.754
- Sem provisão constituída	1.143	3.405	1.160	3.688
	132.425	**132.022**	**132.851**	**132.442**
	141.677	**141.419**	**142.252**	**142.917**

A Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para os valores vencidos até 30 dias nem para parte dos montantes vencidos a mais de 90 dias em razão da expectativa de recebimento de tais valores.

d) Acordo com cliente em recuperação judicial

Em fevereiro de 2012, determinada distribuidora participante do Sistema Interligado Nacional entrou com pedido de recuperação judicial. Os valores a receber habilitados pela Companhia e suas controladas neste processo foram de R$ 7.360. Em setembro de 2012, a Assembleia dos Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial da distribuidora, o qual prevê o pagamento desta dívida em sessenta parcelas iguais, a partir de janeiro de 2013.

Considerando que o acordo acima mencionado não previu a incidência de juros sobre os valores a receber, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 7,5% a.a., compatível com a natureza, prazos e riscos relacionados à transação. Os montantes relativos ao ajuste a valor presente, reconhecido no exercício de 2012, são de R$ 712 e R$ 1.295, na controladora e no consolidado, respectivamente.

Como resultado do acordo, os valores de R$ 2.616 e R$ 4.758, na controladora e no consolidado, respectivamente, cuja expectativa de recebimento é superior a doze meses, foram reclassificados para o ativo não circulante.

6. – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Insumos para produção de energia	6.211	3.739	6.917	6.312
Almoxarifado	31.927	29.249	34.041	30.534
Adiantamentos a fornecedores	623	3.501	623	3.501
Outros	3.556	2.394	3.793	2.490
	42.317	**38.883**	**45.374**	**42.837**

7. – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante				
PIS [7] e Cofins [8]	-	-	54.799	60.698
Imposto de renda e contribuição social	-	-	9.451	1.463
ICMS [9]	-	-	194	146
INSS [10]	305	1.987	305	1.987
	305	**1.987**	**64.749**	**64.294**
Não circulante				
PIS e Cofins	1.131	4.639	106.831	137.832
Imposto de renda e contribuição social	-	-	5.766	9.756
ICMS	12.683	11.460	15.581	14.413
INSS	-	-	7	6
	13.814	**16.099**	**128.185**	**162.007**

Os saldos de PIS e Cofins a compensar referem-se a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

Os créditos relativos às aquisições de máquinas e equipamentos podem ser compensados no próprio mês de sua constituição e os oriundos de gastos com construções de edificações vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/24.

Conforme mencionado na Nota 18 – Impostos e contribuições sociais a pagar, parte dos tributos a recuperar, que até 31.12.2011 vinham sendo apresentados no ativo, foram reclassificados para a conta "Impostos e contribuições sociais a pagar".

[7] Programa de Integração Social
[8] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
[9] Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte
[10] Instituto Nacional do Seguro Social

8. – DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante			
Conta reserva - transações na CCEE			
Fundos de investimentos	32.159	-	32.159
CDB e operações lastreadas em debêntures	-	1.309	6.764
	32.159	**1.309**	**38.923**
Não circulante			
Conta reserva - serviços da dívida			
Fundos de investimentos	-	101.431	86.025
CDB	-	1.879	4.542
	-	**103.310**	**90.567**

A conta reserva transações na CCEE destina-se a assegurar a liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE, em consonância com as regras daquele mercado. Os montantes das garantias em cada período correspondem ao nível de exposição da Companhia nesse mercado.

A conta reserva serviços da dívida visa a garantia do pagamento dos serviços de dívida com os bancos financiadores, essencialmente, o BNDES e os bancos repassadores.

A rentabilidade média dos depósitos vinculados nos anos de 2012 e 2011 foi de 98,1% e 98,5% do CDI, respectivamente.

9. – VALORES A RECEBER PELA ALIENAÇÃO DE ATIVO

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. O saldo de R$ 86.886, apresentado no balanço patrimonial, na controladora e no consolidado, em 31.12.2012 e 31.12.2011, corresponde ao valor presente das parcelas a receber em julho de 2009, mês em que a Companhia iniciou um processo de execução judicial do contrato, em razão da Eleja ter suspendido os pagamentos das parcelas mensais devidas. A Companhia, a partir dessa data, de forma prudente, decidiu deixar de reconhecer os juros e a variação monetária sobre as parcelas pendentes de recebimento.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, concedidos em garantia do crédito. O arresto já foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação. O valor da avaliação dos bens penhorados, em novembro de 2011, foi de R$ 116.492.

A Companhia ainda aguarda o deferimento, pelo Juiz, do pedido da transferência de propriedade dos bens penhorados e já avaliados para que possa definir quais serão alienados e quais permanecerão com a empresa.

O valor nominal, em 31.12.2012, das parcelas contratuais não quitadas, atualizado pelo índice contratual, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), totaliza R$ 126.576 (R$ 116.172 em 31.12.2011). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, levando a Companhia, em março de 2012, a solicitar um reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

Em julho de 2012, a Eleja ingressou com um pedido de anulação dos atos praticados até aquele momento. A Companhia tomou conhecimento deste pedido e, no mesmo mês, solicitou a impugnação de tal pedido.

A Companhia, de forma prudente, não pretende reconhecer o ajuste das contas a receber ao valor de mercado dos ativos, anteriormente mencionado, até que se tenha o desfecho do trâmite judicial da ação.

10. – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fiscais	90.488	91.202	90.952	91.652
Cíveis	14.490	9.727	15.506	10.725
Trabalhistas	3.638	3.130	3.953	3.455
	108.616	**104.059**	**110.411**	**105.832**

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas. Do montante registrado em 31.12.2012, R$ 39.368 (R$ 40.627 em 31.12.2011) estão diretamente relacionados às provisões de risco provável.

Em julho de 2012, a Companhia recebeu o deferimento do pedido de levantamento dos depósitos judiciais, relativos ao processo de PIS e Cofins sobre contratos de venda de energia com preço predeterminado, no âmbito da Instrução Normativa 658/06 da Receita Federal do Brasil. Entretanto, em agosto de 2012, a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. O montante desses depósitos, em 31.12.2012, é de R$ 45.571, na controladora e no consolidado.

b) Mutação

	Controladora				Consolidado			
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31.12.2010	**84.720**	**40.996**	**5.599**	**131.315**	**85.075**	**42.485**	**5.904**	**133.464**
Adições	78	10.674	717	11.469	159	11.631	811	12.601
Atualizações	9.727	1.055	255	11.037	9.741	1.055	255	11.051
Baixas e resgates	(3.323)	(42.998)	(3.441)	(49.762)	(3.323)	(44.446)	(3.515)	(51.284)
Saldo em 31.12.2011	**91.202**	**9.727**	**3.130**	**104.059**	**91.652**	**10.725**	**3.455**	**105.832**
Adições	-	5.652	779	6.431	-	13.669	808	14.477
Atualizações	7.751	-	181	7.932	7.765	315	181	8.261
Baixas e resgates	(8.465)	(889)	(452)	(9.806)	(8.465)	(9.203)	(491)	(18.159)
Saldo em 31.12.2012	**90.488**	**14.490**	**3.638**	**108.616**	**90.952**	**15.506**	**3.953**	**110.411**

11. – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.649.730	2.433.138
"Ágio" (Direito de concessão)	114.262	117.974
	2.763.992	**2.551.112**

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Movimentação dos investimentos

	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP	Outros	Total
Saldo em 31.12.2010	**291.743**	**868.509**	**351.733**	**71.193**	**65.431**	**514.067**	**270**	**2.162.946**
Aumento de capital	-	-	-	-	-	107.874	-	107.874
Equivalência patrimonial	26.280	46.899	9.042	3.005	102.823	(1.359)	-	186.690
Baixa/reclassificação	-	-	-	-	-	(2.361)	(269)	(2.630)
Dividendos	(6.742)	-	-	(15.000)	-	-	-	(21.742)
Saldo em 31.12.2011	**311.281**	**915.408**	**360.775**	**59.198**	**168.254**	**618.221**	**1**	**2.433.138**
Aumento de capital	-	46.999	-	-	-	94.435	-	141.434
Equivalência patrimonial	32.631	41.319	17.241	7.280	145.307	19.763	-	263.541
Dividendos	(14.109)	(20.359)	(1.636)	(7.280)	(144.999)	-	-	(188.383)
Saldo em 31.12.2012	**329.803**	**983.367**	**376.380**	**59.198**	**168.562**	**732.419**	**1**	**2.649.730**

Informações adicionais

Base 31.12.2012:	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP
Ativo	769.992	2.691.577	1.341.435	69.884	382.324	1.241.041
Passivo	93.469	1.708.210	965.055	10.686	213.762	505.959
Patrimônio líquido	676.523	983.367	376.380	59.198	168.562	735.082
Receita líquida	217.497	332.852	214.565	44.408	1.841.842	111.505
Lucro líquido do exercício de 2012	66.935	41.319	17.241	7.280	145.307	20.189
Capital social	499.899	918.013	360.789	30.530	4.200	734.764
Participação no capital total e votante (%)	48,75	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99

b.2) "Ágio" (Direito de concessão) - Controladora

Movimentação

	CEE	CESS	Total
Saldo em 31.12.2010	**86.448**	**33.369**	**119.817**
Amortização	(576)	(1.267)	(1.843)
Saldo em 31.12.2011	**85.872**	**32.102**	**117.974**
Amortização	(2.446)	(1.266)	(3.712)
Saldo em 31.12.2012	**83.426**	**30.836**	**114.262**

Os valores relativos aos "Ágios" (Direito de concessão) pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica.

O ativo está sendo amortizado no prazo do contrato de concessão em função da sua vida útil definida, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

b.3) Informações sobre as controladas diretas

- Itá Energética S.A. (Itasa) - controlada em conjunto

A Itasa e a Tractebel Energia são as detentoras dos direitos de exploração da Usina Hidrelétrica Itá (UHE Itá), localizada no Rio Uruguai (SC/RS), através de consórcio, do qual a Itasa participa com 60,5% e a Tractebel Energia com 39,5%. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada Itasa tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios da energia assegurada da Usina de 720 MW médios. Os demais 52 MW médios (720 MW médios – 668 MW médios) da energia assegurada do empreendimento são detidos diretamente pela Tractebel Energia.

A Tractebel Energia e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) possuem o controle conjunto da Itasa, ambas com participação equivalente a 48,75% do capital votante e integralizado da sociedade. Os principais grupos do ativo, passivo, resultado e fluxo de caixa da Itasa, conforme demonstrados a seguir, foram consolidados na Tractebel Energia na proporção correspondente à sua participação no capital dessa empresa.

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.2012	31.12.2011
ATIVO		
Ativo circulante	90.730	81.729
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	38.412	44.239
Imobilizado	640.842	675.349
Intangível	8	18
TOTAL DO ATIVO	**769.992**	**801.335**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	87.660	100.175
Passivo não circulante	5.809	62.637
Patrimônio líquido	676.523	638.523
TOTAL DO PASSIVO	**769.992**	**801.335**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	31.12.2012	31.12.2011
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**217.497**	**242.913**
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA	**(109.821)**	**(120.277)**
LUCRO BRUTO	**107.676**	**122.636**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(5.177)	(15.023)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	143	(13.668)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**102.642**	**93.945**
Despesas financeiras, líquidas	**(1.746)**	**(12.275)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**100.896**	**81.670**
Imposto de renda e contribuição social	(33.961)	(27.762)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**66.935**	**53.908**

- Companhia Energética Estreito (CEE)

A CEE é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da UHE Estreito, localizada no Rio Tocantins (TO/MA). As demais consorciadas são: a Companhia Vale do Rio Doce, a Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa) e a Intercement Brasil S.A. (Grupo Camargo Corrêa), com participações de 30%, 25,49% e 4,44%, respectivamente. A liderança do consórcio cabe à CEE.

Durante o ano de 2012, mais três, das oito unidades geradoras, iniciaram a operação comercial. Com isso a UHE Estreito atingiu 951,14 MW, ou 87,5%, de sua capacidade instalada e 623,61 MW médios, ou 97,3%, de sua energia assegurada para comercialização. Em 2011 foram colocados em operação 543,5 MW de capacidade instalada e 192,8 MW médios de energia assegurada, correspondentes a 50% e 75,1%, respectivamente. Resta apenas a entrada em operação da oitava unidade, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2013.

- Companhia Energética São Salvador (CESS)

A CESS detém a totalidade dos direitos de concessão da Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada no Rio Tocantins (TO), com potência mínima instalada de 243,2 MW e energia assegurada de 148,5 MW médios.

- Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages é uma termelétrica que utiliza um turbogerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível, e está localizada no Município de Lages (SC). A Usina detém o registro no Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) para negociar créditos de carbono, por utilizar resíduos de madeira na cogeração de energia elétrica.

- Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)

A TBLC tem como objeto social a comercialização de energia elétrica nos ambientes de contratação livre e regulada, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. As vendas para os clientes industriais da Companhia normalmente são realizadas pela TBLC.

- Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)

A TBLP é uma *holding* que tem por objeto social participar no capital de outras sociedades e concentrar os projetos referentes a energias complementares da Companhia. A seguir algumas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2012 das controladas da TBLP.

	Tupan	Hidropower	Areia Branca	Beberibe	Pedra do Sal	Ibitiúva	EEN	Porto das Barcas
Capital social	80.379	33.393	84.160	60.230	33.133	36.576	148.530	4.302
Ativo ajustado	166.101	140.442	143.416	188.179	119.058	122.802	354.301	4.500
Passivo ajustado	10.117	21.492	56.150	94.175	63.414	69.547	207.301	25
Patrimônio Líquido	155.984	118.950	87.266	94.004	55.644	53.255	147.000	4.475
Receita líquida	14.761	13.812	15.614	26.050	19.866	21.402	-	-
Lucro líquido (Prejuízo)	1.414	3.087	592	2.262	5.383	8.518	(844)	155
Participação no capital total e votante (%)	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	95,00	99,99	99,99

As informações financeiras acima, quando aplicável, consideram o ajuste a valor justo dos balanços de aquisições nas combinações de negócios. Estes ajustes no balanço patrimonial consolidado correspondem ao ajuste a valor justo das autorizações para a exploração dos potenciais hidráulicos e eólicos. O seu registro foi feito como sendo um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, visto que as autorizações e as usinas não podem ser vendidas ou transferidas separadamente.

- Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN)

A EEN é uma *holding* constituída para controlar as empresas adquiridas para a construção dos parques eólicos do Projeto Trairi, no Estado do Ceará. As empresas controladas pela EEN são as seguintes:

		Capacidade	
Empresa	**Usina**	**Instalada (MW)**	**Comercial (MW médios)**
Mundaú	Central Eólica Mundaú	30,0	14,5
Guajiru	Central Eólica Guajiru	30,0	16,3
Fleixeiras	Central Eólica Fleixeiras I	30,0	15,2
Trairi	Central Eólica Trairí	25,4	12,2
		115,4	**58,2**

Os parques eólicos estão com as obras em estágio avançado e possuem previsão de serem concluídos no segundo semestre de 2013. Os investimentos totais previstos inicialmente foram de R$ 476.060, dos quais R$ 358.000 estão financiados por recursos do BNDES.

A energia a ser gerada pelas eólicas do Projeto Trairi tem sido vendida no Ambiente de Comercialização Livre (ACL), em contratos de médio e longo prazo, através da controlada TBLC.

Em novembro de 2012, esses projetos obtiveram o registro pelas Nações Unidas no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, permitindo a comercialização de créditos de carbono, o que ainda não ocorreu.

12. –IMOBILIZADO

a) Composição

		Controladora			
		31.12.2012			31.12.2011
	Taxa média de depreciação %	**Custo corrigido**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,73	4.406.702	(2.247.251)	2.159.451	2.283.077
Edificações e benfeitorias	3,05	1.278.994	(735.366)	543.628	580.294
Máquinas e equipamentos	4,28	5.559.332	(3.557.390)	2.001.942	2.111.418
Veículos	14,29	1.729	(1.305)	424	496
Móveis e utensílios	6,25	8.485	(3.748)	4.737	4.547
Obrigações especiais		(13.275)	-	(13.275)	(13.535)
		11.241.967	**(6.545.060)**	**4.696.907**	**4.966.297**
Em curso					
Edificações e benfeitorias		16.501	-	16.501	12.625
Máquinas e equipamentos		20.452	-	20.452	63.210
Adiantamento a fornecedores		7.242	-	7.242	3.407
Aquisições a ratear		1.141	-	1.141	2.643
		45.336	**-**	**45.336**	**81.885**
		11.287.303	**(6.545.060)**	**4.742.243**	**5.048.182**

		Consolidado			
		31.12.2012			31.12.2011
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,00	6.822.542	(2.463.664)	4.358.878	4.550.425
Edificações e benfeitorias	3,26	1.747.448	(807.473)	939.975	991.768
Máquinas e equipamentos	4,18	7.555.435	(3.862.620)	3.692.815	3.720.407
Veículos	14,29	2.081	(1.609)	472	524
Móveis e utensílios	6,25	9.487	(4.139)	5.348	5.584
Obrigações especiais		(13.400)	-	(13.400)	(13.660)
		16.123.593	**(7.139.505)**	**8.984.088**	**9.255.048**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		13.517	-	13.517	10.892
Edificações e benfeitorias		43.852	-	43.852	12.836
Máquinas e equipamentos		123.189	-	123.189	182.187
Adiantamento a fornecedores		132.630	-	132.630	106.980
Aquisições a ratear		385.809	-	385.809	317.208
		698.997	**-**	**698.997**	**630.103**
		16.822.590	**(7.139.505)**	**9.683.085**	**9.885.151**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora						
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31.12.2010	**2.422.496**	**595.343**	**2.227.806**	**3.462**	**76.386**	**(10.223)**	**5.315.270**
Ingressos	-	-	-	-	96.918	(3.312)	93.606
Reclassificação	-	-	-	-	5.699	-	5.699
Transferências	(21.437)	19.306	93.875	5.374	(97.118)	-	-
Baixas	-	-	(5.388)	(16)	-	-	(5.404)
Depreciação	(117.982)	(34.355)	(204.875)	(3.777)	-	-	(360.989)
Saldo em 31.12.2011	**2.283.077**	**580.294**	**2.111.418**	**5.043**	**81.885**	**(13.535)**	**5.048.182**
Ingressos	-	-	-	-	70.556	260	70.816
Transferências	(6.419)	(941)	113.769	696	(107.105)	-	-
Baixas	(235)	-	(10.211)	(33)	-	-	(10.479)
Depreciação	(116.972)	(35.725)	(213.034)	(545)	-	-	(366.276)
Saldo em 31.12.2012	**2.159.451**	**543.628**	**2.001.942**	**5.161**	**45.336**	**(13.275)**	**4.742.243**

	Consolidado						
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31.12.2010	**3.268.782**	**986.857**	**3.470.028**	**4.578**	**2.256.112**	**(10.348)**	**9.976.009**
Ingressos	-	-	-	-	400.847	(3.312)	397.535
Reclassificação	-	-	-	-	5.699	-	5.699
Transferências	1.445.395	55.338	526.394	5.428	(2.032.555)	-	-
Baixas	-	-	(5.585)	(16)	-	-	(5.601)
Depreciação	(163.752)	(50.427)	(270.430)	(3.882)	-	-	(488.491)
Saldo em 31.12.2011	**4.550.425**	**991.768**	**3.720.407**	**6.108**	**630.103**	**(13.660)**	**9.885.151**
Ingressos	-	-	-	-	354.108	260	354.368
Transferências	9.981	1.622	273.249	362	(285.214)	-	-
Baixas	(235)	-	(10.301)	(33)	-	-	(10.569)
Depreciação	(201.293)	(53.415)	(290.540)	(617)	-	-	(545.865)
Saldo em 31.12.2012	**4.358.878**	**939.975**	**3.692.815**	**5.820**	**698.997**	**(13.400)**	**9.683.085**

c) Composição do imobilizado em serviço consolidado, por grupo de usinas

		Consolidado			
		31.12.2012			31.12.2011
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Hidrelétricas	3,16	12.740.803	(4.997.670)	7.743.133	7.978.593
Termelétricas	5,62	2.671.071	(1.999.880)	671.191	678.471
Biomassa	5,20	180.046	(44.080)	135.966	142.366
PCH	4,31	300.507	(52.278)	248.229	259.640
Eólica	4,55	231.166	(45.597)	185.569	195.978
		16.123.593	**(7.139.505)**	**8.984.088**	**9.255.048**

d) Depreciação

As vidas úteis estabelecidas pela Aneel, que correspondem a vida útil estimada dos bens, para os principais grupos de ativos que compõem os parques geradores da Companhia são as seguintes:

	Depreciação (% a.a.)	Vida útil média (anos)
Reservatórios e barragens	2,00	50
Edificações e benfeitorias	4,00	25
Geradores	3,33	30
Caldeiras	4,00	25
Turbinas hidráulicas	3,33	30
Casas de força	2,00	50
Turbinas eólicas (aerogeradores)	5,00	20
Equipamentos gerais	6,25	16

Conforme a seguir mencionado, a depreciação dos valores correspondentes aos investimentos iniciais para a construção dos reservatórios e barragens e das casas de força, cujo prazo é superior ao das concessões, está limitada aos respectivos prazos das concessões.

No início de 2012, a Aneel emitiu Resolução Normativa estabelecendo novas taxas anuais de depreciação para determinados ativos vinculados à concessão e autorização para a geração de energia elétrica, aplicáveis a partir de 01.01.2012. A adoção das novas taxas não resultou em efeitos significativos na despesa de depreciação dos ativos da Companhia.

Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, a Companhia, a partir de 01.01.2007, passou a depreciar esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das concessões e autorizações.

Ainda segundo a referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações, logo estão sendo depreciados de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

e) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e no ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28 - Propriedades para investimento), em 01.01.2009, data da primeira adoção das normas internacionais e CPC, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido, teve como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado, em 31.12.2012 e 31.12.2011, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, nos montantes de R$ 882.769 e R$ 982.326, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos exercícios findos em 31.12.2012 e 31.12.2011 foi de R$ 90.515 e R$ 86.595, respectivamente.

f) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 - Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 31.12.2012 e 31.12.2011, é de R$ 554.920 e R$ 589.727, respectivamente, na controladora, e de R$ 1.094.647 e R$ 1.142.403, respectivamente, no consolidado.

g) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e às concessões a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em curso durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado consolidado, nos exercícios de 2012 e 2011, foram de R$ 33.841 e R$ 101.033, respectivamente.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

i) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

- Concessões para a geração de energia hidrelétrica

Concessões	Detentor (a) da concessão	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
UHE Salto Santiago	Tractebel Energia	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Tractebel Energia	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Tractebel Energia	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Tractebel Energia/Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Tractebel Energia	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Tractebel Energia	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	Tractebel Energia	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	CESS	243	23.04.2002	22.04.2037
UHE Estreito	Ceste	1.087	26.11.2002	26.11.2037

A Companhia possui, direta e indiretamente, nas usinas Itá, Machadinho e Estreito, o equivalente a 1.126,9 MW, 403,9 MW e 435,6 MW, respectivamente, das capacidades instaladas das usinas, que correspondem às suas participações acionárias e/ou em consórcio.

- Autorizações para geração termelétrica, eólica e pequenas centrais hidrelétricas

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW)	Data do ato	Vencimento
Usinas termelétricas (UTE)				
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	Tractebel Energia	857	28.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Tractebel Energia	72	28.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete	Tractebel Energia	66	28.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Tractebel Energia	190	02.06.2000	28.04.2029
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	30.10.2002	29.10.2032
UTE Ibitiúva Bioenergética	Consórcio	33	05.04.2000	04.04.2030
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	03.05.2000	02.05.2030
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19.12.2002	18.12.2032
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19.12.2002	18.12.2032
Usinas eólicas (EOL) em operação				
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	02.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Beberibe	26	04.08.2003	03.08.2033
Usinas eólicas (EOL) Projeto				
EOL Trairi (em construção)	Trairí	25	20.09.2011	27.08.2041
EOL Guajiru (em construção)	Guajiru	30	20.09.2011	27.08.2041
EOL Mundaú (em construção)	Mundaú	30	20.09.2011	27.08.2041
EOL Fleixeiras I (em construção)	Fleixeiras I	30	20.09.2011	27.08.2041
EOL Porto das Barcas (em estudo)	Porto das Barcas	30	30.08.2011	09.07.2041

A Companhia possui 22,9 MW da capacidade instalada da Usina Ibitiúva Bioenergética, que corresponde às suas participações acionárias e no consórcio.

[11] As consorciadas são a controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A. (72,90%) e Andrade Açúcar e Álcool (27,10%).

j) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

k) Bens da União Federal utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a UTE Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União Federal e cedida em regime especial de utilização.

13. – INTANGÍVEL

a) Composição

		Controladora			
		31.12.2012			31.12.2011
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2034	28.134	(17.888)	**10.246**	**10.824**
Ágio incorporado da CEM [12]	Até 02.2013	44.578	(43.859)	**719**	**5.028**
		72.712	**(61.747)**	**10.965**	**15.852**

		Consolidado			
		31.12.2012			31.12.2011
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2037	36.005	(19.009)	**16.996**	**14.292**
Direito de compra de energia	2013 a 2023	64.561	-	**64.561**	**64.561**
Licença de operação	2013 a 2014	22.243	(7.687)	**14.556**	**-**
Direitos do Projeto Trairi	2013 a 2041	12.668	-	**12.668**	**12.668**
Ágio incorporado da CEM	Até 02.2013	44.578	(43.859)	**719**	**5.028**
		180.055	**(70.555)**	**109.500**	**96.549**

[12] Companhia Energética Meridional, controlada incorporada pela Companhia em 2008.

Descrição dos principais ativos intangíveis

Os direitos de uso decorrem, substancialmente, dos gastos com os direitos de passagem de linhas de transmissão e das licenças de softwares. Já o direito de compra de energia refere-se a aquisição dos direitos sobre contratos de compra de energia.

Os direitos sobre as licenças de operação correspondem aos custos necessários para a obtenção e manutenção da licença de operação da UHE Estreito.

Os direitos do Projeto Trairi decorreram do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos na combinação de negócios.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2010	**19.471**	**95.521**
Ingresso	3.722	13.757
Transferência para o ativo imobilizado	-	(121)
Amortização	(7.341)	(12.608)
Saldo em 31.12.2011	**15.852**	**96.549**
Ingresso	2.516	28.284
Transferência para o ativo imobilizado	-	(24)
Amortização	(7.403)	(15.309)
Saldo em 31.12.2012	**10.965**	**109.500**

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis, não havendo quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do seu valor recuperável.

14. – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Circulante				
Encargos de uso da rede elétrica	36.423	93.500	44.413	98.979
Energia elétrica comprada	17.277	98.408	62.984	87.970
Transações no âmbito da CCEE	29.678	371	32.974	689
Materiais e serviços	29.768	24.424	39.166	32.494
Combustíveis fósseis e biomassa	9.579	1.037	9.579	873
Fornecedores de imobilizado	4.821	1.900	30.212	13.331
	127.546	**219.640**	**219.328**	**234.336**

Em 31.12.2012 a Companhia não possui valores vencidos com seus fornecedores de bens, direitos e serviços, relacionados com a sua atividade operacional.

15. – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	143.333	286.667	430.000	-	430.000	430.000
BNDES	-	-	-	14.965	4.988	19.953
Encargos	5.372	-	5.372	8.886	-	8.886
	148.705	**286.667**	**435.372**	**23.851**	**434.988**	**458.839**
Moeda estrangeira						
STN [13]	8.876	93.692	102.568	12.374	97.605	109.979
BNP Paribas (*Floating Rate Note)*	-	107.613	107.613	-	97.088	97.088
Encargos	5.425	-	5.425	5.139	-	5.139
	14.301	**201.305**	**215.606**	**17.513**	**194.693**	**212.206**
	163.006	**487.972**	**650.978**	**41.364**	**629.681**	**671.045**

	Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	143.333	286.667	430.000	-	430.000	430.000
BNDES	103.047	1.459.830	1.562.877	106.829	1.319.263	1.426.092
Bancos (Repasse BNDES)	79.165	885.907	965.072	82.910	960.757	1.043.667
Banco do Brasil	3.966	15.203	19.169	3.966	19.169	23.135
BRDE	-	-	-	4.556	-	4.556
Encargos	13.231	-	13.231	18.150	-	18.150
	342.742	**2.647.607**	**2.990.349**	**216.411**	**2.729.189**	**2.945.600**
Moeda estrangeira						
STN	8.876	93.692	102.568	12.374	97.605	109.979
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	107.613	107.613	-	97.088	97.088
Encargos	5.425	-	5.425	5.139	-	5.139
	14.301	**201.305**	**215.606**	**17.513**	**194.693**	**212.206**
	357.043	**2.848.912**	**3.205.955**	**233.924**	**2.923.882**	**3.157.806**

[13] Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2010	**49.577**	**213.417**	**262.994**	**189.414**	**2.567.145**	**2.756.559**
Ingressos	-	430.000	430.000	-	502.799	502.799
Transferências	26.001	(26.001)	-	256.485	(256.485)	-
Juros no resultado	36.489	-	36.489	150.186	879	151.065
Juros capitalizados	-	-	-	-	97.279	97.279
Remuneração de garantia	-	(3.996)	(3.996)	-	(3.996)	(3.996)
Variações cambiais	1.915	16.261	18.176	1.915	16.261	18.176
Amortização de principal	(44.557)	-	(44.557)	(222.615)	-	(222.615)
Amortização de juros	(28.061)	-	(28.061)	(141.461)	-	(141.461)
Saldo em 31.12.2011	**41.364**	**629.681**	**671.045**	**233.924**	**2.923.882**	**3.157.806**
Ingressos	-	-	-	-	244.262	244.262
Transferências	156.761	(156.761)	-	366.997	(366.997)	-
Juros no resultado	49.043	-	49.043	211.730	312	212.042
Juros capitalizados	-	-	-	-	32.401	32.401
Remuneração de garantia	-	(4.992)	(4.992)	-	(4.992)	(4.992)
Variações cambiais	1.427	20.044	21.471	1.427	20.044	21.471
Amortização de principal	(32.706)	-	(32.706)	(218.414)	-	(218.414)
Amortização de juros	(52.883)	-	(52.883)	(238.621)	-	(238.621)
Saldo em 31.12.2012	**163.006**	**487.972**	**650.978**	**357.043**	**2.848.912**	**3.205.955**

Liberações de financiamento durante o ano de 2012

O BNDES aprovou uma linha de crédito no montante de R$ 358.000, destinado à implantação dos parques eólicos do Projeto Trairi - Mundaú, Fleixeiras I, Trairí e Guajiru. A Companhia, até 31.12.2012, tinha recebido o montante total de R$ 204.920.

O BNDES liberou R$ 40.055 do crédito relativo ao financiamento para a construção da UHE Estreito, permanecendo pendente de liberação o montante de R$ 8.122.

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2012	%	31.12.2011	%	31.12.2012	%	31.12.2011	%
Moeda nacional								
CDI	435.372	66,88	438.801	65,39	435.372	13,58	438.801	13,90
TJLP	-	-	20.038	2,99	2.505.785	78,16	2.449.427	77,57
Não indexado	-	-	-	-	49.192	1,53	57.372	1,81
	435.372	**66,88**	**458.839**	**68,38**	**2.990.349**	**93,27**	**2.945.600**	**93,28**
Moeda estrangeira								
Dólar norte americano	104.260	16,02	111.737	16,65	104.260	3,25	111.737	3,54
Euro	111.346	17,10	100.469	14,97	111.346	3,48	100.469	3,18
	215.606	**33,12**	**212.206**	**31,62**	**215.606**	**6,73**	**212.206**	**6,72**
	650.978	**100,00**	**671.045**	**100,00**	**3.205.955**	**100,00**	**3.157.806**	**100,00**

d) Taxas de juros e variação das moedas estrangeiras

	2012	2011
CDI	8,40%	11,60%
TJLP [14]	5,75%	6,00%
Dólar norte americano	8,94%	12,58%
Euro	10,73%	9,25%

e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2014	286.667	4.313	290.980	467.658	4.313	471.971
2015	-	107.613	107.613	181.813	107.613	289.426
2016	-	-	-	182.710	-	182.710
2017	-	-	-	183.038	-	183.038
2018	-	-	-	178.899	-	178.899
2019 a 2023	-	-	-	868.908	-	868.908
2024 a 2028	-	89.379	89.379	514.149	89.379	603.528
2029	-	-	-	70.432	-	70.432
	286.667	**201.305**	**487.972**	**2.647.607**	**201.305**	**2.848.912**

[14] A TJLP foi reduzida de 6% para 5,5% a partir de julho de 2012.

f) Condições Contratadas

		Condições de pagamento		
Empresas / Bancos	**Juros**	**Vencimento**	**Principal e juros**	**Saldo em 31.12.2012**
Moeda nacional				
Controladora				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014	435.372
Controladas				
Itasa				
BNDES	TJLP + 4% a.a. (a)	09.2013	Mensais	9.130
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,85% a.a. (a)	09.2013	Mensais	11.324
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. (a)	09.2029	Mensais	892.353
BNDES – Crédito Social (e)	TJLP	06.2018	Mensais	20.755
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 2,95% a.a. (a)	09.2029	Mensais	605.447
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. (a)	10.2023	Mensais	173.893
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,25% a.a. (a)	10.2023	Mensais	351.212
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a. (c)	10.2017	Mensais	19.335
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. (a)	06.2024	Mensais	54.522
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. (a)	01.2021	Mensais	28.985
BNDES (Subcrédito B) (d)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	29.857
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. (a)	12.2023	Mensais	91.381
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. (a)	12.2023	Mensais	61.974
Mundaú (BNDES)	TJLP + 2,51% (a)	07.2029	Mensais, após 08.2013 (f)	45.387
Guajiru (BNDES)	TJLP + 2,51% (a)	07.2029	Mensais, após 08.2013 (f)	55.714
Fleixeiras I (BNDES)	TJLP + 2,51% (a)	07.2029	Mensais, após 08.2013 (f)	56.223
Trairí (BNDES)	TJLP + 2,51% (a)	07.2029	Mensais, após 08.2013 (f)	47.485
Moeda estrangeira				
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04.2024	Semestrais	104.260
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	*Euribor* + 2,75%a.a.	11.2015	Anuais	111.346

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

(b) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim.

(c) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

(d) Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva.

(e) Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito.

(f) Para os financiamentos dos projetos eólicos no Ceará, a amortização do pagamento de principal e o pagamento de juros iniciar-se-ão em agosto de 2013.

Empréstimo no Bank of America Merrill Lynch

Em julho de 2011, a Companhia contratou um empréstimo junto ao Bank of America Merrill Lynch no valor de US$ 273.537, equivalente a R$ 430.000.

Faz parte da transação negociada com o Bank of America Merrill Lynch a contratação de uma operação de *swap* com a sua subsidiária brasileira, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, no valor de R$ 430.000, através da qual manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 2,6236% a.a. e uma posição passiva equivalente a 98% do CDI.

A instituição financeira que concedeu o empréstimo garante o pagamento de todos os fluxos de caixa decorrentes da operação de *swap* caso a sua subsidiária brasileira eventualmente não honre com as obrigações contratadas. O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de *swap* em base líquida, caso necessário, e fará estas liquidações, simultaneamente, nos seus respectivos vencimentos.

Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro e estão sendo apresentados em base líquida no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que estes fluxos de caixa estarão expostos.

Em consequência, o efeito no resultado financeiro da Companhia decorrente da contratação dos referidos instrumentos financeiros será o equivalente a 98% do CDI.

g) Garantias

g.1) Controladora

- Moeda Nacional - Bank Of America Merrill Lynch: nota promissória, no valor de US$ 273.537, correspondentes a R$ 558.973, em 31.12.2012, em favor do Bank of America N.A.

- Moeda estrangeira - STN: (a) cessão e transferência à União Federal dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 82.842, em 31.12.2012 (R$ 70.562 em 31.12.2011), o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente, uma vez que o mesmo será utilizado obrigatoriamente para amortizar o principal no vencimento do contrato. Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

g.2) Controladas

BNDES e Bancos (Repasse BNDES)

- Financiamento de empreendimentos hidrelétricos: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, no contrato com a CEE, há a garantia do penhor dos dividendos a serem pagos pela Tractebel Energia à sua controladora, GSELA.

- Financiamento de Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Biomassa e Eólicos: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Tractebel Energia.

Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e conta reserva; e (c) fiança corporativa da Tractebel Energia.

h) Compromissos contratuais (*covenants*)

A Companhia possui os seguintes compromissos contratuais estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	*Covenants*
Controladora	
Bank of America Merrill Lynch	EBITDA[15]/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida consolidada/EBITDA ≤ 3,5
Controladas	
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - Itasa	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 40%
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CEE e Areia Branca	Índice de cobertura do serviço da dívida[16] ≥ 1,2
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CESS, Beberibe e Pedra do Sal	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
BNDES - Ibitiúva	(i) Índice de Endividamento Geral ≤ 0,80 (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Banco do Brasil - Hidropower	(i) Patrimônio líquido / ativo total ≥ 0,35 (ii) Margem EBITDA[17] (EBITDA/ROL) ≥ 0,80 (iii) EBITDA/ despesas financeiras ≥ 2,70 (iv) Dívida financeira total / EBITDA ≤ 4,0 (v) Ativo circulante / passivo circulante ≥ 1,2 (vi) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3

[15]EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização.
[16]Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida
[17] Margem EBITDA: EBITDA / Receita operacional líquida (ROL)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia. Os *covenants* dos financiamentos dos parques eólicos Mundaú, Guajiru, Fleixeiras I e Trairí serão exigidos somente após a entrada em operação comercial de cada usina e corresponderá ao "Índice de cobertura do serviço da dívida" ≥ 1,3.

16. – DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
2ª Emissão – série única	156.825	158.548	315.373	149.046	299.328	448.374
Cana Brava – séria única	-	-	-	15.880	8.526	24.406
Juros	13.217	-	13.217	18.614	-	18.614
	170.042	**158.548**	**328.590**	**183.540**	**307.854**	**491.394**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2010	**895.178**	**765.964**	**1.661.142**	**905.017**	**782.344**	**1.687.361**
Transferências	484.054	(484.054)	-	500.434	(500.434)	-
Juros gerados	87.387	2.509	89.896	89.109	2.509	91.618
Variações monetárias	9.971	23.435	33.406	11.058	23.435	34.493
Amortização de principal	(1.169.274)	-	(1.169.274)	(1.195.775)	-	(1.195.775)
Amortização de juros	(123.776)	-	(123.776)	(126.303)	-	(126.303)
Saldo em 31.12.2011	**183.540**	**307.854**	**491.394**	**183.540**	**307.854**	**491.394**
Transferências	160.909	(160.909)	-	160.909	(160.909)	-
Juros gerados	28.705	126	28.831	28.705	126	28.831
Variações monetárias	7.691	11.477	19.168	7.691	11.477	19.168
Amortização de principal	(176.786)	-	(176.786)	(176.786)	-	(176.786)
Amortização de juros	(34.017)	-	(34.017)	(34.017)	-	(34.017)
Saldo em 31.12.2012	**170.042**	**158.548**	**328.590**	**170.042**	**158.548**	**328.590**

Alteração do compromisso contratual (*covenant)* da 2ª emissão de debêntures

A Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 10.05.2012, aprovou a elevação do compromisso contratual (*covenant)* da Companhia de 2,5 vezes para 3,5 vezes a relação "Dívida bruta / EBITDA". Esta alteração resultou no pagamento de um prêmio de R$ 1.076, equivalentes a 0,22% do valor nominal dessas debêntures.

c) Condições contratadas

			Condições de Pagamento		
	Quantidade	Remuneração	Juros/variação monetária	Principal	Garantia
2ª Emissão - série única	35.000	IPCA [18] + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 05.2012/13/14	Sem garantia

Nos anos de 2012 e 2011 o IPCA variou 5,84% e 6,5%, respectivamente. Os *covenants* das debêntures - EBITDA / despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 e Dívida consolidada / EBITDA ≤ 3,5 - estão sendo cumpridos pela Companhia.

17. – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Usina Hidrelétrica Cana Brava	508.629	432.721	508.629	432.721
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	459.258	395.652	459.258	395.652
Usina Hidrelétrica São Salvador	-	-	419.712	401.132
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	41.327	36.447
	967.887	**828.373**	**1.428.926**	**1.265.952**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	3.129	2.643	48.800	45.688
Passivo não circulante	964.758	825.730	1.380.126	1.220.264
	967.887	**828.373**	**1.428.926**	**1.265.952**

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,28% a.a.

[18] Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Contrato de Concessão de UBP da UHE Estreito

Em atendimento à solicitação da Companhia, a Aneel aprovou, em 2012**,** a alteração do índice de atualização do contrato de IGP-M para o IPCA com o objetivo de equalizar a obrigação com o índice de atualização dos preços de venda de energia realizada no Ambiente de Contratação Regulada.

Ademais, em função da elevação da garantia física da usina de 584,9 MW médios para 641,08 MW médios, a parcela anual da UBP a ser paga pela controlada CEE passou de R$ 3.819 para R$ 4.186. A aplicação retroativa dessa alteração resultou em um pagamento adicional da UBP de R$ 436 no ano de 2012.

Valores originais contratados

Os valores originais, atualizados pela variação anual do IGP-M (Cana Brava e Ponte de Pedra) e do IPCA (Estreito e São Salvador), a seguir indicados, são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

	Valor original		Valor atualizado	
Usinas e anos de pagamento	**Pagamento Anual**	**Pagamento Total**	**Pagamento Anual**	**Pagamento Total**
Usina Hidrelétrica Cana Brava				
Até 31.07.2023	680	7.310	2.275	25.057
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	210.575	2.105.753
		620.110		**2.130.810**
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra				
Até 30.09.2019	200	1.350	604	4.093
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	49.154	49.154
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	94.392	1.321.483
		453.081		**1.374.730**
Usina Hidrelétrica São Salvador				
Até 30.04.2037	20.000	**488.333**	43.776	**1.088.139**
Usina Hidrelétrica Estreito				
Até 31.12.2037	1.966	**49.324**	4.302	**109.312**

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2010	**2.499**	**718.526**	**721.025**	**42.297**	**1.092.650**	**1.134.947**
Transferências	2.672	(2.672)	-	47.834	(47.834)	-
Juros no resultado	-	66.543	66.543	-	104.899	104.899
Juros capitalizados	-	-	-	-	3.754	3.754
Variações monetárias	-	43.333	43.333	-	66.795	66.795
Amortizações	(2.528)	-	(2.528)	(44.443)	-	(44.443)
Saldo em 31.12.2011	**2.643**	**825.730**	**828.373**	**45.688**	**1.220.264**	**1.265.952**
Ingresso	-	-	-	-	3.515	3.515
Transferências	3.210	(3.210)	-	52.165	(52.165)	-
Juros no resultado	-	78.822	78.822	-	121.237	121.237
Juros capitalizados	-	-	-	-	1.440	1.440
Variações monetárias	-	63.416	63.416	-	85.835	85.835
Amortizações	(2.724)	-	(2.724)	(49.053)	-	(49.053)
Saldo em 31.12.2012	**3.129**	**964.758**	**967.887**	**48.800**	**1.380.126**	**1.428.926**

b) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2014	2.556	44.850
2015	2.331	40.780
2016	2.126	37.071
2017	1.939	33.706
2018	1.769	30.649
2019 a 2023	209.311	318.768
2024 a 2028	453.900	521.839
2029 a 2033	277.950	320.121
2034 a 2037	12.876	32.342
	964.758	**1.380.126**

18. – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	30.12.2011
Federais				
Imposto de renda e contribuição social	409.824	357.804	436.981	383.212
PIS e Cofins	18.648	19.142	22.661	22.192
INSS	3.597	3.663	4.277	4.228
Outros	1.431	1.389	1.471	1.437
	433.500	**381.998**	**465.390**	**411.069**
(-) Tributos federais a compensar	(75.541)	(78.079)	(76.431)	(78.832)
	357.959	**303.919**	**388.959**	**332.237**
Estaduais				
ICMS a pagar	6.110	7.443	27.457	26.584
(-) ICMS a compensar	(1.717)	(7.350)	(1.724)	(7.666)
	4.393	**93**	**25.733**	**18.918**
Municipais				
Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS)	623	471	1.384	854
	362.975	**304.483**	**416.076**	**352.009**

A Companhia, no exercício de 2012, passou a apresentar os tributos a pagar, líquidos dos a compensar, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. De modo a manter a comparação entre os balanços demonstrados, os saldos anteriormente apresentados na conta "Impostos e contribuições a compensar", em 31.12.2011, no montante de R$ 85.429 na controladora (R$ 86.498 no consolidado), foram reclassificados para a rubrica "Impostos e contribuições sociais a pagar".

Do saldo de tributos federais a compensar acima apresentado, R$ 69.326, na controladora e no consolidado, correspondem a crédito de PIS e Cofins reconhecido por decisão judicial transitada em julgado favorável à Companhia relativa à aplicação da Instrução Normativa 468/2004. Em 27.12.2012, a Companhia obteve despacho favorável da Receita Federal do Brasil quanto aos pedidos de habilitação de crédito, ficando apta a proceder à compensação, o que ocorrerá no início de 2013.

19. – PROVISÃO PARA REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Passivo circulante				
Provisão para participação nos resultados e bônus	35.311	34.303	35.311	34.303
Provisão para férias	18.606	15.744	18.991	16.423
Provisão para gastos com demissão voluntária	7.069	2.783	7.069	2.783
Outras	414	201	414	201
	61.400	**53.031**	**61.785**	**53.710**

Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável, de periodicidade anual, que consiste em dois programas: (i) Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - aplicável a todos os empregados da Companhia e atrelado aos resultados auferidos; e (ii) Programa de Bônus Gerencial - aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial e vinculados aos resultados das suas áreas e ao desempenho individual.

20. – PROVISÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
Riscos prováveis:	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Fiscais				
INSS	16.195	15.451	16.195	15.451
Outros	4.767	2.418	6.533	2.418
	20.962	**17.869**	**22.728**	**17.869**
Cíveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	65.085	49.603	65.085	49.603
Contratos com fornecedores	25.549	23.815	25.549	29.619
Benefícios de aposentadoria	10.894	9.787	10.894	9.787
Ambientais	7.873	7.069	7.873	7.069
Doença ocupacional e acidente do trabalho	4.785	4.407	4.785	4.407
Desapropriações	15.298	3.620	15.298	3.620
Ações diversas	7.203	4.597	11.275	8.236
	136.687	**102.898**	**140.759**	**112.341**
Trabalhistas	**9.794**	**10.996**	**11.233**	**10.996**
Total	**167.443**	**131.763**	**174.720**	**141.206**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	28.439	7.640	29.170	8.615
Passivo não circulante	139.004	124.123	145.550	132.591
	167.443	**131.763**	**174.720**	**141.206**

a.1) Riscos fiscais prováveis

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Refere-se, substancialmente, a uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) recebida pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na referida notificação para as mencionadas competências, e que somente poderia ser cobrado o adicional de contribuição para o empregado que tivesse direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência.

A Companhia aguarda o julgamento do recurso que interpôs nesse processo. O montante provisionado em 31.12.2012 é de R$ 14.151 (R$ 13.428 em 31.12.2011).

a.2) Riscos cíveis prováveis

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A ação visa ajustar a TUST paga pela UHE Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. A Companhia provisiona a diferença entre o valor cobrado e contrata carta de fiança em garantia do valor controverso. No ano de 2012 não houve qualquer alteração no andamento da ação, apenas a atualização dos montantes provisionados.

Contratos com fornecedores

- Companhia de Interconexão Energética (Cien): refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerendo o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

A Tractebel Energia apresentou contestação em março de 2002, sendo que em setembro de 2006 foi decidido que a Aneel deveria ingressar no processo como ré, o que deslocaria a competência da Justiça Comum para a Justiça Federal.

Após longa tramitação foi fixada a competência da Justiça Comum para julgar o processo. Em 19.11.2012 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da Cien. A Cien se opôs a essa sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), onde se aguarda a designação de relator. O montante relacionado a essa causa em 31.12.2012 é de R$ 21.658 (R$ 19.754 em 31.12.2011).

- Fornecedor de energia: essa ação pleiteava a cobrança de valores apurados no âmbito do MAE (atualmente CCEE), durante o período de racionamento de energia, compreendido entre setembro de 2000 e dezembro de 2002, da controlada Itasa. Em dezembro de 2012 as partes envolvidas celebraram um acordo judicial para a conclusão e arquivamento da causa. O valor da baixa da provisão, correspondente à participação da Companhia nesta empresa, foi de R$ 6.416.

Benefício de aposentadoria

Refere-se, substancialmente, à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por meio da qual os participantes da fundação, autores na ação, requerem a declaração de nulidade ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções por eles exercidas no sentido de limitar as contribuições para a fundação aos seus salários de contribuição, que resultou na redução dos seus benefícios de aposentadoria.

A decisão de primeiro grau, confirmada pelo TJSC, é contrária aos interesses da Eletrosul e ELOS. Em 2011 a Companhia firmou um acordo com a maior parte dos reclamantes. O montante estimado para cobrir os riscos relativos à ação dos reclamantes que não aderiam ao acordo é de R$ 10.545 em 31.12.2012 (R$ 9.469 em 31.12.2011).

Ambientais

A Companhia responde atualmente a treze ações civis públicas ambientais. Os objetos dessas ações estão divididos da seguinte forma: (i) três ações cujo objeto versa sobre a implantação de eclusa, escada para peixes e "destoca" - ato de retirar ou arrancar o toco de uma árvore com as raízes - dos reservatórios das usinas hidrelétricas Salto Osório e Salto Santiago; (ii) oito ações requerem a implantação de reflorestamento e constituição de Área de Preservação Permanente (APP) de 100 metros no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas antes citadas; (iii) uma ação relativa aos supostos danos causados pelo enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica Cana Brava; e (iv) uma ação decorrente do despejo de cinzas da Usina Termelétrica Charqueadas.

Em duas das oito ações relativas à implantação de APP foram proferidas decisões, às quais condenam a Companhia a apresentar projeto de reflorestamento e implantar APP de 100 metros no entorno do reservatório da usina Hidrelétrica Salto Santiago. A Companhia recorreu dessas decisões.

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva. As previsões iniciais de condenação não se confirmaram e o resultado dessas ações tem sido amplamente favorável à Companhia. A provisão é constituída para cada causa considerando o provável desembolso futuro que a Companhia espera ter para encerrar a ação por acordo ou condenação.

Desapropriações

A evolução no montante provisionado entre os anos de 2011 e 2012 decorreu, substancialmente, do ingresso de ações impetradas por pessoas físicas e jurídicas cujo objeto versa sobre desapropriações das áreas atingidas pelo reservatório das usinas hidrelétricas Cana Brava e Ponte de Pedra.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações requerendo reassentamento rural ou emissão de carta de crédito e ações indenizatórias ajuizadas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

a.3) Riscos trabalhistas prováveis

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicatos ou por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, a pedidos de vínculo empregatício, FGTS, horas extraordinárias, complementação de benefício na Previdência Complementar e indenizações diversas.

b) Movimentação das provisões para riscos prováveis

	Controladora			
	Fiscais	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31.12.2010	**32.260**	**105.892**	**13.579**	**151.731**
Adições	-	9.620	1.892	11.512
Atualizações	2.939	11.499	1.229	15.667
Pagamentos	-	(15.056)	(2.511)	(17.567)
Reversões	(17.330)	(9.057)	(3.193)	(29.580)
Saldo em 31.12.2011	**17.869**	**102.898**	**10.996**	**131.763**
Adições	2.348	23.193	745	26.286
Atualizações	789	12.886	776	14.451
Pagamentos	-	(733)	(1.203)	(1.936)
Reversões	(44)	(1.557)	(1.520)	(3.121)
Saldo em 31.12.2012	**20.962**	**136.687**	**9.794**	**167.443**

	Consolidado			
	Fiscais	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31.12.2010	**32.260**	**108.443**	**13.579**	**154.282**
Adições	-	24.760	1.892	26.652
Atualizações	2.939	11.695	1.229	15.863
Pagamentos	-	(15.065)	(2.511)	(17.576)
Reversões	(17.330)	(9.119)	(3.193)	(29.642)
Reclassificação	-	(8.373)	-	(8.373)
Saldo em 31.12.2011	**17.869**	**112.341**	**10.996**	**141.206**
Adições	4.112	24.093	2.184	30.389
Atualizações	791	14.041	776	15.608
Pagamentos	-	(7.334)	(1.203)	(8.537)
Reversões	(44)	(2.382)	(1.520)	(3.946)
Saldo em 31.12.2012	**22.728**	**140.759**	**11.233**	**174.720**

c) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

	Controladora					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	115.740	554.796	670.536	461.053	530.830	991.883
Cíveis	15.143	412	15.555	9.631	371	10.002
Trabalhistas	6.774	27.829	34.603	10.940	15.407	26.347
	137.657	**583.037**	**720.694**	**481.624**	**546.608**	**1.028.232**

	Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	163.999	557.582	721.581	499.551	530.830	1.030.381
Cíveis	38.696	1.456	40.152	12.237	1.351	13.588
Trabalhistas	6.824	30.200	37.024	10.940	15.407	26.347
	209.519	**589.238**	**798.757**	**522.728**	**547.588**	**1.070.316**

c.1) Riscos fiscais possíveis

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de "denúncia espontânea", desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 31.12.2012 é de R$ 55.502 (R$ 52.809 em 31.12.2011).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS)

A Companhia e sua controlada TBLC foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a CCEE, entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir dessa data é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Em relação aos dois processos atribuídos à controlada TBLC foi apresentado recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Após esta decisão a TBLC ingressou com pedido de retificação e a admissibilidade do Recurso Especial nos dois processos. Para um deles foi negado o provimento ao pedido, bem como indeferido o recurso e para o outro ainda se espera o julgamento na esfera administrativa. Em relação ao processo cujo recurso na esfera administrativa não foi aceito, a TBLC aguarda o processo de execução por parte da Secretaria da Fazenda para que possa realizar o embargo na esfera judicial.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos, os quais estão no aguardo de admissibilidade por parte do juízo.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 31.12.2012 é de R$ 13.995 (R$ 13.628 em 31.12.2011), na controladora, e de R$ 52.902 (R$ 51.694 em 31.12.2011), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração emitido pela RFB, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN.

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998 e utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita a quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 31.12.2012 é de R$ 29.688 (R$ 28.524 em 31.12.2011).

c.2) Riscos fiscais remotos

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco remoto são os que seguem:

Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)

Em 30.12.2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

O Decreto-Lei nº 1.506/1976, de 23.12.1976, instituiu importante benefício fiscal ao setor elétrico brasileiro, isentando a RIC da incidência do imposto de renda.

Assim, sobre as imobilizações em curso realizadas com capital próprio ou empréstimos passaram a incidir juros de até 10% a.a., acrescidos ao ativo diferido vinculado às respectivas obras em andamento, cuja contrapartida era registrada no resultado do período e constituía receita isenta de imposto de renda.

Em 12.12.1985, o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) expediu a Portaria nº 250/1985, alterando a contabilização até então adotada e a remuneração das imobilizações em curso (juros de até 10% a.a.), objeto de benefício da isenção do imposto de renda, por força do Decreto-lei nº 1.506/1976, até então registrada no resultado, passando a receber duas classificações contábeis distintas: a) a parcela referente às obras realizadas com capital próprio passou a ser lançada no patrimônio líquido e, portanto, sem efeito no resultado do período; e b) a parcela referente às obras realizadas com empréstimos passou a ser lançada a crédito do ativo diferido para posterior amortização no resultado, concomitantemente com os valores contratuais lançados a débito, também, do ativo diferido. Com esse procedimento a parcela da receita isenta decorrente de obras realizadas com empréstimos, que anteriormente era contabilizada no resultado no momento de sua apuração, passou a ser reconhecida no resultado, com exclusão para fins de apuração do lucro real, somente quando: i) o ativo em construção que lhe dera origem entrasse em operação ou (ii) ocorresse a baixa do respectivo bem.

Este novo procedimento contábil permaneceu até 31.12.1995, sendo alterado pela Portaria nº 526, de 22.11.1995, do DNAEE que, entre outras providências, determinou a transferência dos saldos existentes no ativo diferido, relativamente à remuneração das imobilizações em curso, para o imobilizado e extinguiu o cálculo e contabilização da RIC correspondente à parcela das obras realizadas com capital de terceiros, permanecendo apenas a remuneração sobre a parcela das obras realizada com capital próprio.

A isenção garantida pelo mencionado Decreto-Lei foi revogada pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, o que levou a Companhia a suspender seu cálculo e sua contabilização a partir de 01.01.1999.

Dessa forma, os valores de RIC que estão sendo glosados pela autoridade fiscal referem-se a receitas anteriormente diferidas, calculadas ao amparo do referido Decreto-Lei e, portanto, beneficiados pela isenção do imposto de renda, que estão sendo reconhecidas no resultado durante a operação das usinas que lhe deram origem.

Em 24.02.2012, a Companhia tomou ciência do Acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis, onde seus membros, depois da análise de mérito da questão, julgaram, por unanimidade, procedente a impugnação. Esta decisão só será definitiva após sua confirmação pela instância administrativa superior, ou seja, o CARF. Em razão desta decisão, a Companhia passou a avaliar o risco de perda da ação como remoto. O relator do processo no Conselho foi sorteado e será o representante dos contribuintes.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os argumentos utilizados para impugnar o lançamento do crédito fiscal propiciam uma expectativa otimista de êxito ao final da demanda. O montante atualizado dessa autuação em 31.12.2012 é de R$ 374.090 (R$ 350.919 em 31.12.2011).

PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN 658/2006)

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra as exigências previstas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 468/2004 (IN 468/2004), para que as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31.10.2003 fossem submetidas à tributação não cumulativa de PIS e Cofins a partir da primeira alteração de preço, descaracterizando assim, o conceito do "preço predeterminado", previsto no artigo 10 da Lei nº 10.833/2003.

A IN 468/2004 foi revogada em 04.07.2006 pela IN 658/2006, em face do advento do artigo 109 da Lei nº 11.196/2005, o qual estabeleceu que o preço predeterminado não fosse alterado caso o reajuste de preço ocorresse em função do custo de produção ou da variação do índice que refletisse a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados. Contudo, apesar da ressalva incorporada à IN 658/2006 decorrente da referida lei, as exigências questionadas para a Companhia foram mantidas.

Em outubro de 2006, o Tribunal Regional Federal (TRF), assegurou à Companhia o direito de recolher as contribuições do PIS e da Cofins segundo o regime de tributação cumulativa, tal como previsto na Lei nº 10.833/2003, e sem as restrições ilegais e inconstitucionais da IN 468/2004, propiciando à Companhia suspender os depósitos judiciais iniciados em junho de 2005. No entanto, a decisão do TRF não contemplou a IN 658/2006, fazendo com que a Companhia apresentasse recurso especial ao STJ.

A União Federal, por sua vez, interpôs recurso especial em face da decisão do TRF, o qual não foi admitido, motivo pelo qual, em abril de 2010, foi certificado formalmente o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo TRF em relação à IN 468/2004.

Por esta razão, em julho de 2010, foi deferido o pedido de expedição de alvará para levantamento dos depósitos judiciais realizados no período de junho de 2005 a junho de 2006, ficando pendente de liberação o indébito dos valores recolhidos anteriormente a junho de 2005 e os depósitos realizados no período de julho de 2006 - mês de publicação da IN 658/2006 - a outubro de 2006 – mês da decisão do TRF. As restrições para a repetição de indébito e para o resgate dos depósitos judiciais foram impostas pela RFB sob o argumento de que o Mandado de Segurança em questão não havia transitado em julgado.

Considerando que o Recurso Especial interposto pela Companhia não foi conhecido pelo STJ, em virtude da ausência de interesse recursal, haja vista que o TRF acolheu integralmente o pedido da Companhia de permanecer na sistemática da cumulatividade, tal processo, teve o seu trânsito em julgado no mês de junho de 2012, não havendo mais quaisquer discussões envolvendo as referidas Instruções Normativas (468/2004 e 658/2006).

Como não há mais discussão a respeito das referidas IN, após esta decisão, a Companhia, em junho, deixou de apresentar no quadro demonstrativo de contingências o valor de R$ 373.457, que vinha sendo demonstrado como de risco remoto.

Em relação ao montante depositado em juízo, referente aos depósitos judiciais efetivados de julho a outubro de 2006, foi publicado, em 12.07.2012, o deferimento do pedido de levantamento efetuado pela Companhia autorizando a expedição de alvará para liberação de tais depósitos, em razão do STJ ter concluído que a concessão da ordem pelo TRF, abranger também o período regido pela IN 658/2006.

Porém, em 10.08.2012 a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para levantamento dos referidos depósitos judiciais, para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. Intimada a se manifestar a Companhia requereu o indeferimento do pedido da União Federal, tendo sido mantida a ordem de expedição do alvará.

Contra a decisão que manteve esta ordem, a União Federal interpôs um recurso jurídico denominado "Agravo de Instrumento", no qual obteve liminar, sendo que a questão será examinada no julgamento do recurso após o pleno contraditório das contrarrazões. O montante do depósito atualizado em 31.12.2012 é de R$ 45.659 (R$ 41.496 em 31.12.2011).

A Companhia também protocolou, em 11.09.2012, o pedido de habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitado em julgado relativo ao indébito dos valores recolhidos anteriormente a junho de 2005, cujo pedido foi deferido em 27.12.2012. O montante atualizado, em 31.12.2012, é de R$ 68.701 (R$ 66.009 em 31.12.2011) e será compensado no exercício de 2013.

Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)" ("Subvenção CCC").

Em 2009, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982 referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, já incluídos os juros e multas, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado.

Na avaliação da administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "Subvenção da CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita. Dessa forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade com a intimação na esfera administrativa e, se necessário, efetuará na esfera judicial. Mesmo que a "Subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da "Subvenção CCC" e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "Subvenção".

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é de entendimento da administração que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando o julgamento da Delegacia de Julgamento de Florianópolis. O montante atualizado em 31.12.2012 é de R$ 173.118 (R$ 163.273 em 31.12.2011).

21. – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG.

Em 31.12.2012, a PREVIG tinha 456 (452 em 31.12.2011) aposentados e pensionistas em gozo de benefícios e a ELOS 2.185 (2.182 em 31.12.2011).

As principais características dos planos administrados pela Companhia são as seguintes:

a) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora e a contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Os benefícios previstos no plano BD são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão;
- Abono anual; e
- Auxílio funeral.

Atualmente, na PREVIG, esse plano possui 81 participantes (88 em 31.12.2011), dos quais 27 estão no plano BD e 54 no plano BSPS (a seguir especificado). Já na ELOS, esse plano possui 4 participantes em 31.12.2012 (6 em 31.12.2011).

As despesas administrativas da ELOS são rateadas proporcionalmente a cada patrocinadora de acordo com o patrimônio dos seus participantes. No ano de 2012, 48,11% das despesas administrativas foram pagas pela Tractebel Energia (49,64% em 2011) e o restante pela Eletrosul. O valor de responsabilidade da Companhia em 2012 foi de R$ 2.466 (R$ 2.108 em 2011).

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas ao plano BD, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciárias. O valor dessas despesas no exercício de 2012 foi de R$ 1.877 (R$ 1.660 em 2011).

Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS)

A Companhia mantém ainda um plano de contribuição definida (CD) na PREVIG, denominado "Prevflex" e tem sido oferecido a todos os novos contratados desde 2005. Aos empregados da Tractebel Energia foi permitido escolher entre permanecer no plano de benefícios definidos (BD) ou ser transferido para o "Prevflex" (CD).

Entretanto, para os participantes que atendessem a algumas pré-condições estabelecidas quando da criação do Previflex, houve a opção de manter as reservas existentes até aquela data no plano BD e, daí em diante, efetuar as contribuições diretamente no plano CD. Porém, caso optassem por transferir suas reservas diretamente para o plano CD, teriam direito a uma contribuição especial, o que foi aceito por 94% dos participantes. A opção pelo "BSPS" foi fechada para novas adesões.

a.1) Premissas atuariais

As premissas atuariais e hipóteses econômicas utilizadas na avaliação dos benefícios pós-emprego foram as seguintes:

Premissas	31.12.2012	31.12.2011
Taxa de desconto (a.a.)		
- Planos de benefícios BD (ELOS) e BD (PREVIG)	9,00%	10,50%
- Planos de benefícios BSPS	8,00%	9,75%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)		
- Planos de benefícios BD (ELOS) e BD (PREVIG)	11,00%	10,50%
- Planos de benefícios BSPS	11,00%	12,00%
Rentabilidade prevista	11,00%	11,00%
Crescimento salarial futuro dos participantes ativos e auto patrocinados (a.a.)	5,20%	4,50%
Crescimento dos benefícios do plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,20%	4,50%
Inflação	5,20%	4,50%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100%	100%

Hipóteses	31.12.2012 e 31.12.2011
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que os maridos
Fator de conversão do SB-40	140%
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em tempo de serviço (SB-40), que optaram pela conversão	100%

a.2) Demonstrativo dos benefícios pós-emprego por plano, líquidos

						Classificação no balanço patrimonial	
	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total	Circulante	Não circulante
31.12.2011							
Valor presente das obrigações	1.027.245	235.951	45.775	2.217	1.311.188		
Valor justo dos ativos	(852.865)	(241.772)	(45.171)	-	(1.139.808)		
Passivo (ativo) calculado	**174.380**	**(5.821)**	**604**	**2.217**	**171.380**		
Ganhos (perdas) não reconhecidos	86.963	57.377	22.012	(723)	165.629		
Passivo registrado em 31.12.2011	**261.343**	**51.556**	**22.616**	**1.494**	**337.009**	**36.045**	**300.964**
31.12.2012							
Valor presente das obrigações	1.300.358	311.843	66.181	2.661	1.681.043		
Valor justo dos ativos	(1.065.255)	(312.548)	(55.979)	-	(1.433.782)		
Passivo (ativo) calculado	**235.103**	**(705)**	**10.202**	**2.661**	**247.261**		
Ganhos (perdas) não reconhecidos	16.435	40.537	3.679	(937)	59.714		
Passivo registrado em 31.12.2012	**251.538**	**39.832**	**13.881**	**1.724**	**306.975**	**32.368**	**274.607**

A análise de sensibilidade preparada pelos atuários mostra que para cada 0,1% de elevação na taxa de desconto o passivo atuarial aumenta em cerca de R$ 13.000.

De acordo com as práticas contábeis atualmente adotadas pela Companhia, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor") não são reconhecidas no resultado da Companhia quando da avaliação atuarial anual. As perdas excedentes ao limite do corredor são registradas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício.

No balanço patrimonial relativo à primeira adoção do IFRS e CPC, em 01.01.2009, foram reconhecidas pela Companhia, como complemento do seu passivo de "Obrigações com benefício de aposentadoria", as perdas atuariais que não vinham sendo registradas por estarem situadas dentro dos limites do "corredor", conforme isenção prevista no CPC 37 R1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. De acordo com os procedimentos relativos à primeira adoção dos IFRS e CPC, a contrapartida do complemento do passivo foi a conta "Lucros acumulados", no patrimônio líquido. A partir desta data, a Companhia optou por manter a abordagem do corredor anteriormente mencionada para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais.

Entretanto, a partir de 01.01.2013, essa prática não será mais permitida pelas normas internacionais e brasileiras de contabilidade e, em consequência, os ganhos ou perdas atuariais não registrados pela Companhia, no montante de R$ 59.714, serão reconhecidos como redução do passivo "Obrigações com benefícios de aposentadoria", tendo como contrapartida o aumento do Patrimônio Líquido. A partir de 01.01.2013, os juros sobre os ativos e passivos serão registrados líquidos no resultado financeiro e as variações nas avaliações atuariais anuais serão registradas na conta "Outros resultados abrangentes".

Composição das obrigações com benefícios de aposentadoria

	Controladora e Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	20.921	98.017	118.938	18.646	111.870	130.516
Déficit não contratado						
Contribuições correntes e Cobertura de custos	1.385	517	1.902	3.575	1.642	5.217
Déficit não contratado	10.062	116.359	126.421	13.824	21.823	35.647
Avaliação atuarial	**32.368**	**214.893**	**247.261**	**36.045**	**135.335**	**171.380**
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	59.714	59.714	-	165.629	165.629
Passivo atuarial registrado	**32.368**	**274.607**	**306.975**	**36.045**	**300.964**	**337.009**

O passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está parcialmente coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
2014	19.149	2.007	21.156
2015	3.484	1.812	5.296
2016	3.693	1.920	5.613
2017	3.914	2.036	5.950
2018	4.150	2.158	6.308
2019 a 2023	24.796	9.926	34.722
2024 a 2028	15.246	167	15.413
2029 a 2032	3.559	-	3.559
	77.991	**20.026**	**98.017**

A movimentação das "Obrigações com benefícios de aposentadoria", por plano, está resumida a seguir:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Passivo registrado em 31.12.2010	**348.286**	**59.712**	**25.878**	**1.515**	**435.391**
Efeitos no resultado de 2011:					
Custo do serviço corrente	-	79	-	67	146
Custo dos juros	98.088	22.563	3.852	191	124.694
Rendimento esperado dos ativos	(81.296)	(22.548)	(2.685)	-	(106.529)
Amortização dos ganhos atuariais	(77.520)	(3.478)	(924)	40	(81.882)
Ganho líquido no resultado	**(60.728)**	**(3.384)**	**243**	**298**	**(63.571)**
Contribuições	-	(3.051)	(3.175)	(319)	(6.545)
Pagamentos de obrigações contratadas	(26.215)	(1.721)	(330)	-	(28.266)
Passivo registrado em 31.12.2011	**261.343**	**51.556**	**22.616**	**1.494**	**337.009**
Efeitos no resultado de 2012:					
Custo do serviço corrente	-	43	-	64	107
Custo dos juros	103.468	23.879	3.391	190	130.928
Rendimento esperado dos ativos	(90.720)	(25.934)	(3.961)	-	(120.615)
Amortização dos ganhos atuariais	-	(4.513)	(3.479)	43	(7.949)
Perda líquida no resultado	**12.748**	**(6.525)**	**(4.049)**	**297**	**2.471**
Contribuições	-	(1.927)	(4.338)	(67)	(6.332)
Pagamentos de obrigações contratadas	(22.553)	(3.272)	(348)	-	(26.173)
Passivo registrado em 31.12.2012	**251.538**	**39.832**	**13.881**	**1.724**	**306.975**

A despesa líquida a ser reconhecida no resultado ao longo do ano de 2013, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	-	113	-	84	197
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	20.092	(1.025)	619	183	19.869
Despesa líquida	**20.092**	**(912)**	**619**	**267**	**20.066**

A composição dos ativos do plano por natureza de investimentos, em 31.12.2012, é a seguinte.

	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS
Renda fixa	88,11%	94,15%	72,44%
Renda variável	7,35%	3,98%	-
Empréstimos	2,23%	1,59%	27,56%
Imóveis	1,55%	-	-
Outros	0,76%	0,28%	-%
	100,00%	**100,00%**	**100,00%**
Rentabilidade de 2012 - variações do valor de mercado dos ativos	34,18%	39,29%	16,71%
Rentabilidade prevista para o ano de 2013	9%	9%	8%

Os ativos de renda fixa são compostos, predominantemente, por Títulos Públicos Federais, substancialmente, as Notas do Tesouro Nacional (NTN).

A partir de 01.01.2013, de acordo com as novas regras contábeis, a rentabilidade prevista não será mais calculada pela rentabilidade dos ativos do plano, e sim com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente do passivo atuarial, passando também a ser apresentada líquida no resultado financeiro da Companhia.

a.3) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

b) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no exercício de 2012 foram de R$ 2.022 (R$ 2.613 em 2011).

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

	Controladora				
	31.12.2012				31.12.2011
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	929.558	232.390	83.660	316.050	350.826
Ganho com operação de *Swap*	125.952	31.488	11.336	42.824	-
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	47.958	11.990	4.316	16.306	17.056
Subtotal		**302.732**	**108.983**	**411.715**	**404.417**
Ativo:					
RIC [19]	138.265	34.566	-	34.566	38.205
Obrigações com benefícios de aposentadoria	187.828	46.957	16.905	63.862	69.591
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.282	32.821	11.815	44.636	43.729
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	165.128	41.282	14.862	56.144	44.012
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	84.747	21.187	7.627	28.814	26.511
Ajuste a valor presente de valores a receber	14.526	3.632	1.307	4.939	4.718
Depreciação acelerada incentivada	8.596	2.149	774	2.923	4.021
Outros	36.650	9.163	3.298	12.461	8.148
Subtotal		**191.757**	**56.588**	**248.345**	**238.935**
Total líquido		**110.975**	**52.395**	**163.370**	**165.482**

[19] Remuneração das Imobilizações em Curso

Natureza dos créditos	Consolidado				
	31.12.2012				31.12.2011
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	929.558	232.390	83.660	316.050	350.826
Ganho com operação de *Swap*	125.952	31.488	11.336	42.824	-
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	47.958	11.990	4.316	16.306	17.056
Depreciação acelerada incentivada	109.312	27.328	9.838	37.166	18.282
Subtotal		**330.060**	**118.821**	**448.881**	**422.699**
Ativo:					
RIC	138.265	34.566	-	34.566	38.205
Obrigações com benefícios de aposentadoria	187.828	46.957	16.905	63.862	69.591
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.691	32.922	11.852	44.774	43.776
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	167.146	41.787	15.043	56.830	46.823
Provisão para perdas com investimentos	15.662	3.916	1.410	5.326	-
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	84.747	21.187	7.627	28.814	26.511
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	58.166	14.542	5.235	19.777	19.806
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	46.867	11.717	4.218	15.935	16.820
Ajuste a valor presente de valores a receber	14.939	3.735	1.345	5.080	4.718
Outros	34.655	8.664	3.118	11.782	13.840
Subtotal		**219.993**	**66.753**	**286.746**	**280.090**
Total líquido		**110.067**	**52.068**	**162.135**	**142.609**
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		**122.562**	**56.565**	**179.127**	**166.539**
Ativo		**(12.495)**	**(4.497)**	**(16.992)**	**(23.930)**
Total		**110.067**	**52.068**	**162.135**	**142.609**

No exercício de 2012, a Companhia passou a apresentar os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando esses corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. De modo a manter a comparação entre os balanços demonstrados, o saldo anteriormente apresentado, na conta "Imposto de renda e contribuição social diferido ativo", no montante de R$ 239.935 na controladora (R$ 240.607 no consolidado), no balanço de 31.12.2011 , foi reclassificado para a rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferido passivo".

A Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre o "ágio" (diferença entre o valor pago e o patrimonial) nas aquisições das controladas CESS e CEE e seus valores patrimoniais, em razão das incertezas quanto à sua realização. Os referidos tributos diferidos sobre esse "ágio" seriam de R$ 41.312.

O horizonte de realização do ativo e de exigibilidade do passivo foi estimado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2013	31.471	28.742	36.856	28.742
2014	11.775	36.788	19.293	36.788
2015	35.992	49.358	44.429	49.358
2016	64.918	19.783	69.524	19.783
2017	18.008	19.772	19.071	19.772
2018 a 2020	37.929	99.294	40.832	99.543
2021 a 2023	22.156	63.870	24.934	67.471
2024 em diante	26.096	94.108	31.807	127.424
	248.345	**411.715**	**286.746**	**448.881**

23. – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

A Companhia não possui ações em tesouraria e não efetuou transação envolvendo compra e venda de ações de sua emissão nos exercícios de 2012 e 2011.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2012 e 31.12.2011, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.12.2012**,** é de R$ 8,36 (R$ 8,35 por ação em 31.12.2011).

O quadro societário da Companhia em 31.12.2012 e 31.12.2011 é o seguinte:

Acionistas	% do Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 31.12.2012 e 31.12.2011, a quantidade de ações da Companhia em poder do acionista controlador GSELA era de 448.512.633. Nestas mesmas datas os administradores da Companhia possuíam 364.340 e 134.775 ações, respectivamente, enquanto que as ações em circulação somavam 203.865.219 e 204.094.784, respectivamente.

c) Reserva de Capital

Refere-se, substancialmente, à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante os anos de 1986 a 1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Esta reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, e para incorporação ao capital social.

d) Reservas de lucros

- Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. Em virtude do saldo de reserva legal ter atingido o limite de 20% sobre o capital social durante o exercício findo em 31.12.2011, não houve, consequentemente, constituição de reserva legal sobre o lucro líquido relativo ao exercício de 2012. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

- Reservas de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pela UHE Ponte de Pedra.

- Reserva de retenção de lucros

A reserva foi constituída em exercícios anteriores, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a implantação de usinas, a manutenção do parque produtivo e a possível aquisição de participação na Usina Hidrelétrica Jirau.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme previsto no IAS 16 e CPC 27 - Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPC, em 01.01.2009. A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferido, foi reconhecida na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A realização desta reserva é registrada em contrapartida da conta "Lucros acumulados", na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia. Nos anos de 2012 e 2011 os valores da realização foram de R$ 65.707 e R$ 59.827, respectivamente.

f) Participação de acionista não controlador

Refere-se à participação de 5% do acionista não controlador da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética, no valor de R$ 2.663, em 31.12.2012 (R$ 2.065 em 31.12.2011).

g) Dividendos intercalares propostos

Os dividendos intercalares propostos sobre o lucro líquido do segundo semestre, no montante de R$ 576.429, serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada no dia 07.02.2013, e serão mantidos no patrimônio líquido até sua aprovação.

24. – DIVIDENDOS

a) Cálculo

	31.12.2012	31.12.2011
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	1.499.497	1.447.636
Constituição da reserva legal	-	(66.597)
Reserva de incentivos fiscais	(18.816)	(9.455)
Transação com acionista não controlador	-	(2.065)
Lucros acumulados - realização dos ajustes de avaliação patrimonial	65.707	59.827
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**1.546.388**	**1.429.346**
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre	693.759	658.014
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	236.534	217.340
Dividendos intercalares propostos relativos ao segundo semestre	576.429	517.342
Subtotal	**1.506.722**	**1.392.696**
IRRF dos juros sobre o capital próprio	39.666	36.650
Total dos dividendos anuais	**1.546.388**	**1.429.346**
Percentual do lucro líquido ajustado	**100%**	**100%**
Dividendos e juros sobre o capital próprio, antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em reais)**:	2,3690660667	2,1897556102

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Tractebel Energia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76, bem como estabelece a intenção de pagar em cada ano-calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

c) Distribuições realizadas e proposta relativa ao lucro líquido do exercício de 2012

c.1) Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 26.07.2012, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2012, no valor de R$ 693.759, correspondente a R$ 1,0628376925 por ação. O início do pagamento dos referidos dividendos ocorreu em 27.09.2012.

c.2) Créditos de juros sobre o capital próprio

Em 25.10.2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, no valor bruto de R$ 276.200, correspondente a R$ 0,4231379607 por ação.

O crédito dos juros sobre o capital próprio da Companhia foi registrado contabilmente na data de 31.12.2012, com base na posição acionária do dia 23.11.2012. As ações da Companhia foram negociadas ex-juros sobre o capital próprio a partir de 26.11.2012.

Os juros, líquidos do imposto de renda na fonte, foram imputados aos dividendos obrigatórios e serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva.

c.3) Dividendos intercalares propostos

A Companhia está propondo para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 07.02.2013, a proposta de pagamento de dividendos intercalares sobre o lucro líquido do segundo semestre de 2012, no valor de R$ 576.429 (R$ 0,8830904134 por ação).

De acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral ou pelo órgão competente, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, foram apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos intercalares propostos", até a sua aprovação pelo Conselho de Administração ou pela AGO.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2012 será ratificada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

25. – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controlada		Consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica				
- Distribuidoras de energia elétrica	2.043.924	2.037.340	3.135.311	2.692.518
- Comercializadoras de energia elétrica	1.396.786	1.328.413	355.885	441.667
Fornecimento de energia elétrica (Consumidores livres)	198.752	263.431	1.632.605	1.439.898
Transações no âmbito da CCEE	170.909	90.853	325.300	96.749
Exportação de energia elétrica	8.023	153.060	8.023	153.060
Outras receitas	44.935	35.195	32.668	24.588
	3.863.329	**3.908.292**	**5.489.792**	**4.848.480**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(311.005)	(300.896)	(455.675)	(389.511)
ICMS	(22.331)	(34.217)	(82.775)	(94.177)
ISS	(1.313)	(1.246)	(1.313)	(1.246)
Pesquisa e desenvolvimento	(30.995)	(31.790)	(37.530)	(36.595)
	(365.644)	**(368.149)**	**(577.293)**	**(521.529)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**3.497.685**	**3.540.143**	**4.912.499**	**4.326.951**

Em 31.12.2012 os seguintes clientes participavam em percentual superior a 5% da receita líquida consolidada da Companhia: Celesc, Cemig Distribuição S.A. e Rio Grande Energia S.A. (RGE).

26. – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Custo da Energia vendida				Custo dos Serviços prestados	
	Controladora		Consolidado		Controladora e consolidado	
	31.12.2012	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**	**31.12.2012**	**31.12.2011**
Pessoal	145.979	131.649	149.306	133.789	18.212	15.027
Serviço de terceiro	96.584	84.596	122.826	108.687	5.478	5.299
Material	24.878	19.122	27.646	22.314	925	666
Combustível para geração	27.143	100.375	39.659	108.799	-	-
Royalties [20]	89.223	136.479	111.838	159.209	-	-
Depreciação e amortização	362.619	358.974	550.086	486.663	-	-
Seguros	9.600	7.018	12.828	8.776	423	819
Taxa de fiscalização	11.167	10.295	13.525	11.947	-	-
Outros	18.122	13.287	30.069	16.677	1.103	836
	785.315	**861.795**	**1.057.783**	**1.056.861**	**26.141**	**22.647**

[20] Compensação pela utilização de recursos hídricos.

Custos com pessoal

As despesas com pessoal incluem, além dos salários e encargos sociais, os benefícios de auxílio à recuperação da saúde, seguro de vida em grupo, auxílio creche às empregadas, vale alimentação e transporte, previdência privada, entre outros. A Companhia oferece ainda cursos e treinamentos aos seus empregados.

Pagamento baseado em ações

A Tractebel Energia não tem nenhum programa específico de pagamento baseado em suas ações. Entretanto, a sua controladora indireta GDF SUEZ, sediada na França, mantém os seguintes programas de ações para determinados executivos e empregados: (i) opção de compra de ações na Bolsa de Valores de Paris (França), estabelecido com base nas principais responsabilidades desenvolvidas pelos beneficiários; e (ii) prêmio em ações por desempenho ou bonificação. Adicionalmente há o programa de cessão de ações gratuitas que abrange todos os empregados.

Os programas de opções de compras de ações e de prêmio em ações por desempenho tem vigência de quatro ou cinco anos e seus valores estão vinculadas ao atingimento de determinados índices financeiros da GDF SUEZ. Por conta da conjuntura econômica mundial, tem-se verificado ao longo dos anos uma redução nos valores de mercado dessas opções de compra e das ações por desempenho, o que possivelmente influenciará o exercício das opções e a obtenção do benefício das ações por desempenho nos seus vencimentos.

Os custos envolvidos com estes programas são integralmente pagos pela GDF SUEZ, não cabendo à Tractebel Energia nenhum desembolso relativo aos mesmos.

Em 31.12.2012 os valores de mercado dos referidos programas são os seguintes:

	Programas até 2011	Programa 2012	Total
Opções de compra de ações	7	2	9
Ações por desempenho	643	529	1.172
Ações gratuitas	566	501	1.067
	1.216	**1.032**	**2.248**

Os valores de mercado das opções de compras de ações foram calculados com base no modelo "Bjerksund e Stensland (2002)", para as opções em que a data de aquisição (*vesting date*) já tenha se iniciado, e o modelo "Rubinstein (1990)", para as opções que a data de aquisição ainda não se iniciou.

Despesas com vendas e gerais e administrativas:

	Vendas				Gerais e administrativas			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Pessoal	10.405	9.160	10.405	9.160	52.885	46.257	54.819	47.893
Administradores	-	-	-	-	17.130	15.019	17.984	15.794
Serviço de terceiro	1.602	3.891	5.692	5.731	39.339	34.956	41.575	37.611
Material	65	63	68	63	2.256	3.363	2.264	3.407
Depreciação e amortização	-	-	-	-	11.060	9.356	11.088	14.436
Contribuições setoriais	-	-	1.320	932	4.224	4.186	4.771	4.575
Aluguéis	227	214	239	236	3.552	4.872	4.108	5.500
Propaganda e publicidade	-	-	-	-	5.244	3.190	5.246	3.190
Indenizações	-	-	-	-	3.094	7.766	3.094	7.766
Contribuição PREVIG	-	-	-	-	8.414	3.206	8.414	3.206
Outros	582	2	873	704	11.304	13.327	16.654	13.682
	12.881	**13.330**	**18.597**	**16.826**	**158.502**	**145.498**	**170.017**	**157.060**

27. – (CONSTITUIÇÃO) REVERSÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Benefícios de aposentadoria	12.571	89.470	12.571	89.470
Fiscais	(2.304)	14.391	(4.068)	14.391
Cíveis	(20.903)	2.994	(20.427)	(3.834)
Trabalhistas	1.978	2.583	1.756	2.583
Devedores duvidosos	(2.665)	(6.043)	(2.937)	(6.180)
Perda em investimento	(15.662)	-	(15.662)	-
Outras	(13)	683	(242)	605
	(26.998)	**104.078**	**(29.009)**	**97.035**

28. – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	32.925	62.176	61.440	89.436
Juros sobre valores a receber	14.372	22.654	15.364	23.917
Variação monetária sobre depósitos judiciais	7.932	9.982	8.261	9.996
Outras receitas financeiras	2.923	9.107	3.120	10.323
	58.152	**103.919**	**88.185**	**133.672**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	72.882	122.389	235.881	238.687
Juros sobre concessões a pagar	78.822	66.543	121.237	104.899
Juros sobre passivo atuarial líquido	10.313	18.165	10.313	18.165
Juros sobre tributos	825	1.477	2.294	1.747
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19.168	33.640	19.168	34.727
Variação monetária sobre concessões a pagar	63.416	43.333	85.835	66.795
Variação monetária outras	6.127	340	6.258	346
Variação cambial sobre dívidas	21.471	17.942	21.471	17.942
Outras despesas financeiras	28.796	20.938	32.966	24.174
	301.820	**324.767**	**535.423**	**507.482**
Despesas financeiras, líquidas	**243.668**	**220.848**	**447.238**	**373.810**

29. – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.970.985**	**1.970.985**	**1.929.930**	**1.929.930**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(492.746)**	**(177.389)**	**(482.482)**	**(173.694)**
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	65.885	23.719	46.672	16.802
Juros sobre o capital próprio	69.050	24.858	63.498	22.859
Incentivos fiscais	20.341	-	10.856	-
Outras	(4.450)	(756)	12.011	1.184
	(341.920)	**(129.568)**	**(349.445)**	**(132.849)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(342.510)	(131.090)	(336.430)	(126.814)
Diferido	590	1.522	(13.015)	(6.035)
	(341.920)	**(129.568)**	**(349.445)**	**(132.849)**
Alíquota efetiva	**17,3%**	**6,6%**	**18,1%**	**6,9%**

	Consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**2.100.000**	**2.100.000**	**2.034.788**	**2.034.788**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(525.000)**	**(189.000)**	**(508.697)**	**(183.131)**
Diferenças permanentes:				
Juros sobre o capital próprio	69.050	24.858	63.498	22.859
Incentivos fiscais	20.341	-	10.856	-
Outras	(497)	171	8.871	(938)
	(436.106)	**(163.971)**	**(425.472)**	**(161.210)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(420.785)	(159.766)	(409.566)	(153.559)
Diferido	(15.321)	(4.205)	(15.906)	(7.651)
	(436.106)	**(163.971)**	**(425.472)**	**(161.210)**
Alíquota efetiva	**20,8%**	**7,8%**	**20,9%**	**7,9%**

30. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Gestão de risco

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a.1) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

No exercício de 2012 não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados por qualquer um ou ambos os fatores de risco a seguir descritos:

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, formalizada e informada ao mercado pelo *website* da Companhia no documento "Política de Investimentos e Derivativos". As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais - na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas - e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados - aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos devem atender aos dois seguintes parâmetros: (i) Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão; e (ii) *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's), em escala nacional.

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2012 esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. A operação de *swap*, mencionada na Nota 15 – Empréstimos e financiamentos, foi realizada com a mesma contraparte do empréstimo e com o objetivo exclusivo de proteção contra o risco cambial e de fluxo de caixa do empréstimo.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

- Risco relacionado às dívidas com taxa de juros e índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, *Libor*, *Euribor*, IGP-M e IPCA.

No que diz respeito ao risco de taxas de juros flutuantes, a maior parte das dívidas da Companhia está vinculada à TJLP, e essa taxa, apesar de ser considerada uma taxa "flutuante", vinha sendo mantida no patamar de 6% há vários anos, o que a caracterizava como uma taxa de caráter *quasi*-fixo. Em julho de 2012 essa taxa foi reduzida para 5,5% com vistas a estimular os investimentos produtivos e o crescimento da atividade econômica do País.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IGP-M ou IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI.

- Risco relacionado às dívidas denominadas em moeda estrangeira

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e o saldo dos passivos indexados à moeda estrangeira. A política de proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus passivos designados em moeda estrangeira, a qual é permanentemente monitorada pelo Comitê Financeiro da Companhia.

Os níveis de exposição cambial da Companhia têm se mantido em níveis muito baixos em relação ao seu endividamento total. Avaliações internas de riscos e benefícios levaram a Companhia a optar por não fazer nenhuma operação de proteção cambial (*hedge*) para essas dívidas.

Conforme mencionado na Nota 15 – Empréstimos e financiamentos, o empréstimo contratado com o Bank Of America Merrill Lynch, denominado em dólar norte americano, está totalmente protegido através de uma operação de *swap* com o mesmo Banco sediado no Brasil, eliminando qualquer exposição da Companhia à variação da moeda em relação ao Real nessa operação.

- Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08 e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para o ano de 2013 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação 2012	Cenário Provável	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%(*)	Δ + 50% (*)
Variação das taxas de juros e índices:					
- TJLP	5,50%	5,00%	-0,50 p.p.	1,25 p.p.	2,50 p.p.
- CDI	6,90%	7,25%	+0,35 p.p.	1,81 p.p.	3,63 p.p.
- IPCA	5,84%	5,53%	-0,31 p.p.	1,38 p.p.	2,77 p.p.
- IGP-M	7,82%	5,40%	-2,42 p.p.	1,35 p.p.	2,70 p.p.
Variação das moedas:					
- Dólar norte americano	2,04	2,09	+2,45%	2,61	3,14
- Euro	2,70	2,76	+2,22%	3,45	4,14

(*) Variações sobre o cenário provável.

A sensibilidade provável foi calculada com base na variação entre os índices relativos a 2012 e os previstos no cenário provável. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável. Os efeitos adicionais a serem causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se materializem, são os seguintes.

Riscos:	Saldo em 31.12.2012	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Taxas de juros e índices flutuantes:				
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.505.785	11.983	(29.103)	(59.395)
- CDI	435.372	(1.189)	(6.368)	(12.784)
		10.794	**(35.471)**	**(72.179)**
Debêntures				
- IPCA	328.590	**537**	**(2.395)**	**(4.789)**
Concessões a pagar				
- IGP-M	967.887	23.153	(13.629)	(27.258)
- IPCA	461.039	1.389	(6.189)	(12.379)
		24.542	**(19.818)**	**(39.637)**
Total		**35.873**	**(57.684)**	**(116.605)**
Moeda estrangeira:				
- Dólar norte americano	104.260	(2.372)	(26.065)	(52.130)
- Euro	111.346	(2.534)	(27.836)	(55.673)
Total		**(4.906)**	**(53.901)**	**(107.803)**

As variações das taxas flutuantes *Libor* e *Euribor*, em 31.12.2012, foram de 0,13 p.p. e 0,26 p.p., respectivamente, e os saldos dos empréstimos vinculados a estas taxas de juros na mesma data são de R$ 37.130 (líquido das garantias depositadas) e R$ 111.346, respectivamente. Eventuais variações dessas taxas não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade anteriormente apresentada.

a.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e do equivalente de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social, as reservas e os lucros acumulados incorporados às reservas de lucros.

A Tractebel Energia e suas controladas detêm dívidas que estipulam limites máximos de endividamento bruto, calculado com base no EBITDA, sendo a mais restritiva atualmente a que limita em 3,5 x o EBITDA. A Administração da Companhia, através da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, acompanha permanentemente o nível de endividamento da Companhia, o qual deve se situar em torno de 2 x o EBITDA, podendo, porém, variar para mais ou para menos dada a política de aquisição de novas usinas pela Companhia.

a.3) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e as vendas de energia.

Nas operações de aplicações no mercado financeiro, conforme anteriormente mencionado, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos federais, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada periodicamente pelo Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

A Companhia é avalista em diversos contratos de suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos.

a.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

O demonstrativo a seguir apresenta os passivos financeiros por período previsto de liquidação. Os valores foram determinados de acordo com os fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e de pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Controladora				
	Até 1 ano	**De 2 a 3 anos**	**De 4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	127.546	104.184	-	-	231.730
Instrumentos a taxas de juros:					
- pós-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	175.988	416.928	2.285	7.510	602.711
Debêntures	178.829	169.600	-	-	348.429
- pré-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	16.044	17.051	12.562	40.956	86.613
Concessões a pagar	3.268	5.887	5.887	3.490.498	3.505.540
	501.675	**713.650**	**20.734**	**3.538.964**	**4.775.023**

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	219.328	110.872	-	-	330.200
Instrumentos a taxas de juros:					
- pós-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	503.076	1.081.475	619.736	2.247.165	4.451.452
Debêntures	178.829	169.600	-	-	348.429
- pré-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	26.703	37.149	30.002	50.310	144.164
Concessões a pagar	51.346	103.806	103.806	4.444.034	4.702.992
	979.282	**1.502.902**	**753.544**	**6.741.509**	**9.977.237**

b) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	733.110	566.159	1.166.144	776.534
Depósitos vinculados	-	32.159	104.619	129.490
Recebíveis e empréstimos				
Caixa e depósitos bancários à vista	3.207	960	13.832	5.274
Contas a receber de clientes	416.357	410.903	630.263	542.149
Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886	86.886	86.886
Créditos com controladas	37.026	14.927	-	-
	1.276.586	**1.111.994**	**2.001.744**	**1.540.333**
Passivos financeiros				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	231.730	219.640	330.200	234.336
Empréstimos e financiamentos	650.978	671.045	3.205.955	3.157.806
Debêntures	328.590	491.394	328.590	491.394
Concessões a pagar	967.887	828.373	1.428.926	1.265.952
	2.179.185	**2.210.452**	**5.293.671**	**5.149.488**

As aplicações financeiras correspondem substancialmente aos recursos mantidos no fundo de investimento exclusivo. O valor justo deste instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem o fundo em mercado ativo (Nível I).

c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças, entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	435.372	435.269	458.839	457.188
- Em moeda estrangeira	215.606	244.638	212.206	239.702
Debêntures	328.590	340.460	491.394	493.908
Concessões a pagar	967.887	1.817.911	828.373	1.227.435
	1.947.455	**2.838.278**	**1.990.812**	**2.418.233**

	Consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	2.990.349	2.993.824	2.945.600	2.947.085
- Em moeda estrangeira	215.606	244.638	212.206	239.702
Debêntures	328.590	340.460	491.394	493.908
Concessões a pagar	1.428.926	2.550.529	1.265.952	1.811.391
	4.963.471	**6.129.451**	**4.915.152**	**5.492.086**

31. – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO					PASSIVO			
	Contas a receber					Fornecedores			
	Energia	Serviços	Outras	Mútuo	Dividendos a receber	Energia	Materiais e serviços	Juros sobre o capital próprio	Outras
31.12.2012									
CEE	21.212	-	-	-	20.359	-	-	-	-
CESS	1.191	-	10	-	1.637	-	-	-	-
Lages	1.587	167	-	-	7.280	-	-	-	-
TBLC	106.209	-	-	-	-	-	-	-	-
Itasa	-	2.310	-	-	7.750	4.260	-	-	193
Ceste	-	1.316	-	-	-	-	-	-	-
GSELA	-	-		-	-	-	-	189.783	-
Outras	-	-	454	-	-	-	101		-
	130.199	**3.793**	**464**	**-**	**37.026**	**4.260**	**101**	**189.783**	**193**
31.12.2011	**112.272**	**3.869**	**200**	**6.981**	**7.946**	**48.926**	**598**	**148.344**	**132**

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	RESULTADO						
	Receita			Custo	Despesa		
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras	Resultado de participações societárias
31.12.2012							
CEE	701	-	-	-	-	2.252	41.319
CESS	9.039	1.062	228	-	-	-	17.241
Lages	12.889	2.031	207	-	-	-	7.280
TBLC	1.156.539	-	415	-	-	-	145.307
Itasa	-	13.835	-	121.156	-	-	32.631
TBLP	-	-	-	-	-	-	19.763
Ceste	-	16.137	-	-	-	-	-
Controladas TBLP	-	-	812	-	-	-	-
Leme	-	-	-	-	1.189	-	-
Outras	-	-	205	-	57	444	-
	1.179.168	**33.065**	**1.867**	**121.156**	**1.246**	**2.696**	**263.541**
31.12.2011	**1.105.235**	**29.707**	**1.694**	**308.570**	**1.119**	**721**	**186.690**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

c.1) Compra e venda de energia

Contrato	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 31.12.2012
Compra:					
TBLE - Itasa	167	2030	IGP-M	Janeiro	1.304.022
TBLE - Itasa	61	2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	Outubro	527.823
Venda:					
TBLE - TBLC	322	2015/2016	IPCA	Março	817.454
TBLE - TBLC	950	2013	IGP-M	Julho	798.882
TBLE - Lages	16	2017	IGP-M	Abril	71.122
TBLE - CESS	5	2037	IPCA	Janeiro	157.809
TBLC - CEE	9	2041	IPCA	Outubro	384.006
TBLC – Projeto Trairi	64	2032	IPCA	Dezembro	1.640.862

De acordo com a política comercial da Companhia as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender os seus compromissos contratuais, necessita comprar energia da Tractebel Energia e de outras empresas do Grupo, quando necessário.

A energia gerada pelos projetos eólicos Trairi, em construção, será comercializada no Ambiente de Contratação Livre através da controlada TBLC.

c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro Base 31.12.2012
Itasa	16.10.2030	IGP-M	204.771
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	201.938
CESS	15.10.2023	IGP-M	11.501
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	4.515

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os valores contratados são calculados com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC, sendo que esses contratos não possuem prazo de vencimento determinado. O valor anual contratado com suas controladas é de R$ 2.366.

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 31.12.2012
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes controladas: Itasa, CESS, CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Fleixeiras I, Guajiru, Mundaú e Trairí.	2.535.642
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	19.335

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 31.12.2012 é de R$ 146.256. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R$ 58.432 em 2013, R$ 18.945 em 2014, R$ 17.084 em 2022 e R$ 51.796 em 2023.

f) Mútuo - Ibitiúva e Andrade Açúcar e Álcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade – concedido para a aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como a execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool. A remuneração do mútuo corresponde à variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 31.12.2012 é de R$ 16.534.

g) GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.

A Companhia possui créditos de juros sobre o capital próprio a pagar para a sua controladora, no montante de R$ 189.783, referente ao crédito realizado em 31.12.2012.

h) Remuneração das pessoas chaves da administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Honorários e benefícios de curto prazo	8.832	8.352	9.547	8.997
Indenizações	-	723	-	723
Bônus dos administradores	4.210	2.657	4.210	2.657
Benefícios pós-emprego	675	627	675	627
Encargos sociais	3.413	2.660	3.552	2.790
	17.130	**15.019**	**17.984**	**15.794**

32. – SEGUROS [21]

Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro é até 31.05.2013 e o valor da cobertura é de R$ 18.535.102, conforme a seguir demonstrado.

	Consolidado	
Tipo de usina	Danos	Lucro
Usinas hidrelétricas	13.850.439	255.253
Usinas termelétricas	2.926.501	973.874
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	435.411	93.624
	17.212.351	**1.322.751**

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R$ 705.303, por evento.

Riscos de engenharia

O Ceste possui seguro de risco de engenharia para as unidades da UHE Estreito que ainda não haviam entrado em operação comercial durante período de negociação da apólice da Tractebel Energia. A cobertura total para danos materiais é de R$ 2.405, correspondente a R$ 964 relativos à participação da Companhia no consórcio.

[21] As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Outras coberturas

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

33. – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Eletrosul e Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia. Para a UHE Ponte de Pedra, a Companhia possui contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). As controladas Beberibe e Pedra do Sal possuem contratos de conexão com a Companhia Energética do Ceará (Coelce) e Companhia Energética do Piauí (Cepisa), respectivamente.

Em 31.12.2012 o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 244.100 (R$ 248.242 em 31.12.2011).

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia e suas controladas CESS, CEE e Itasa mantêm contratos com o ONS. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia.

Em 31.12.2012 o valor dos compromissos futuros provenientes destes contratos totaliza R$ 6.801.279 (R$ 7.039.804 em 31.12.2011).

c) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos contratos de uso do sistema de distribuição com as distribuidoras de energia das regiões onde essas usinas estão instaladas. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia.

Em 31.12.2012 o valor dos compromissos futuros derivados destes contratos totaliza R$ 334.057 (R$ 429.471 em 31.12.2011).

d) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e dos contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação nos próximos seis anos:

	MW médios [22]					
Ano	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Recursos próprios	3.657	3.681	3.681	3.681	3.681	3.681
Compras para revenda	540	333	215	205	200	200
Disponibilidade total	4.197	4.014	3.896	3.886	3.881	3.881
Disponibilidade contratada	4.131	3.963	3.448	2.880	2.341	1.942
% Contratados	98,43%	98,73%	88,50%	74,11%	60,32%	50,04%

e) Compra de energia elétrica da Argentina

Em maio de 1998, a Tractebel Energia e a Cien firmaram contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer à Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, ocorrido em junho de 2000.

No ano de 2006, constatou-se que a Cien não tinha possibilidade de disponibilizar a quantidade de energia contratada, fato que levou a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo para "zero" os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para "zero" valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.

Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde longa data, sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada.

No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, já foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

A ação está seguindo em curso normal, tendo a Tractebel Energia se manifestado sobre as considerações apresentadas pela Cien.

f) Compra de gás natural

A Companhia celebrou, no ano de 2001, contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), pelo prazo de cinco anos, renováveis por igual período, para atendimento do início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTE William Arjona).

[22] As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que tal renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

Em razão do reajuste proposto não estar adequado às condições estabelecidas no contrato, a Companhia ajuizou uma ação contra a Petrobras e MSGÁS objetivando a continuidade do suprimento de gás. Esta ação segue no aguardo de julgamento dos recursos ingressados, tanto pela Companhia como pela Petrobras, inclusive para a ampliação do prazo do contrato referente ao período em que não houve suprimento de gás.

Em novembro de 2009, a Companhia obteve uma decisão transitória favorável, determinando à MSGÁS e à Petrobras a continuidade do fornecendo gás para a UTE William Arjona. Esse fornecimento permaneceu vigente até meados do ano de 2012 quando a Petrobras obteve um efeito suspensivo que lhe permitiu novamente suspender o fornecimento do gás.

No final de 2012, sobreveio decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dando pela intempestividade do recurso apresentado pela Petrobras no processo existente entre as partes, o que leva à perda dos efeitos da decisão suspensiva e à perda de objeto, já requeridos pela Companhia, o qual ainda pende de decisão do próprio STJ.

No mês de janeiro de 2013, a Companhia ingressou com um pedido junto ao Presidente do STJ requerendo a perda da eficácia da decisão que garantiu a Petrobras suspender, no ano de 2012, o fornecimento de gás para a UTE William Arjona.

Esse pedido foi aceito pelo STJ e terá vigência até que ocorra uma decisão por parte do próprio STJ sobre outro pedido da Companhia que trata da extinção de Medida Cautelar obtida pela Petrobras em determinado recurso especial.

Com essa nova decisão o fornecimento de gás para essa Usina foi retomado, ainda que o processo sobre a defasagem do preço de gás - alegado pela Petrobras - continue vigente e no aguardo dos desfechos comentados no parágrafo anterior.

g) Contratos de arrendamentos

Os contratos de arrendamento abaixo mencionados foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem da opção de compra do ativo, além de não satisfazer as demais condições necessárias para a classificação como arrendamento mercantil financeiro.

- Eólicas Beberibe, Pedra do Sal e Projeto Trairi

Os projetos eólicos da Companhia possuem contratos de arrendamento de terrenos utilizados na instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os contratos têm parcelas fixas e/ou variáveis e atualização por índices de inflação ou percentuais sobre a receita operacional bruta das empresas. Os prazos dos contratos normalmente são equivalentes ao das autorizações concedidas pela Aneel para a geração de energia.

Em 2012 as despesas com os arrendamentos operacionais nas referidas empresas foram de R$ 1.501 (R$ 1.691 em 2011). Os pagamentos mínimos futuros estimados são como segue:

Ano	Valor
2013	1.864
2014 a 2017	9.527
2018 em diante	34.121
	45.512

h) Contratos para construção em andamento

- Usina Hidrelétrica Estreito

O Consórcio Estreito Energia, do qual a controlada CEE participa com 40,07%, possui contratos vinculados à implantação da UHE Estreito, cujos compromissos futuros, na data base de 31.12.2012, são de R$ 265.892 (R$ 176.406 em 31.12.2011), dos quais R$ 106.543 (R$ 70.686) correspondem à participação da Companhia no consórcio.

- Parques eólicos do Projeto Trairi

A EEN e suas controladas mantêm contratos vinculados à implantação de parques eólicos no Estado do Ceará. Os compromissos futuros referentes a esses contratos, na data base de 31.12.2012, são de R$ 316.572 (R$ 488.516 em 31.12.2011).

i) Modernização das Usinas Hidrelétricas Passo Fundo e Salto Santiago

Em dezembro de 2012, a companhia assinou contrato com a Voith Hydro Ltda. referente a modernização das usinas hidrelétricas de Passo Fundo e Salto Santiago. O valor total do contrato é de R$ 383.997, dos quais R$ 56.219 referem-se a modernização da UHE Passo Fundo, a ser realizada até o ano de 2015, e R$ 327.778 a modernização da UHE Salto Santiago, a qual deve ser efetivada até o ano de 2017.

34.– RISCOS ESPECÍFICOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA

- Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

- Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa.

A eventual exigência de pagamento de custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais poderão resultar em efeitos adversos para os negócios e os resultados da Companhia.

A Política de Meio Ambiente da Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

- Riscos sociais e trabalhistas

Buscando minimizar riscos trabalhistas presentes em suas atividades, a Companhia conta com políticas e diretrizes de gestão de recursos humanos baseadas em três pilares que são: o reconhecimento e motivação, o desenvolvimento, a saúde e o bem estar. Essas diretrizes fundamentam a identificação e a manutenção de um bom clima organizacional e mitigam os riscos sociais e trabalhistas.

Anualmente, são assinados acordos coletivos de trabalho em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abrangem todos os empregados da Tractebel Energia e incluem temas como benefícios trabalhistas, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA).

35. – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Durante os exercícios de 2012 e de 2011 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Compensação de imposto de renda e contribuição social	14.772	3.312	16.650	8.928
Fornecedores de ativo imobilizado	4.821	1.900	36.900	13.331
Juros sobre financiamentos e concessões a pagar capitalizados	-	-	33.841	101.033
Dividendos adicionais propostos e juros sobre o capital próprio creditados	852.629	771.332	852.629	771.332
Dividendos propostos a receber de controladas	37.036	7.946	-	-

36. – EVENTOS SUBSEQUENTES

Contratação de financiamento

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou um contrato de financiamento no montante de R$ 142.702, correspondentes a US$ 70.000, junto ao Nordic Investment Bank, com as seguintes principais condições:

- Juros: IPCA + 3,55% a.a.
- Prazo de amortização: 10 anos.
- Início da amortização: outubro de 2015.
- Custos de captação: R$ 854, equivalentes a US$ 420.
- Compromissos contratuais (*covenants*): Controladora - Dívida Total / EBITDA ≤ 3,5; Consolidado - Dívida Total / EBITDA ≤ 4,5; e Relação EBITDA / Despesas Financeiras ≥ 2,0.
- Garantias: não há garantia.

Aquisição de projetos eólicos

A Companhia assinou, em janeiro de 2013, o contrato de compra da totalidade do capital social da CLWP Brasil Ltda. (CLWP) pelo valor de R$ 22.638, que será integralmente pago desde que satisfeitas determinadas condições previstas em contrato. Esse montante corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

A CLWP é detentora de sete projetos de geração eólica, localizados nos municípios de Umburanas e Sento Sé, no estado da Bahia, com potência instalada conjunta aproximada de 206 MW.

Os controladores anteriores da CLWP também estão desenvolvendo projetos eólicos de mais 150 MW, na mesma região, tendo a Companhia uma opção de compra destes projetos, no valor de R$ 16.500, condicionada à obtenção de licenciamento ambiental, já em fase adiantada de aprovação.

Em fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu o projeto eólico Flecheiras, localizado no Estado do Ceará e próximo a outros parques já em construção pela Companhia. A capacidade instalada e comercial prevista para o projeto é de 18,9 MW e 8,9 MW médios, respectivamente. O valor da aquisição foi de R$ 850.

Os projetos anteriormente mencionados ainda se encontram em fase de estudos internos de avaliação quanto às suas implantações.

Dividendos intercalares propostos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 07.02.2013, aprovou a proposta de dividendos intercalares propostos, referente ao resultado apurado no segundo semestre de 2012, no montante de R$ 576.429, ou R$ 0,8830904134 por ação. As ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos a partir de 20.02.2013 e o início do pagamento será definido posteriormente pela Diretoria Executiva da Companhia.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Philip Gotsall Cox
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Relatório dos Auditores Independentes – Tipo: sem ressalva

KPMG Auditores Independentes
Av. Rio Branco, 404 - Sala 1.203 - Torre I
88015-200 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Central Tel 55 (48) 3029-6500
Fax 55 (48) 3029-6515
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tractebel Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB,* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative, uma cooperativa suíça.

KPMG Auditores Independentes is a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative, a Swiss cooperative.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2012, examinamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 2.h que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2011. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras daquele exercício tomadas em conjunto.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 07 de fevereiro de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Florianópolis, 7 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Tractebel Energia
GDF SUEZ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a proposta da Administração sobre a destinação do Lucro Líquido, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com base no relatório dos auditores independentes – KPMG Auditores Independentes – emitido em 7 de fevereiro de 2013, sobre essas demonstrações contábeis, declaram que os mesmos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2013.

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Identificação das projeções

a) Objeto da projeção

Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador.

A demonstração dos montantes de investimentos da Companhia segrega valores dispostos em dois grupos:

- Investimentos financiados com capital próprio, incluindo aquisições; e
- Investimentos financiados com dívidas, incluindo dívidas assumidas nas aquisições.

Ambos os modelos de projeção estão contemplados no item "d" abaixo.

As projeções realizadas são meras estimativas razoáveis que normalmente dependem de eventos futuros; portanto não podem ser consideradas como promessa de desempenho por parte da Companhia e de seus administradores.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Tractebel Energia divulga trimestralmente ao mercado suas projeções de investimentos para o ano corrente e os dois anos subsequentes, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Os valores informados, projeção e realizado, não consideram juros sobre a construção (juros sobre Capital Próprio e Capital de Terceiros).

A Administração pode influenciar todas as premissas, exceto as obrigações regulatórias que escapam ao seu controle.

Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções podem ser revisadas.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Os montantes projetados e realizados referentes aos últimos três exercícios sociais encontram-se nas tabelas abaixo. Os valores apresentados não contemplam os juros sobre os financiamentos capitalizados durante a construção da usina.

d.1) Ano de 2010:

	Previsão informada durante o				
	2009	2010			
Valores em R$ milhões	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	Realizado
Descrição					
Financiado com dívida	1.171	1.194	1.194	1.407	1.378
Financiado com capital próprio	1.041	1.042	1.042	796	830
Total 2010	**2.212**	**2.236**	**2.236**	**2.203**	**2.208**
Total 2011	**178**	**174**	**174**	**286**	**-**
Total 2012	**113**	**113**	**113**	**140**	**-**

Resumo das variações entre o previsto e o realizado no ano de 2010:

O aumento no valor dos investimentos financiados com dívida em 2010 e a consequente redução dos montantes financiados com capital próprio estão relacionados à obtenção de empréstimo adicional junto ao BNDES referente à UHE Estreito.

Alteração das projeções para 2011 e 2012 feitas durante os trimestres de 2010:

A revisão dos montantes previstos para 2011 e 2012 ocorreram devido a antecipação para 2010 de parte dos investimentos na UHE Estreito, anteriormente previstos para 2011, e a redistribuição do programa de manutenção das usinas da Companhia no período de 2010 a 2012.

d.2) Ano de 2011:

	Previsão informada durante o				
	2010	2011			
Valores em R$ milhões	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	Realizado
Descrição					
Financiado com dívida	129	129	129	246	64
Financiado com capital próprio	93	93	93	214	256
Total 2011	**222**	**222**	**222**	**460**	**320**
Total 2012	**153**	**153**	**153**	**724**	**-**
Total 2013	**92**	**92**	**92**	**605**	**-**

Resumo das variações entre o previsto e o realizado no ano de 2011:

A principal variação ocorrida em relação às projeções para 2011 deve-se, substancialmente, a postergação de 2011 para 2012, de parte dos investimentos na UHE Estreito e, principalmente, na construção dos novos parques eólicos no Nordeste, Eólica Porto do Delta e Complexo Eólico Trairi.

Alteração das projeções para 2012 e 2013 feitas durante os trimestres de 2011:

As principais variações verificadas nas projeções resultam da postergação anteriormente descrita, além da alteração dos investimentos no programa de manutenção de longo prazo das usinas existentes, a atualização no cronograma de investimentos na UHE Estreito e a previsão de reserva financeira, em 2013, para a aquisição do controle da Energia Sustentável do Brasil, empresa controladora da UHE Jirau. Já os investimentos previstos para 2014 referem-se ao programa de manutenção de longo prazo das usinas da Companhia.

d.3) Ano de 2012:

	Previsão informada durante o				
	2011	2012			
Valores em R$ milhões	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	Realizado
Descrição					
Financiado com dívida	486	299	299	207	245
Financiado com capital próprio	369	360	360	456	109
Total 2012	**855**	**659**	**659**	**663**	**354**
Total 2013	**605**	**876**	**876**	**963**	**-**
Total 2014	**186**	**206**	**206**	**203**	**-**

Investimentos realizados até o 4º trimestre de 2012:

O investimento acumulado em 2012 atingiu R$ 354 milhões, sendo R$ 273 milhões aplicados na construção das novas usinas, anteriormente citadas, e R$ 81 milhões investidos no programa de manutenção e de longo prazo e revitalizações de usinas existentes.

Resumo das variações entre o previsto e o realizado no ano de 2012:

Financiado com dívida:

O acréscimo de R$ 38 milhões ocorrido em relação às projeções para 2012, atualizadas durante o terceiro trimestre, e o realizado deve-se, substancialmente a: (i) R$ 54 milhões – acréscimo em função da liberação de parte do valor do financiamento do Complexo Eólico Trairi, anteriormente previsto para o início de 2013; e (ii) R$ 16 milhões – redução de parte do financiamento liberado para a UHE Estreito, o qual passou a ser financiado com capital próprio.

Financiado com capital próprio:

A redução de R$ 347 milhões verificada no realizado de 2012 em comparação a estimativa atualizada no terceiro trimestre, decorreu, basicamente, da seguinte combinação: (i) R$ 348 milhões – menor aplicação de recursos próprios no Complexo Eólico Trairi em razão da antecipação da liberação de recursos financiados pelo BNDES e da postergação de parte dos investimentos anteriormente previstos para o ano de 2013; (ii) R$ 34 milhões – incremento do valor do investimento próprio na UHE Estreito; e (iii) R$ 31 milhões – postergação para 2013 de investimentos previstos no programa de manutenção do parque gerador, em razão da necessidade de despacho das usinas da Companhia para o atendimento do Sistema Interligado Nacional.

As projeções vigentes para os próximos três exercícios estão apresentadas no quadro a seguir:

Alteração nas projeções para 2013 feitas durante os trimestres de 2012:

Financiado com dívida:

A redução no montante previsto para 2013, em R$ 114 milhões, decorreu, substancialmente, de liberação de parte do valor do financiamento para o Complexo Eólico Trairí ainda em 2012 e da suspensão do projeto Porto do Delta do plano de investimento.

Financiado com capital próprio:

O aumento no montante previsto para 2013, de R$ 345 milhões, em relação aos R$ 644 milhões divulgados no terceiro trimestre, é derivado dos seguintes principais fatores: (i) R$ 298 milhões – acréscimo decorrente da postergação de investimentos no Complexo Eólico Trairí anteriormente previsto para o ano de 2012, combinado com a redução pelo adiamento do início do projeto Porto do Delta; (ii) R$ 47 milhões – incremento relativo à aquisição de novos projetos eólicos, os quais ainda estão na fase de estudo.

Investimentos previstos para os anos de 2014 e 2015

Os montantes previstos de financiamento com o capital próprio referem-se, essencialmente, ao programa de manutenção de longo prazo do parque gerador da Companhia, incluindo parte da modernização das Usinas Hidrelétricas Passo Fundo e Salto Santiago.

	Previsão para o ano, informada durante o 4ª trimestre de 2012		
Descrição / Período da projeção	**2013**	**2014**	**2015**
Financiado com dívida	205	-	-
Financiado com capital próprio	989	203	169
Total	**1.194**	**203**	**169**

Outras informações que a Companhia Entenda ser Relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Diretores da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tractebel Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2012, examinamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 2.h que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2011. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras daquele exercício tomadas em conjunto.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 07 de fevereiro de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Florianópolis, 7 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a proposta da Administração sobre a destinação do Lucro Líquido, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com base no relatório dos auditores independentes - KPMG Auditores Independentes - emitido em 7 de fevereiro de 2013, sobre essas demonstrações contábeis, declaram que os mesmos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel
Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2013.

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2013.